



Ana Rita Vaz da Silva

Leituras sobre Ourivesaria Arcaica Portuguesa. Brincos, Contextos e Expressão Territorial

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área de especialização em Arqueologia Proto-histórica, orientada pela Doutora Raquel Maria da Rosa Vilaça, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Leituras sobre Ourivesaria Arcaica Portuguesa. Brincos, Contextos e Expressão Territorial

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Tese de Mestrado
Título	Leituras sobre Ourivesaria Arcaica Portuguesa. Brincos, Contextos e Expressão Territorial
Autor/a	Ana Rita Vaz da Silva
Orientador/a	Prof. Doutora Raquel Maria da Rosa Vilaça
Júri	Presidente: Doutora Maria da Conceição Lopes Vogais: 1. Doutor Virgílio Hipólito Correia 2. Doutora Raquel Maria da Rosa Vilaça
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arqueologia e Território
Área científica	Arqueologia
Especialidade/Ramo	Arqueologia Proto-Histórica
Data da defesa	03-02-2015
Classificação	18 valores



Agradecimentos

Para a realização do presente trabalho contei com a ajuda de diversas pessoas, que conscientemente ou não, ajudaram na execução do mesmo. Sendo assim, não poderia deixar de expressar os meus profundos agradecimentos a todas estas pessoas:

À Eunice Dionísio, por toda a ajuda e força que me foi dando durante o desenrolar do trabalho.

À Professora Doutora Raquel Maria da Rosa Vilaça, primeiro por ter aceitado orientar o presente trabalho, e depois por toda ajuda e auxílio prestado durante a realização do mesmo.

À Inês Soares, pela realização dos mapas que se encontram no presente trabalho.

Ao Doutor Virgílio Hipólito Correia, por todas as informações que ajudaram e acrescentaram valor ao trabalho de investigação desenvolvido.

Ao Eduardo Porfírio pela ajuda na temática relativa à Arqueologia de Género, uma vez que me passou grande parte da bibliografia utilizada.

Ao Engenheiro António Monge Soares por todas as informações que me passou.

À minha família, e em especial aos meus pais e primos, que sempre me ajudaram e incentivaram.

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram e me deram uma palavra de força.

Muito Obrigada!

Resumo

Os brincos de ouro, da Pré e Proto-história do território português, apresentam-se como objectos que podem fornecer bastantes informações sobre as comunidades passadas e as suas relações. Apesar disto, e de se enquadrarem no tema da ourivesaria arcaica, estes não têm sido muito investigados pelos diversos autores. O presente trabalho visa, então, o estudo dos mesmos nas suas diversas vertentes, nomeadamente a tecnológica, a morfo-tipológica, a cronológica, a iconográfica e a espacial. Além destes aspectos, esta investigação pretendeu abordar algumas questões que ainda não se encontram muito desenvolvidas em Portugal, nomeadamente a questão das oficinas de ourives e a Arqueologia de Género, que desde logo se apresenta como um elemento fundamental para compreender a produção metalúrgica, assim como a dispersão deste tipo de objectos. Ambicionou-se também que o mesmo se apresente como uma rampa de lançamento para futuras investigações, propondo desde logo novas abordagens ao estudo dos brincos.

Palavras – chave: Brincos, Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, Oficinas de Ourives, Arqueologia de Género, Relações e Intercâmbio entre diferentes comunidades

Abstract

The earrings of gold, from Pre and Proto-history of the Portuguese territory, are presented as objects that can provide enough information about past communities and their relationships. Despite this, and fit the theme of archaic jewellery, these have not been widely investigated by many authors. The present work aims the study of them in its various aspects, including technological, morphological, typological, chronological, iconographic and spatial. In addition to these aspects, this research sought to address some issues that are not yet very developed in Portugal, namely the issue of gold factories and the Archaeology of Gender, which immediately presents itself as a key element in understanding the metallurgical production, as well as dispersion of such objects. It is also desirable that it presents itself as a launching pad for future research, proposing new approaches to the study of earrings.

Key - words: Earrings, Chalcolithic, Bronze Age, Iron Age, goldsmith workshops, Archaeology of Gender, relationship and exchange between different communities



Conteúdo

I – Introdução e Questões Prévias.....	3
II - Metodologia.....	8
III - ESTADO DA ARTE.....	11
1. -Evolução na investigação sobre ourivesaria	11
2. -Investigação e estudo dos brincos.....	16
3. – Brincos do território nacional: do achado à conservação em museus	18
IV – Análise dos Brincos	25
1. Calcólico	25
1.1. – Tecnologia	27
1.2. – Morfo-tipologia	29
1.3. – Paralelos	30
1.4. – Contextos	31
1.5. – Cronologia	32
2. Idade do Bronze	33
2.1. – Tecnologia	36
2.2. – Morfo-tipologia	37
2.3 – Paralelos	38
2.4. – Contextos	39
2.5. – Cronologia	39
3. Idade do Ferro	40
3.1 – Tecnologia	43
3.2. – Morfo-tipologia	46
3.3 – Paralelos	59
3.4. – Contextos	64
3.5. – Iconografia.....	68
3.6 – Cronologia	74



V – Na Senda de Oficinas de ourives	77
1.-. Problemática	77
2. - Identificação de oficinas de ourives no território português.....	80
3. Artesãos e a sua organização	87
3.1. – Do Calcolítico à Idade do Ferro	88
VI – Discussão.....	92
VII – Conclusão	115
Bibliografia	117
Lista do Inventário.....	126
ANEXOS	128



I – Introdução e Questões Prévias

No âmbito do mestrado em Arqueologia e Território da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na especialização de Proto-História, o meu trabalho de investigação incide-se sobre ourivesaria arcaica, mais especificamente sobre um tipo de jóias, os brincos (pendentes, arrecadas, etc.). Desta forma, este pretende analisar os brincos desde o Calcolítico, época a que reportam os exemplares mais antigos, até à Idade do Ferro.

A primeira razão da escolha prende-se essencialmente com o facto de o ouro ter sempre despertado um grande interesse nas comunidades passadas, isto pelas suas características, ou seja, pelo facto deste metal se apresentar inerte, não estando assim sujeito a oxidação; é um material que se apresenta muito dúctil¹ e plástico, e afigurar-se como um metal inalterável que pode sempre voltar-se a fundir (CELESTINO-PÉREZ, e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 10). Uma das outras razões pela escolha deste tema foi o facto de, apesar de nos diversos textos existentes sobre ourivesaria arcaica - tanto portugueses como espanhóis - se abordar o tema dos brincos durante estes períodos, não existir nenhum trabalho que se foque somente neste tipo de jóias. Ainda assim, é abundante a bibliografia disponível sobre ourivesaria arcaica. Também no que diz respeito aos brincos, os diversos autores têm abordado o problema de uma forma geral, o que constituiu um excelente ponto de partida para a análise dos mesmos.

Como a investigação arqueológica pretende chegar ao conhecimento das comunidades passadas através da análise da cultura material (e não só), ambiciona-se neste trabalho tentar conhecer as razões das comunidades passadas ao realizaram estas peças de ourivesaria e avistar o porquê da sua utilização e que realidades económicas, sociais e culturais se encontram por detrás da aplicação deste tipo específico de peças de ouro. Alguns autores, como Virgílio Correia, Armando Coelho e Rui Parreira, têm já apontado algumas razões para o facto de os indivíduos se enfeitarem, nomeadamente criar uma imagem pessoal, identificar-se com um grupo, exprimir-se de uma forma codificada e exibir uma moda ou tradição (CORREIA, SILVA e PARREIRA, 2013: 17).

Para isto, é extremamente necessário, aliás como em qualquer outra investigação científica, colocar algumas questões orientadoras que auxiliem na própria pesquisa, deixando desde já claro que estas podem sofrer alterações com o avançar da investigação. Desta forma,

¹ Material, neste caso o metal, que tem a capacidade de ser estendido, martelado sem se partir, isto é, o metal apresenta-se muito flexível e elástico, apresentando-se muito mais fácil de trabalhar.



ao falar-se sobre ourivesaria arcaica, especificamente sobre brincos, temos que colocar algumas questões, tais como (entre outras):

- Como se fabricavam este tipo de jóias?
- O papel dos ourives ao longo dos tempos (pré e proto-históricos)?
- Porque é que se utilizavam estas jóias?
- O papel das influências externas no desenvolvimento da ourivesaria arcaica?
- Este tipo de jóias seria utilizado somente por elementos do sexo feminino, ou poderia também ser usado por elementos do sexo masculino?

Algumas destas questões têm sido amplamente discutidas por alguns autores, como por exemplo Alicia Perea, Barbara Armbruster, Rui Parreira, Virgílio Hipólito Correia, Armando Coelho, entre outros, que já desenvolveram trabalhos no âmbito da ourivesaria arcaica.

É na confrontação destas problemáticas e nas respostas concedidas pelos diversos investigadores que se apresenta um avanço na investigação científica e cada vez mais se atinge um melhor conhecimento das sociedades passadas nas suas diversas vertentes.

Uma das grandes dificuldades do estudo da ourivesaria arcaica diz respeito essencialmente aos seus contextos, havendo muitas peças que não têm um contexto bem definido, sendo que para algumas nem sequer se conhece a localização do achado. Esta realidade pode dever-se a vários factores, nomeadamente ao facto de durante determinados períodos, como por exemplo a Idade do Bronze e a fase final da Idade do Ferro, muitas das peças serem depositadas em “esconderijos”, sem qualquer contexto arqueológico discreto que ajude a definir o porquê da dita deposição. Apesar desta realidade se apresentar como uma explicação para a falta de contexto de algumas peças, não nos podemos esquecer que o entesouramento ou esconderijo apresenta-se como um contexto por si mesmo, como por exemplo os casos de Estela (Póvoa do Varzim) e de Baião, entre outros, que foram sendo identificados ao longo do trabalho.

Uma outra razão para a falta de contextos de peças de ourivesaria arcaica, brincos incluídos, prende-se com o facto de estas peças serem de ouro e portanto serem desejadas pela maioria das pessoas que as encontravam e que as vendiam a ourives que, posteriormente, as fundiam para fazer outras peças, ou então eram vendidas a antiquários e outras pessoas que só se interessavam pela beleza e valor dos materiais e não pela importância cultural, arqueológica e histórica das peças. Assim se perdeu não só o valor histórico - arqueológico das peças mas também, por vezes, a peça em si. Como Alicia Perea menciona, uma outra razão para que muitas das peças de ourivesaria não tenham um contexto claro e bem definido



prende-se com o facto de terem sido descobertas sobretudo no séc. XIX e inícios do séc. XX, o que fez com que os dados recuperados não sejam muito numerosos e em termos de qualidade também não sejam os melhores, uma vez que se poderá ter perdido muita informação com o passar dos anos (PEREA, 2010: 244).

Todos estes aspectos fazem com que se desconheça a origem da maior parte das peças de ourivesaria, o que acaba por prejudicar imenso a informação arqueológica que se pode recolher destes materiais, assim como qualquer intento interpretativo por parte dos arqueólogos. Estes conseguem retirar alguma informação sobretudo em contextos funerários, percebendo-se assim que o enterramento e a presença de jóias no mesmo revelam algum estatuto social para o indivíduo que se encontra enterrado (CORREIA, PARREIRA e SILVA, 2013: 17).

Por outro lado, o desconhecimento da proveniência de muitas peças que estudámos constituiu um enorme obstáculo a uma abordagem territorial, que se limitou apenas a algumas situações.

Uma outra dificuldade que se observou com o decorrer deste trabalho prendeu-se essencialmente com a terminologia, isto é, com a grande quantidade de termos utilizados para definir brincos, problemática que aliás vai ser discutida num próximo capítulo. Por último, tenho que admitir que uma das maiores dificuldades que senti no desenvolvimento do trabalho foi na análise tecnológica e de manufactura das peças, processo por vezes muito complexo.

Apesar destas dificuldades, é inequívoco o interesse do estudo dos objectos de ouro porque expressam alterações económicas, sociais e políticas das comunidades. Quando se começaram a realizar e a utilizar jóias de ouro houve bastantes repercussões essencialmente sociais e políticas, uma vez que quando se principiou este uso, começaram a surgir novas estruturas de soberania e as pessoas começam a utilizar as jóias para demonstrarem o seu poder e estatuto. Desta forma, é possível observar que as jóias ajudam a incentivar uma maior hierarquização do poder e conferem um certo estatuto à pessoa que as utiliza (MARTINS, 2008: 22). Apesar de as peças de ouro e a sua metalurgia influenciarem muito a cultura e a política da sociedade, não nos podemos esquecer que a mesma se encontra extremamente relacionada com a organização económica das comunidades.

Como Carla Martins refere “... a utilização dos metais (especificamente o ouro) nas jóias não foi semelhante em todo o lado, pois adaptou-se a necessidades precisas e circunstâncias locais dependentes do contexto económico, político e social.” (MARTINS,



2008: 22), desta forma afigura-se essencial a necessidade de um enquadramento arqueológico, assim como espacial, para a compreensão da ourivesaria arcaica e da sua utilização pelas comunidades passadas. É imprescindível ter a ideia de que para se perceber e compreender a produção de metal através do espaço e do tempo é fundamental analisar a dinâmica existente das inter-relações entre os diferentes aspectos inerentes não só à própria metalurgia, mas também no que se refere à utilização e aos mecanismos de transmissão dos objectos (ROBERTS, 2008: 356).

É importante mencionar que o trabalho aqui apresentado poderá não incorporar todos os brincos, (do Calcolítico à Idade do Ferro), do território português, uma vez que tal exigiria uma pesquisa muito mais aprofundada e que levaria muito mais tempo do que a que tivemos. Sublinhe-se também que além dos museus, colecções particulares poderão ter peças deste tipo, pesquisa que não efectuámos.

Por fim, é indispensável ainda reiterar que a análise de algumas problemáticas relacionadas com a Etnoarqueologia e a Arqueologia de Género podem elucidar e trazer novas perspectivas de abordagem ao estudo dos brincos durante os períodos aqui analisados, podendo mesmo proporcionar novas explicações sobre a sua utilização e as implicações que tiveram na realidade social e política das comunidades passadas.

Estruturámos o nosso trabalho em seis capítulos, além da introdução (**Capítulo I**). O **Capítulo II** pretende antes de mais explicitar todas as metodologias empregues na utilização deste trabalho e que auxiliaram à sua construção, tomando em atenção todas as etapas.

No **Capítulo III** existiu uma preocupação em descrever e analisar os trabalhos realizados sobre ourivesaria arcaica, com particular atenção as relativas aos brincos, abordando-se as principais ideias e fundamentos que os autores defendem. Para finalizar este capítulo optou-se ainda por realizar uma breve análise “estatística” aos brincos procedentes do território nacional.

Quanto ao **Capítulo IV**, este teve como principal objectivo descrever as peças² em estudo no presente trabalho segundo diversas perspectivas, nomeadamente em termos tecnológicos, morfológicos, tipológicos, contextuais, iconográficos, cronológicos, esboçando ainda os paralelos encontrados para os diversos objectos. Esta análise, apesar de se apresentar um pouco densa, afigura-se como fundamental para a compreensão destes objectos e para pensar sobre os mesmos, podendo retirar importantes conclusões sobre a evolução destes

² Por motivos diversos, a análise que realizámos baseou-se exclusivamente na bibliografia, confrontando as diversas informações.



objectos durante 3000 anos. Neste capítulo optou-se por uma organização em termos cronológicos.

Pelo interesse específico do tema, dedicámos o **Capítulo V** à problemática das “oficinas de ourives”. Trata-se de temática bastante complexa, nomeadamente no que respeita à própria definição do que se deve entender por uma “oficina de ourives”, como veremos. Um outro aspecto a ver corresponde ao papel que o ourives / artesão desempenhou na sociedade.

No que concerne ao **Capítulo VI**, pretende-se discutir alguns dos problemas inerentes a esta categoria de objectos, desde a sua dispersão espaço-temporal, à natureza dos contextos (onde tal foi possível), sem esquecer certas questões inerentes à Arqueologia de Género³. Simultaneamente, discute-se ainda a sua utilização e a implicação que desempenharam nos aspectos sociais, económicos, políticos e religiosos da sociedade, e que realidades estiveram envolvidas na mesma.

O **Capítulo VII** inclui as principais conclusões.

Esta tese compreendeu ainda uma parte de anexos concretamente o inventário, os mapas de apoio à análise do texto e figuras.

Tendo em atenção tudo o que foi mencionado acima, o presente trabalho aborda a importância que a metalurgia do ouro e a utilização de jóias, mais especificamente os brincos, desempenharam no desenvolvimento e hierarquização da sociedade, ajudando-nos a compreender o papel destas jóias e o seu comportamento na longa diacronia de cerca de três mil anos.

³ Uma outra vertente de sumo interesse para este tipo de investigação é a Etnoarqueologia, mas que não tivemos possibilidade de efectuar, ainda que, pontualmente, não seja ignorada.



II - Metodologia

Este capítulo aspira demonstrar ao leitor todas as etapas e metodologia desenvolvida na realização da investigação sobre o tema aqui discutido.

Para a efectivação deste trabalho tomámos contacto com o tema escolhido através da exhaustiva leitura da bibliografia sobre ourivesaria arcaica existente em Portugal. Posteriormente, à execução desta leitura, optou-se por se fazer uma base de dados que englobasse todos os brincos existentes no território português. A mesma foi sendo sujeita a uma constante revisão, acabando por se realizar em várias fases. Inicialmente, a base de dados continha alguns campos que depois foram sendo alterados por outros que se consideraram mais importantes. Com todas as alterações realizadas, a versão final traduzida no inventário deste trabalho continha na sua totalidade 12 campos (número de inventário; nome do sítio; freguesia; concelho; distrito; contexto arqueológico; quantidade de peças; outras peças identificadas juntamente com os brincos; cronologia; local de depósito; observações e bibliografia), encontrando-se organizada por ordem cronológica e geográfica, isto é, abordando-se os brincos de norte para sul.

Em Arqueologia nem sempre se verifica consenso terminológico na designação dos objectos. Todavia, crê-se que é extremamente necessário, tanto para a ourivesaria arcaica como para o panorama arqueológico no geral, a existência de uma redução de termos que sejam sinónimos.

Este problema coloca-se no estudo das peças que temos vindo a designar como brincos. A utilização de termos como brincos, pendentes, arrecadas, sanguessugas, entre outros, refere, desde logo, a grande diversidade terminológica existente para definir esta categoria de objectos. A possibilidade de um uso não exclusivo nas orelhas (também no nariz, sobreolho, cabelo, entre outros), pelo menos de alguns tipos, ajuda a entender esta situação, embora o factor cronológico se apresente de igual modo importante.

Por exemplo, ao analisar a definição de arrecada, encontramos nos *Tesouros da Arqueologia Portuguesa*, a seguinte definição - “Brinco grande de forma circular, aberto na parte central e superior, ou em meia lua. Apresenta quase sempre uma superfície plana com adornos de filigrana, desenhos gravados ou incrustações; suspensão da orelha por argola, volta ou travinca.” (PARREIRA, 1980: 11). Por outro lado, Armando Coelho, na *Cultura Castreja do Noroeste*, sublinha na definição de arrecada o facto de se distinguir “das restantes jóias pela leveza da sua estrutura, delicadeza das formas e riqueza da sua decoração.



Normalmente são constituídas por um corpo central decorado, que pode ter um apêndice na sua parte inferior e é dotado na parte superior de elementos de suspensão, que poderia ser simples, por introdução no lóbulo da orelha, ou duplo, quando combinado a uma cadeia de suspensão supra-auricular, de tradição orientalizante.” (SILVA, 1986: 340). Verifica-se assim, que o termo arrecada assume uma conotação cronológica enquadrada na Idade do Ferro; no entanto, também para a Idade do Ferro é utilizado o termo pendente para objectos exactamente com a mesma funcionalidade, mas que no entanto não apresentam argola de suspensão como as arrecadas. Esta distinção é possível de observar, por exemplo, no trabalho de Alicia Perea (PEREA, 1991: 221 – 224).

Também para a Idade do Ferro recorre-se ao termo “nazm” para definir alguns pendentes, designados por Perea como pendentes anulares fechados. Aqui, supõe-se uma diferença entre a utilização do termo pendente e de “nazm”, uma vez que o último normalmente detinha uma função ritual como pendente de nariz (PEREA, 1991: 222), não deixando, no entanto, de desempenhar a função de pendente e, em última instância, de brinco.

Para cronologias anteriores, nomeadamente para o Calcolítico e Idade do Bronze o termo normalmente utilizado é o de pendente (ARMBRUSTER e PARRERA, 1993: 154), como se verifica com os brincos da Ermegeira (Torres Vedras) (conf. ficha de inventário nº1), Cova da Moura (Torres Vedras) (conf. ficha de inventário nº2), Estremoz (conf. ficha de inventário nº3) e os quatro brincos torcidos que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia (conf. ficha de inventário nº4).

Crê-se que apesar de os mesmos não se poderem denominar de arrecadas por causa das diferenças morfológicas e cronológicas, poderiam ser designados de brincos.

Entre os diversos termos aqui analisados (brinco, pendente, arrecada, “nazm”) verifica-se, a existência de vários termos para definir objectos com funções similares. A designação do termo “nazm” decorre da sua função ritual, o que não significa que os demais não pudessem ter também assumido esse significado.

Desta forma, crê-se que é necessária a existência de uma simplificação em termos da utilização destes termos, propondo-se no presente trabalho a denominação genérica de brinco, uma vez que a mesma abrange uma realidade mais generalizada, podendo englobar todos os outros termos acima mencionados, simplificando-se assim a análise.

Uma vez definido como denominar o objecto aqui em estudo e realizada toda a base de dados, passou-se à leitura crítica da bibliografia existente para cada peça, desde a mais antiga até à mais recente. Esta análise teve como intuito retirar o máximo de informação



possível sobre cada objecto, podendo-se desta forma pensar mais sobre os mesmos e assim desenvolver um maior número de considerações.

Para a recolha de dados utilizou-se ainda o site da Direcção Geral do Património Cultural, nomeadamente a matriznet (www.matriznet.dgpc.pt), de onde se conseguiu retirar informação sobre algumas peças, que foi extremamente útil para a realização do capítulo da análise dos materiais. A mesma fonte proporcionou algumas das imagens aqui utilizadas.

Empregando alguns gráficos e tabelas, foram-se realizando os mesmos para auxiliar na compreensão do texto. Para a construção de alguns mapas, nomeadamente o Mapa de Portugal com a dispersão das peças e uma análise espacial das mesmas usou-se um programa de informação geográfica, o Quantum GIS Valmiera 2.2.0, que permite retirar alguns dados sobre a localização espacial dos objectos, assim como cruzamento de dados espaciais, como por exemplo, as cartas mineiras que podem ajudar a entender o porquê da localização de determinadas peças em alguns locais específicos.

Para além dos métodos de trabalho acima mencionados apresentou-se como fundamental, ao longo do desenvolvimento da tese, haver uma análise de dados proporcionados por outras ciências, nomeadamente análises químicas realizadas por Axel Hartmann em *Prahistorische Goldfunde aus Europe II* (HARTMAN, 1982). Outras disciplinas e análises realizadas por outros autores dizem respeito essencialmente à Etnografia, com vários estudos pioneiros realizados por Barbara Armbruster e também à Arqueologia de Género.

Ficaram aqui expostos quais foram as principais metodologias utilizadas para a realização do presente trabalho de investigação e que auxiliaram na execução do mesmo, apresentando-se a análise tipo-morfológica, tecnológica, assim como iconográfica como um dos elementos fundamentais para a realização desta investigação, uma vez que é com base neste estudo que se consegue desenvolver algumas considerações sobre estas peças. Um outro ponto que também se afigurou como fundamental na presente investigação diz respeito aos contextos e aos materiais associados aos objectos, tentando entender se estes aspectos se inter-relacionam. É importante ainda mencionar que as metodologias de trabalho foram sendo alteradas, de uma forma ou outra, no decorrer do trabalho, conforme as necessidades que o desenrolar do mesmo foi impondo.



III - ESTADO DA ARTE

1. -Evolução na investigação sobre ourivesaria

Antes de se realizar qualquer trabalho de investigação é necessário executar uma boa pesquisa bibliográfica sobre o assunto a tratar e ter conhecimento do desenvolvimento e evolução da própria investigação efectuada até à actualidade. Desta forma, afigura-se como essencial para compreender melhor aquilo que nos encontramos a estudar, produzir também este tipo de investigação.

O estudo da ourivesaria arcaica no território português começa somente na segunda metade do séc. XIX e inícios do séc. XX, no entanto é necessário ter a ideia que ao estudar-se este tipo de peças, pela sua raridade e beleza, muitas foram sendo descobertas ainda antes de a arqueologia ser entendida como uma ciência, colocando-se no período do coleccionismo⁴, por volta do séc. XVIII. O aparecimento de muitas jóias durante esta fase, além de terem desaparecido ao serem fundidas por vários ourives, foram também integrando colecções privadas de algumas pessoas e instituições, perdendo-se todo o seu contexto e mesmo o local de aparecimento⁵. Durante este período dava-se atenção apenas à beleza das peças de ourivesaria não havendo quaisquer preocupações de índole científica.

Como refere Jorge de Alarcão, a arqueologia tornou-se ciência apenas quando os objectos começam a ser olhados como testemunhos do passado (ALARCÃO, 2000: 16). É durante este período, como aliás já foi mencionado acima - meados do séc. XIX, inícios do séc. XX - que se começa a estudar as peças de ourivesaria, nomeadamente numa vertente teórica histórico-culturalista⁶, dando-se primazia aos aspectos estilísticos e tipológicos.

Em 1889, temos já algumas referências nomeadamente por parte de Sebastião Estácio da Veiga, na sua obra *Antiguidades monumentaes do Algarve*, no vol.III, em que se referem os materiais metálicos de Alcalar, aludindo a uma das placas de ouro que apareceram nesta necrópole. No vol. IV, o autor faz referência ao bracelete encontrado na Serra da Conceição em Tavira e ao Diadema de Balugães.

⁴ O coleccionismo refere-se ao período em que a Arqueologia ainda não era vista e observada como ciência, apesar de esta ter derivado deste conceito. O coleccionismo importa-se somente com o facto de as peças apresentarem uma grande preciosidade e serem bonitas, figurando em museus particulares e antiquários.

⁵ Há um pormenor que se torna essencial mencionar que é o facto de esta realidade não acontecer somente no período do coleccionismo, mas ainda actualmente pela preciosidade destes materiais arqueológicos.

⁶ A vertente histórico-culturalista é aquela que dá primazia à descrição da cultura material, apresentando-se os seus tipos (ALARCÃO, 2000: 29).



Existem outros autores como, por exemplo, António do Santos Rocha com o trabalho desenvolvido sobre o disco de Bensafrim, em que o mesmo faz uma descrição da peça e da sua decoração, abordando já alguns paralelos para os motivos decorativos presentes neste objecto (SANTOS ROCHA, 1904: 104). Octávio da Veiga Ferreira com diversos trabalhos desenvolvidos neste campo de investigação, como por exemplo a publicação de um artigo intitulado “Nota acerca de um fragmento de um diadema? Ou Adorno? Dourado”, onde é feita uma breve descrição do objecto, das suas dimensões, aspectos cronológicos e paralelos (FERREIRA, 1969: 115)⁷. Estes dois investigadores para além de se apresentarem como fundamentais, contribuíram imenso para o desenvolvimento do estudo da ourivesaria arcaica.

Manuel Heleno com o seu trabalho intitulado “Jóias Pré-romanas” publicado no volume I da *Ethnos* em 1935 faz referência a alguns conjuntos e objectos de ouro, como por exemplo o tesouro de São Martinho, o tesouro de Mira de Aire, o tesouro de Moura, entre outros. Neste trabalho de Manuel Heleno verifica-se que este faz uma descrição muito boa das peças, apresentando as suas dimensões, o seu peso e toque. Neste trabalho Manuel Heleno já aborda e discute questões e condições de achado das peças, podendo-se observar que o mesmo já reconhecia algumas preocupações com esta problemática

Um outro investigador que se deteve de uma forma quase intensiva no estudo da ourivesaria arcaica foi Mário Cardozo, nomeadamente em trabalhos como “Jóias áureas proto-históricas da Citânia de Briteiros” publicado na *Revista de Guimarães*, vol. XLVIII, “Joalheria Lusitana” – *Conímbriga*, vol.I-, entre outros estudos desenvolvidos por este investigador. Outros autores como Eugénio Jalhay e Ricardo Severo, também se interessaram pela ourivesaria arcaica.

Sobre Mário Cardozo existe ainda um trabalho que não pode deixar de ser mencionado pela sua importância, uma vez que realiza uma resenha bibliográfica dos trabalhos de ourivesaria conhecidos até àquele momento. Este trabalho intitula-se “Elementos bibliográficos para o estudo da joalheria arcaica luso-espanhola” publicado na *Revista de Guimarães*, vol. LXXVII, de 1967.

Com o surgimento de uma nova corrente arqueológica, a designada Nova Arqueologia⁸, com o seu apogeu na década de 70 do séc. XX, dá-se uma importância às

⁷ Não nos podemos esquecer que todos os autores quando escrevem sobre um determinado tema, colocam nesse tema a realidade social que se encontram a vivenciar e estão imbuídos da realidade científica em voga em determinado período, por isso não se apresenta de todo estranho que Octávio da Veiga Ferreira, em 1960 escreva de uma forma mais vocacionada para uma realidade histórico-culturalista.

⁸ A Nova Arqueologia é uma corrente da arqueologia que visa, ao contrário da Histórico-culturalista, o estudo das comunidades que se encontram por trás dos objectos. É durante este período que se desenvolve a



análises físico-químicas e conseqüentemente ao desenvolvimento de trabalhos de arqueometalurgia, apoiando-se a Arqueologia em outras ciências. Dentro desta corrente arqueológica podemos mencionar alguns autores como Axel Hartmann, com o seu trabalho de 1982, intitulado de *Prahistorische Goldfunde aus Europa II* e o trabalho publicado na *Revista de Guimarães*, no ano de 1971, denominado de “Análises de alguns objectos pré-históricos de ouro procedentes, procedentes do Norte de Portugal”, em que este apresenta algumas análises arqueometalúrgicas realizadas em peças portuguesas, nomeadamente do Norte do país, apresentando-se como uma investigação muito útil por exemplo no que concerne à observação das ligas. Uma outra investigadora que também se debruçou esporadicamente sobre este assunto e que chegou mesmo a trabalhar em colaboração com Hartmann é Philine Kalb com uma obra intitulada como “Investigaciones espectro-analíticas sobre hallazgos hispánicos de oro”, publicado em *Archivo de Prehistoria Levantina*, XII, no ano de 1969, mas que somente reportam a objectos espanhóis.

Apesar de já existirem algumas preocupações tecnológicas sobre as peças, nomeadamente demonstrada nos trabalhos de Mário Cardozo, é somente depois dos trabalhos de Hartmann e durante as décadas de 80 e 90 que houve uma renovação e evolução na investigação de peças de ourivesaria pré e proto-históricas, nomeadamente com esta preocupação tecnológica, ou seja, como os ourives realizavam as peças. A pergunta essencial é: que processos se utilizavam para a realização de determinadas peças? Foi com as investigações desenvolvidas por Alicia Perea, com o trabalho de *Orfebrería Prerromana*, publicada em 1991, onde se engloba o estudo de algumas peças portuguesas. Também os trabalhos desenvolvidos por Barbara Armbruster, nomeadamente com a investigação feita ao colar de Sintra, intitulado de “Sur la technologie et la typologie du collier de Sintra (Lisbonne, Portugal) – un oeuvre d’orfèvrerie du bronze final atlantique composé des types Sargrajas Berzocana et Villena Estremoz” publicado na revista *Trabajos de Prehistoria*, vol.52, 1995, a abordagem tecnológica foi intensamente desenvolvida.

A colaboração entre estas duas investigadoras tem sido frequente e benéfica, uma vez que desenvolvem o tema da tecnologia de uma forma sistemática, havendo alguns trabalhos como “Macizo/Hueco, soldado/Fundido, Morfología/Tecnología. El ámbito tecnológico castreño a través de los torques con remates en doble escocia”, publicado em *Trabajos de Prehistoria*, vol.57, 2000, e “Tecnologías de herramientas rotativas durante el Bronce Final

interdisciplinariedade com outras ciências para a compreensão das pessoas e comunidades que tinham realizado aqueles objectos, apresentando-se mais importante explicar o passado do que descrevê-lo (RENFREW, Colin e BAHN, Paul, 1991: 39).



Atlântico. El deposito de Villena”, em *Trabajos de Prehistoria*, vol.51, 1994, entre muitos outros textos realizados em comum e que tão bem desenvolveram a problemática tecnológica e recuperação do processo de fabrico em torno da ourivesaria pré e proto-histórica. Este último texto demonstra a necessidade de uma interdependência entre as diversas ciências e correntes arqueológicas para o estudo da ourivesaria arcaica peninsular (ARMBRUSTER e PEREA, 1994: 70). Como refere Jorge de Alarcão “*As diversas escolas são diferentes olhares sobre o mesmo objecto; necessitamos de todos os olhares para entendermos melhor a complexidade dos sistemas socioculturais, porque um vê o que a outro se oculta. Nesse sentido, os olhares são complementares.*” (ALARCÃO, 2000: 212).

Um outro investigador que se debruçou sistematicamente sobre a ourivesaria arcaica, englobando também peças e tesouros portugueses foi Gérard Nicolini, com o seu trabalho intitulado *Les techniques des ors antiqúes*, publicado em 1990, em Paris.

Outros autores que se ocuparam da temática tecnológica e que desenvolveram trabalhos importantes no âmbito da ourivesaria arcaica foram Armando Coelho Ferreira da Silva, Rui Parreira e Virgílio Correia. O primeiro autor citado estudou mais intensivamente a ourivesaria arcaica da região norte de Portugal, concretamente na sua tese intitulada *A cultura castreja do Noroeste de Portugal*, de 1986, onde nos providencia uma boa base de estudo sobre a ourivesaria encontrada neste território, fazendo um estudo sistemático destes objectos. Por outro lado, Virgílio Correia focou-se essencialmente na região sul do país. Rui Parreira analisa a ourivesaria arcaica do nosso país de uma forma generalizada. Todos eles têm apresentado importantes publicações no âmbito da ourivesaria arcaica.

Rui Parreira apresenta-se também como um autor que é importante analisar quando se estuda ourivesaria arcaica, uma vez que escreveu, sozinho ou em cooperação com outros autores, importantes trabalhos como *Tesouros da Arqueologia Portuguesa* publicado em 1980 e *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia – Colecção de Ourivesaria; Colecção de Ourivesaria, Do Calcolítico à Idade do Bronze* em colaboração com Barbara Armbruster, que foi publicado em 1993 e mais recentemente um importante trabalho publicado em co-autoria com Armando Coelho e Virgílio Correia, intitulado de *Ourivesaria Arcaica em Portugal – O Brilho do Poder*, publicado em 2013.

Alguns dos autores indicados após a referência à década de 60 e, conseqüentemente, à Nova Arqueologia, pode-se dizer que de uma forma geral, enquadram-se mais na corrente que



atingiu o seu auge nos anos 80, a Arqueologia Contextual⁹. Como Jorge de Alarcão refere “A arqueologia processualista busca as causas do comportamento; os contextualistas procuram as intenções. Os primeiros respondem ao porquê das acções; os contextualistas analisam o porquê, os propósitos, os fins.” (ALARCÃO, 2000: 210), desta forma, os investigadores acima mencionados procuram as intenções e os propósitos da realização e utilização de jóias auríferas, auxiliando-se de algumas disciplinas como a Etnoarqueologia, como por exemplo, o caso de Barbara Armbruster com alguns dos seus trabalhos desenvolvidos com comunidades do Mali, como por exemplo “Etnoarqueología aplicada a la metalurgia del oro: el caso de Europa Atlántica y Africa Occidental”, publicado na revista *Trabajos de Prehistoria*, no ano de 1993 e “L’orfèvrerie au Mali: une étude ethno-archéologique”, publicado também em 1993.

Uma outra investigadora que também se debruçou sobre algumas questões etnoarqueológicas foi Carla Maria Braz Martins com um trabalho intitulado de “Evolução da filigrana – estudo etnoarqueológico sobre a ourivesaria tradicional de Gondomar” publicado nas actas do 2º Congresso internacional sobre o rio Douro, em 1999.

Foi durante este período que também se começou a dar alguma importância à iconografia e ao seu estudo, isto é, passou a haver uma preocupação maior com a tentativa de encontrar o significado da iconografia presente nas peças de ourivesaria. Temos alguns investigadores que ao abordarem o tema da ourivesaria arcaica, sobretudo da Idade do Ferro, começam também a desenvolver esta problemática como por exemplo Carla Maria Braz Martins, Sebastián Celestino Pérez e Gérard Nicolini.

De uma forma geral, foram aqui apresentados alguns dos principais investigadores que se debruçaram e estudaram a ourivesaria arcaica portuguesa, tendo começado este por volta do séc. XIX. Quanto a Espanha, esta começou o estudo sobre ourivesaria arcaica de uma forma mais intensiva com o aparecimento de alguns tesouros na Extremadura espanhola, particularmente a partir da descoberta do tesouro de Aliseda em 1920 (CELESTINO PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006:24). A partir deste momento, os investigadores espanhóis começam a dar uma grande importância a este tipo de peças e a estudá-las intensivamente até aos dias de hoje (CELESTINO PÉREZ e BLANCO FERNANDÉZ, 2006: 24) enquanto em Portugal a investigação não se desenvolveu tanto como em Espanha.

⁹ Arqueologia contextual desenvolve-se essencialmente com os trabalhos de Ian Hodder. Apresenta-se como uma corrente arqueológica que se questiona sobre o significado das coisas. A arqueologia contextual nasce da necessidade de contextualizar os símbolos, fundamentando-se também em dados históricos, etno-históricos, etno-arqueológicos e obviamente nos dados arqueológicos e seus contextos.



Após esta análise, penso que é fundamental aludir alguns aspectos, nomeadamente ao facto de se apresentar como extremamente necessário realizar-se uma investigação interdisciplinar, para que se possa observar todos os aspectos inerentes à ourivesaria arcaica. Um outro elemento que me parece também indispensável mencionar é a urgência de um constante questionamento dos diversos postulados e teorias por parte dos investigadores, uma vez que somente com esta postura é que se consegue confirmar alguns paradigmas, ou não, postulados por outros autores, apresentando-se como um elemento fundamental para a continuação da investigação arqueológica, incluindo a da ourivesaria. Somente assim, se consegue atingir o objectivo final do arqueólogo, que é conhecer através da cultura material as comunidades que os produziram e utilizaram, embora alguns autores acreditem que tal nunca vai ser possível (visão pos-moderna da arqueologia¹⁰).

É com a atitude acima proposta, ou seja, o constante questionamento que nos poderemos aproximar de uma postura verosímil relativa às comunidades do passado.

2. -Investigação e estudo dos brincos

No que concerne ao estudo dos brincos, não se pode realizar um estudo de arte como se realizou para a ourivesaria, uma vez que não são conhecidos trabalhos que abordem somente os brincos pré-romanos. Desta forma, pretende-se mencionar, nesta fase, os trabalhos de investigadores que abordaram os brincos desde o Calcolítico até à Idade do Ferro.

Todos os investigadores aludidos até ao momento neste trabalho, como Alicia Perea, Barbara Armbruster, José Fortes, Gérard Nicolini, Armando Coelho, entre outros, desenvolveram até ao presente importantes trabalhos na ourivesaria arcaica, e portanto, abordaram também a problemática aqui em estudo. Por exemplo, no que respeita aos brincos, Armando Coelho realiza uma boa investigação de todos os conhecidos para o noroeste português, realizando uma óptima análise descritiva de todos estes e agrupando-as em tipos –

¹⁰ Aqueles que defendem uma atitude pós-moderna acreditam que é impossível alcançar-se a verdade sobre o passado e rejeitam a existência de um passado único. Como Jorge de Alarcão refere “O post-modernismo, em Arqueologia, corresponde essencialmente à valoração da multiplicidade das interpretações ou versões do passado, à insatisfação com as interpretações propostas, mesmo quando estas são julgadas convincentes ou adequadas;...” (ALARCÃO, 2000: 160)



criando assim uma tipologia¹¹ - trabalho que não se conhece para o sul do país. Para além disto, este investigador realiza uma descrição das peças, onde contempla aspectos como a sua explicitação, composição da matéria-prima, dimensões, procedência, bibliografia e o seu local de deposição. Existem também outros autores que, ao estudarem a Ourivesaria Castreja, como Pérez Outeiriño, abordam as arrecadas do Noroeste Português.

Relativamente à região sul, como já foi mencionado, não existem estudos tão completos acerca das mesmas peças¹². Estas são abordadas por autores como Manuel Heleno, Virgílio Correia, Rui Parreira, Barbara Armbruster, Alicia Perea e Gérard Nicolini, onde abordam nos seus trabalhos sobre ourivesaria arcaica os brincos / arrecadas.

Não sendo necessário realizar novamente a análise do tipo de investigação que os investigadores fazem às peças, uma vez que isto já se encontra realizado acima aquando da análise à ourivesaria em geral, é necessário ressaltar o facto de os investigadores se encontrarem imbuídos do seu ser social, isto é, encontram-se envolvidos pela sociedade que os rodeia e vão, mesmo que inconscientemente, depositar na sua investigação e pensamento arqueológico esta realidade social.

Uma das questões que se pode colocar ao finalizar o estudo da arte da ourivesaria em geral é se esta investigação avançou de acordo com a evolução da teoria arqueológica? Crê-se que sim, uma vez que primeiramente utilizava-se mais uma análise estilística e tipológica aos objectos, depois com o brotar da Nova Arqueologia passou a dar-se uma maior importância à arqueometalurgia e às conclusões que daí advêm. Somente por volta dos anos 80 / 90 é que se começa a dar uma maior importância ao estudo tecnológico das diversas peças e a perguntar o porquê da realização e utilização destas jóias, ou seja, a tentativa de atingir as intenções e propósitos de comunidades passadas, uma abordagem mais contextual da arqueologia. No que diz respeito ao estudo dos brincos, apesar de não existir nenhum estudo que se foque somente nestes objectos, eles vão sendo abordados pelos distintos investigadores, que focam a sua maneira de pensar e consequentemente a corrente arqueológica em que acreditam e se baseiam para realizar a sua investigação.

¹¹ Tipologia ou classificação tipológica é criar através de determinados objectos, observando as suas semelhanças e dissemelhanças para posteriormente agrupar os mesmos objectos em determinados grupos, formando assim tipos.

¹² O que se queria mencionar com isto é que o trabalho realizado por Armando Coelho para o norte ainda não foi realizado para o sul, não se estudando de uma forma tão exaustiva os brincos / arrecadas do sul do país, havendo como é óbvio algumas excepções como é o caso das arrecadas do Gaio, sobre as quais diversos investigadores se debruçaram e estudaram profundamente.



Desta forma, penso que se pode afirmar que o estudo dos objectos de ourivesaria avança de acordo com a evolução da teoria e metodologia arqueológica. Assim, enquanto na década de 30 os ingleses já detinham alguns interesses tecnológicos, neste período em Portugal a investigação ainda tinha uma vertente muito histórico-culturalista (PEREA: 1991, 18)¹³.

Quando são estudados objectos em ouro, neste caso brincos, um dos principais problemas que se coloca é não se conhecer os seus contextos de achado e, por vezes, o ano da sua descoberta, chegando mesmo a perder-se muitas das peças para cadinhos de fundição de ourives e para mercados de antiguidades, como poderá ter acontecido com a arrecada da Golegã (conf. ficha de inventário nº17) (CARDOZO: 1956, 463, fig.nº2), sobre a qual não se sabe o seu local de deposição tendo chegado somente uma breve descrição e uma fotografia (CARDOZO: 1956, 450). Tudo isto fez com que se perdesse muita da informação que se apresentaria de grande utilidade para a restituição dos fundamentos sociais que se encontrariam por detrás da utilização e deposição de tais objectos.

3. – Brincos do território nacional: do achado à conservação em museus

As peças inventariadas correspondem a 78 brincos, os quais formam 36 conjuntos. Se realizarmos uma análise de todos eles, verificamos que, na sua maioria, desconhece-se o contexto de achado. Mais especificamente, dos 36 conjuntos identificados na base de dados realizada, somente 9 têm um contexto arqueológico minimamente seguro: Cova da Moura (conf. ficha de inventário nº2), Citânia de Briteiros (Guimarães) (conf. ficha de inventário nº6), Castro do Cabeço de Vaiamonte (Portalegre) (conf. ficha de inventário nº22), Laundos (Póvoa do Varzim) (conf. ficha de inventário nº9), Casal dos Cabeços (Alenquer) (ficha de inventário nº21), Monte da Atafona (Almodôvar) (conf. ficha de inventário nº30), Galeado (Vila Nova de Milfontes) (conf. ficha de inventário nº28), Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal) (conf. ficha de inventário nº23) e Herdade do Pêgo (Ourique) (ficha de inventário nº29). Mais especificamente, existem alguns brincos da gruta da Ermegeira

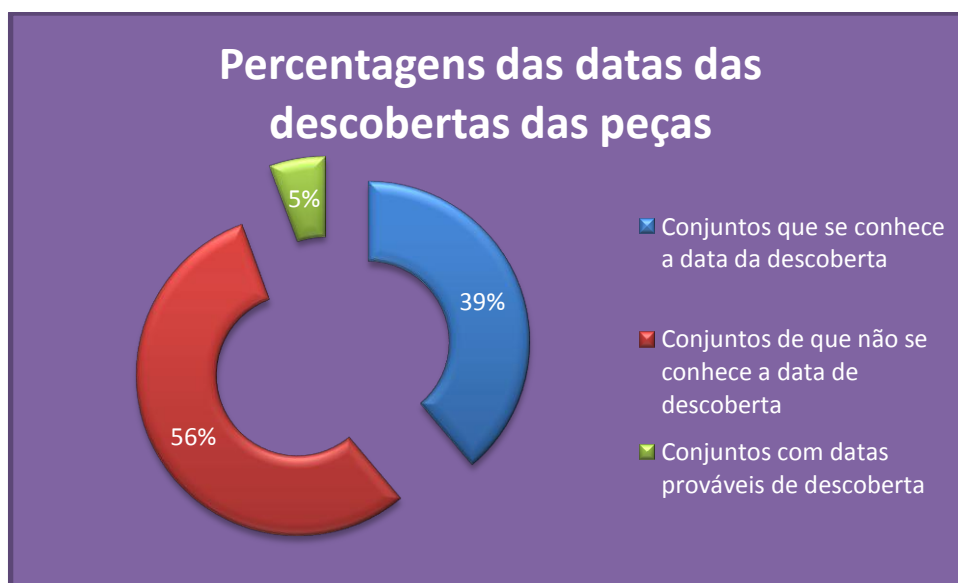
¹³ Esta referência realizada com base no trabalho de Alicia Perea para Espanha, mas creio que também se aplica para a região portuguesa.



(HELENO, 1942) e do Gaio (COSTA, 1966), que possuem um contexto funerário, embora as peças não procedam de contextos de escavação estratigráfica seguros.

Um outro aspecto que importa analisar diz respeito aos anos de achado das diversas peças¹⁴ verificando-se que dos trinta e seis conjuntos identificados na base de dados apenas catorze se encontram com datas de descoberta bem definidos, apresentando-se dois com algumas datas prováveis mas sem quaisquer certezas. Sabe-se apenas que foram adquiridas ou por Leite de Vasconcellos ou por Manuel Heleno em determinado momento, como por exemplo a arrecada de Monte Molião adquirida por Leite de Vasconcellos após a sua visita ao local em 1898, ou a arreada de Afife adquirida também por Leite de Vasconcellos em 1905.

Existem ainda vinte conjuntos em que não se conhece de todo a data de achado. Isto demonstra o desconhecimento da data de aparecimento da maior parte dos achados (56%). Por outro lado, é conhecida a data de descoberta de 39% dos achados enquanto 5% dos restantes objectos tem uma data provável de descoberta.



Se passarmos agora à análise da descoberta dos achados por décadas, verificamos que é entre a década de 20 e 30 do séc. XX que foram mais brincos descobertos. Uma das razões que se pode apontar para este facto é o intenso trabalho de Leite de Vasconcellos e de Manuel Heleno que recuperaram para o Museu Nacional de Arqueologia muitas peças que se

¹⁴ Análise similar foi realizada para os depósitos do bronze do território nacional (VILAÇA, 2006: 9-150).



encontravam nas mãos de ourives, como aconteceu por exemplo com o brinco procedente de Estremoz (ficha de inventário nº3), para além de algumas recolhas de materiais que o mesmo realizou como aconteceu com o nazm identificado na Necrópole do Galeado, em Vila Nova de Milfontes, no ano de 1939 (BEIRÃO e GOMES, 1983). Para além dos trabalhos de Manuel Heleno encontramos nestas décadas o aparecimento de muitos achados casuais, que advêm muitas das vezes do intenso trabalho agrícola registado neste período. Procedentes de escavações arqueológicas encontramos para este período uma minoria, nomeadamente os trabalhos desenvolvidos na Citânia de Briteiros, que em 1937 trouxe à luz dois brincos, e os trabalhos desenvolvidos na Cova da Moura (BELO, TRINDADE e FERREIRA, 1961), onde também se verificou a presença um fragmento de brinco na escavação de 1932.

Anteriormente a estas décadas, principalmente entre os anos de 1890 e 1910, verifica-se a existência do aparecimento de algumas peças e da recolha de muitas para o Museu Nacional de Arqueologia por Leite de Vasconcellos. Foi a intensa preocupação deste em adquirir a ourives peças que provavelmente se perderiam para sempre, que provocou o registo de algumas jóias durante estas décadas. Proveniente de um sítio arqueológico para este período apenas se conhece as arrecadas provenientes do Castro de São Félix, Laundos, descobertas no ano de 1908 (MARTINS, 2008: 90).

Para as décadas de 40 e 50, no presente inventário não consta nenhuma peça descoberta durante este período, tal aspecto não significa que durante esta época não se tivessem encontrado brincos, no entanto, não existem referências quanto ao aparecimento ou compra dos mesmos. Esta realidade pode ser também explicada pelo facto de ainda existirem muitas peças de que não se tem conhecimento a sua data de achado, podendo talvez terem sido encontradas durante este período.

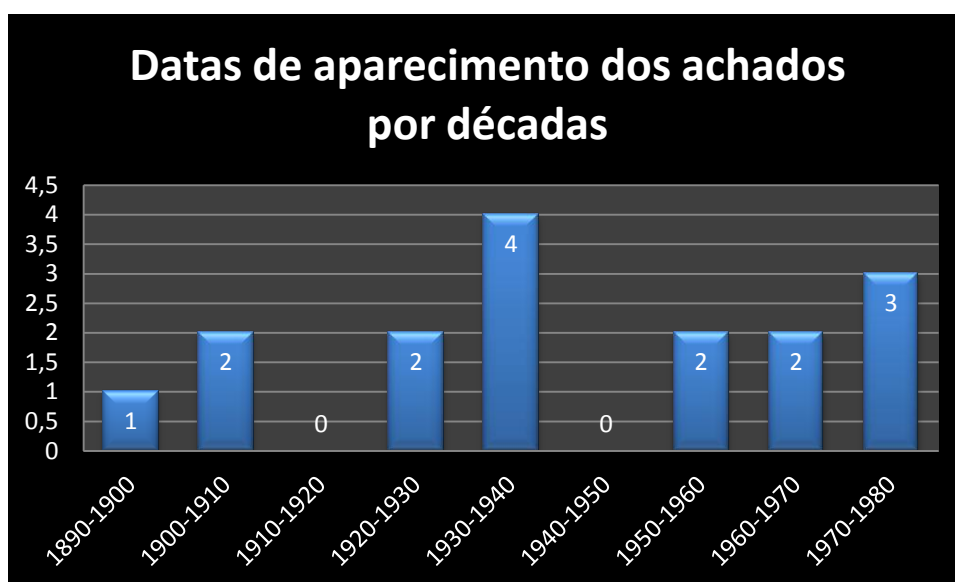
Entre as décadas de 50 e 60 assiste-se a um decréscimo no número dos conjuntos que se enumeraram na base de dados, identificando-se apenas três conjuntos de peças nomeadamente a descoberta no Castro do Cabeço de Vaiamonte¹⁵, proveniente de escavações arqueológicas no ano de 1954, em que se verifica o aparecimento de algumas arrecadas de diferentes tipologias. Neste mesmo ano muito provavelmente apareceu também a arrecada identificada em Monsanto da Beira (CARDOZO, 1956), mas, no entanto, não existem quaisquer certezas no que diz respeito a esta data. Falta mencionar por último, a descoberta do

¹⁵ Dados retirados da Direcção Geral do Património Cultural, nomeadamente do site www.matriznet.dgpc.pt



conjunto de brincos provenientes da Herdade do Gaio, em Setúbal, identificadas no ano de 1966 (COSTA, 1966).

Entre as décadas de 70 e 80 volta-se a verificar um aumento na descoberta de conjuntos de arrecadas, nomeadamente os brincos reconhecidos no ano de 1979, no Casal dos Cabeços, em Alenquer, por Inácio Lopes Machado. Estes brincos apresentam-se como um importante conjunto que abordaremos mais especificamente num capítulo posterior devido à sua importância (VIEGAS e PARREIRA, 1984: 79). A outra arrecada identificada terá sido reconhecida durante as escavações luso-francesas orientadas por Jorge de Alarcão em Conímbriga, entre as décadas de 60 e 70. Apesar de procederem de escavações muito bem acompanhadas, a arrecada não apresenta uma cronologia muito bem definida, uma vez que provêm de níveis de aterro de época claudiana (CORREIA, 1993).



Com este estudo foi possível observar que, como já mencionei acima, para a maioria dos conjuntos identificados não se conhece sequer o ano em que foram descobertos, quanto mais algumas informações sobre o seu contexto de achado. Ao perscrutar os anos de achado dos vários conjuntos verifiquei que existe alguma variabilidade presente, por exemplo enquanto entre as décadas de 20 e 30 se verificou um grande número de vários achados, outras como as décadas de 50 e 60 somente se observou a descoberta de três peças. Quanto às razões das variações apontadas acima, torna-se complicado propor algumas, uma vez que como já foi dito a maioria das peças não apresenta anos de achado, no entanto, o trabalho desenvolvido primeiramente por Leite de Vasconcellos e depois continuado por Manuel Heleno ao recuperarem grande parte das peças de ourivesaria arcaica em ourives fez com que

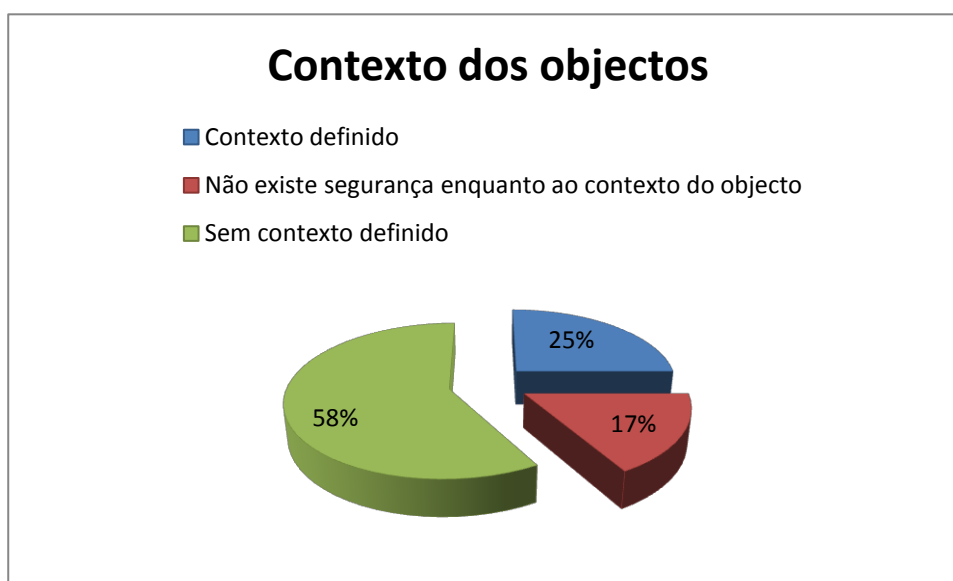


muitos destes espécimes se preservassem. Outra das razões que se poderá aludir para o maior ou menor descobrimento de peças de ourivesaria será o facto de a agricultura se encontrar mais ou menos desenvolvida, podendo relacionar-se com os incentivos que o Salazarismo deu ao trabalho da agricultura.

Quando se analisa a proveniência das peças, é possível verificar que grande parte dos achados advêm de descobertas casuais por parte de agricultores, sendo que o maior desenvolvimento da agricultura pode ter funcionado como um factor para que esta realidade acontecesse. Muitos mais factores poderão existir mas que de momento nos escapam, apresentando-se assim como um estudo que merece um maior empenho por parte dos investigadores.

Um facto que tem sido amplamente arraigado no presente trabalho prende-se exactamente com a ausência de contextos da maioria das peças, aspecto este que tem uma simples explicação e que passa essencialmente pelo grande interesse e riqueza que estes objectos podem despertar, podendo os mesmos serem vendidos em mercados de antiguidades, ou como já foi mencionado, irem parar a cadinhos de fundição de alguns ourives.

Ao analisar os contextos arqueológicos dos presentes brincos aqui em estudo, verifica-se que na sua maioria os mesmos encontram-se carecidos de contexto, verificando-se que apenas 9 conjuntos de brincos identificados na base de dados têm um contexto arqueológico bem definido, enquanto os restantes 21 não têm qualquer tipo de contexto, existindo 6 que se supõe um contexto através dos materiais associados, como é o caso, por exemplo, do Bombarral, e também de alguns elementos que apesar de procederem de trabalhos de escavação, o seu contexto é de todo duvidoso.





Para além da imensa descontextualização passível de verificar nesta análise, observou-se também que existe uma maioria da deposição deste tipo de objectos em necrópoles¹⁶, sendo que aparecem também alguns brincos em alguns povoados (4) e em depósitos (3). Os mesmos podem dever-se a diversas razões, nomeadamente como depósitos de fundidores, mercadores, rituais, votivos, defesa dos seus bens, entre outros. Toda esta informação é tida em conta na diacronia por nós estudada, ou seja, desde o Calcolítico até à Idade do Ferro.

É importante ainda mencionar que existem muitos objectos dos quais não se tem a certeza se pertencem a depósitos ou a necrópoles, e neste caso, podemos apontar um caso muito específico e que é o de Outeiro da Cabeça, em Torres Vedras, que por vezes tem sido interpretado como pertencendo a um depósito, pela presença de pequenas barras de ouro, e por informações orais, referindo que no local de aparecimento das peças encontrava-se presente uma grande mancha de cinza. Este dado tem sido interpretado como uma possível oficina, embora actualmente esta ideia não se apresente assim tão certa (SOARES *et alli*, 2010: 502). O facto de os brincos que apareceram neste conjunto encontrarem os seus paralelos em necrópoles, nomeadamente em El Acebuchal (CARDOSO, 2004: 246), poderia levar a propor que os mesmos procedessem então deste tipo de contextos. No entanto, não se crê que o facto de encontrarem paralelos para uma peça num determinado contexto, seja suficiente para propor o mesmo contexto para outras peças descontextualizadas. Desta forma, acredita-se que é fundamental, aliás como já foi mencionado por Alicia Perea, recolher a maior quantidade possível de dados sobre cada peça (PEREA, 2010: 244).

Uma outra análise que importa realizar é a mobilidade dos brincos dentro de Portugal, isto é, percorrer o caminho das peças desde que foram descobertas até à actualidade, para averiguar onde se encontra um maior número de peças e o porquê de isso acontecer e porque mãos as mesmas foram passando, tentando compreender os motivos para o desconhecimento e o desaparecimento de algumas peças.

De facto não podemos ter ideia do volume de produção de brincos durante a Pré e Proto-história uma vez que a maioria dos objectos ou continua desaparecida, ou então perderam-se para os cadinhos de fundição de muitos ourives.

Se olharmos para o mapa de Portugal e nele colocarmos o local de aparecimento ou sítio arqueológico de onde as peças são provenientes e o local onde as mesmas peças se

¹⁶ Esta afirmação apenas se pode considerar verdadeira se tomar-se em atenção a totalidade das peças, uma vez que como se verá em capítulos posteriores, existem determinados tipos de contexto que caracterizam mais especificamente um período cronológico que outros.



encontram actualmente¹⁷, pode-se observar que a maioria se concentra no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, devido ao trabalho de Leite de Vasconcellos e de Manuel Heleno, conforme já mencionámos.

Para além da grande concentração de peças no Museu Nacional de Arqueologia, encontramos também peças de ourivesaria no Museu da Sociedade Martins Sarmento, como aconteceu com as arrecadas da Citânia de Briteiros. Para além de se encontrarem arrecadas neste museu, encontram-se por exemplo também no Museu Regional de Sines, nomeadamente as do Gaio, e também no Museu Nacional de Soares Reis, no Porto. Estas realidades apresentam-se mais regionais, depositando-se as peças mais perto dos locais onde as mesmas procederam. No entanto, apesar da maior parte dos objectos conhecidos se encontrarem nos museus, temos algumas arrecadas identificadas na nossa base de dados que se encontram na mão de coleccionadores privados, como é o caso da arrecada de São Martinho da Anta (MARTINS, 2008: 77 – 129). Existem ainda alguns conjuntos como o proveniente do Outeiro da Cabeça / Casal das Passadeiras, que se encontra repartido em dois museus, no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu de Torres Vedras.

O local onde os brincos se encontram actualmente deve-se a múltiplos factores, nomeadamente ao local de aparecimento das peças, isto é, se no local de descoberta das peças existem museus que sejam capazes de as adquirir, o local para onde estas vão será o museu regional. Um outro factor é os investigadores que estudam ou adquirem determinadas peças e que as levam para os museus onde se encontram a trabalhar, como é o caso com o Museu Nacional de Arqueologia.

Desta forma, pode-se observar que existiu uma grande mobilidade das peças, essencialmente quando se começaram a descobrir mais e eram os investigadores dos museus que iam comprar as peças aos diversos ourives, ou então, recolhiam-nos de alguns sítios arqueológicos. Esta realidade foi-se alterando com o caminhar dos tempos, assistindo-se a um maior reconhecimento do valor arqueológico de determinadas peças pelos museus regionais, verificando-se assim que algumas peças passam a ficar nestes mesmos museus. Com o grande desenvolvimento que se assistiu nos últimos anos do trabalho em Arqueologia, nomeadamente com a Arqueologia Empresarial, ou são as próprias empresas que ficam com os materiais em depósito ou então estes acabam por ter que ser depositados nas Direcções Regionais ou mesmo no Museu Nacional de Arqueologia, assim como na garagem de alguns arqueólogos por não serem aceites em outros locais.

¹⁷ Anexo 2



IV – Análise dos Brincos

Antes de nos debruçarmos sobre os aspectos técnicos, morfológicos e tipológicos dos brincos, consideramos fundamental realizar uma breve análise dos aspectos da metalurgia do ouro, e observar em que termos esta influenciou o desenvolvimento social das comunidades. Por uma questão de sistematização, iniciamos a abordagem pelo Calcolítico, passando à Idade do Bronze e Idade do Ferro.

1. Calcolítico

Foi durante os finais do Neolítico, inícios do Calcolítico, que começam a surgir os primeiros objectos metálicos na Europa, apresentando-se estes essencialmente como o ouro, cobre e prata. No território português, verificamos as primeiras evidências da metalurgia do ouro durante o III milénio a.C., como se pode verificar, por exemplo, no povoado do Zambujal, onde aparece uma conta bitroncónica de ouro, assim como também no sítio da Penha Verde em Sintra, entre outros locais onde aparecem também objectos de ouro¹⁸ (CORREIA, SILVA e PARREIRA, 2013).

Um dos problemas que os investigadores têm discutido amplamente prende-se exactamente com a origem da metalurgia do ouro sendo que, inicialmente, defendia-se o surgimento da ourivesaria associada ao fenómeno campaniforme, ou seja, aos finais do Calcolítico. No entanto, actualmente, já se encontra provado que se realizava a metalurgia do ouro durante o período neolítico, nomeadamente em França e em outras áreas europeias (ELUÈRE, 1982: 117). No que concerne ao território actualmente português, os objectos de ouro mais antigos apresentam uma cronologia calcolítica, isto é, meados do III milénio a.C. Aponta-se que a ourivesaria surge num período pré-campaniforme. No entanto, a ourivesaria só se generaliza durante o fenómeno campaniforme (PEREA, 1991: 40).

Diversos autores têm relacionado a metalurgia do ouro com a do cobre, sendo praticamente impossível considerar a produção do ouro à margem da produção do cobre e de todo o processo metalúrgico em geral (REBUREDO CANOSA, 2000: 78).

¹⁸ É importante mencionar que para além do povoado do Zambujal (este apresenta-se como o mais conhecido) existem outros povoados em que apareceram os primeiros vestígios da metalurgia, não só do ouro, mas também do cobre. (ROBERTS, 2009: 465).



Tem-se defendido que se apresenta mais fácil observar o ouro nativo na natureza do que propriamente o cobre, sustentando assim que é mais lógico ter-se começado primeiro a trabalhar o ouro que o cobre (NICOLINI, 1990: 65). No entanto, se observarmos o registo arqueológico, as primeiras peças de ouro aparecem somente em meados do III milénio a.C., aliás como já se tinha mencionado acima.

No que diz respeito à exploração e execução das peças de ouro, durante este período a exploração do ouro era aluvionar, ou seja, provinha de contextos secundários. Um aspecto que vem confirmar esta realidade é o facto de nas análises químicas realizadas a algumas peças verificar-se uma grande percentagem de estanho nas mesmas (ARMBRUSTER e PARREIRA, 1993: 20). Para além disto é interessante notar que a maioria dos objectos de ouro encontrados durante este período encontra-se disperso, quase exclusivamente, pela fachada atlântica, de acordo com os principais rios auríferos (BLASCO e RÍOS, 2010: 366). Desta forma, é possível observar que a maioria das peças calcólicas em Portugal encontra-se dispersa na margem atlântica, essencialmente na Estremadura portuguesa, que também se apresenta como uma área de grande expressividade de testemunhos relacionados com o fenómeno campaniforme.

Muitos autores defendem que a pepita de ouro era transformada através do martelamento, existindo somente esta técnica para a sua transformação e logo depois esta seria alisada ou brunida e os seus bordos recortados. No entanto, outros propõem que para este período existiria já uma técnica de fundição para determinados objectos (NICOLINI, 1990: 67). Ora, se já existia a fundição do cobre durante este período porque é que não se podia fazer o mesmo para o ouro? Crê-se que sim, que seria possível a fundição do ouro neste período, uma vez que não existe nenhum aspecto tecnológico que impedisse tal operação. Acreditamos que seria ainda mais comum a coexistência destas duas técnicas, ou seja, continuava-se a realizar a martelagem a frio e a fundição de algumas peças, tomando em atenção o tipo de peça que se queria realizar. Quanto à decoração das peças, inicialmente as mesmas não apresentavam decoração, era a sua cor, brilho e raridade que as tornavam únicas. No entanto, depressa a decoração começou a ser utilizada, nomeadamente através dos puncionamentos, e também poderia apresentar-se como uma decoração repuxada.

Os tipos de peças mais frequentes fabricados durante este período apresentam-se como contas, diademas, tiras e placas de revestimento. Aparecem também alguns brincos, normalmente designados por pendentos em lâminas ovais, parte do objecto de estudo do presente trabalho.



Os objectos de ouro para este período eram preferencialmente usados como elementos de atributo pessoal e acompanhavam os mortos nos seus enterramentos. Desta forma, para o período aqui em questão os contextos em que mais frequentemente aparecem as peças de ouro são os contextos de enterramento, aparecendo também em alguns contextos habitacionais mas menos frequentemente como é o caso do Zambujal, Quinta da Penha Verde e Moita da Ladra (CORREIA, PARREIRA e SILVA, 2013: 23).

É exactamente com os enterramentos associados ao fenómeno campaniforme que se começa a normalizar a inclusão dos objectos metálicos, apresentando-se o cobre em muito maior número do que o ouro. Esta escassez do metal encontra-se explicada pela restrição do número de pessoas que acederiam a este tipo de bens (BLASCO e RÍOS, 2010: 360).

1.1. - Tecnologia

No que diz respeito à forma como os brincos mais característicos deste período foram produzidos, muitos autores como Manuel Heleno, Rui Parreira e Barbara Armbruster já se debruçaram sobre esta matéria. Desta forma, não nos resta muito mais do que realizar uma pequena síntese do que os mesmos trataram.

Para este período cronológico, temos na nossa amostra de estudo quatro brincos, sendo que dois pertencem à Gruta da Ermegeira¹⁹ - descobertos em 1939, no concelho de Torres Vedras, distrito de Lisboa e intervencionadas por Manuel Heleno -, outro apresenta-se como um pequeno fragmento da gruta da Cova da Moura²⁰ - sítio arqueológico localizado em Torres Vedras, Lisboa e que foi descoberto em 1932, e intervencionado por Ricardo Belo e Leonel Trindade (BELO, TRINDADE, e FERREIRA, 1961: 394) - e o outro é um exemplar que foi identificado em Estremoz²¹, adquirido por Manuel Heleno ao ourives Fernando Lemos, de Estremoz. Não se conhece ao certo a proveniência deste brinco, sabendo-se apenas que o mesmo provém da região de Estremoz (HELENO, 1942: 458).

Estes brincos teriam sido feitos a partir de uma (ou várias pepitas) de ouro recolhida em depósitos fluviais e posteriormente terá sido laminada por martelagem. Antes de serem transformadas a partir da martelagem, as mesmas poderiam ser fundidas ou simplesmente

¹⁹ Anexo 1, ficha de inventário nº1

²⁰ Anexo 1, ficha de inventário nº 2

²¹ Anexo 1, ficha de inventário nº 3



sujeitas a um aquecimento, para se limpar as pepitas das outras impurezas que dificultariam o trabalho de martelagem. Como Nuria Reboredo Canosa afirma “*La simple fusión y removido del crisol con un agitador sería suficiente para homogeneizar el metal y facilitar su trabajo, además de limpiarlo de impurezas, que quedan adheridas a las paredes del crisol y al agitador, así como controlar la cantidad de oro requerida.*” (REBUREDO CANOSA, 2000, 75). Durante o processo de transformação é necessário ter também o conhecimento sobre a técnica do recozimento, o que permitia uma maior maleabilidade ao ouro indispensável ao seu trabalho, mesmo em períodos mais antigos, que seria útil, por exemplo, para a realização da haste da suspensão.

Posteriormente passar-se-ia à última fase de execução da peça, que se prende com o acabamento e a realização da sua decoração e com o recortar da peça segundo a forma desejada. Em termos decorativos, estes brincos apresentam um pontilhado duplo realizado através do puncionamento executado pelo reverso da peça, servindo-se de um punção para realizar tal decoração (ARMBRUSTER e PARREIRA, 1993: 158). A decoração foi realizada nas extremidades dos brincos, seguindo sempre a sua forma ovalada (ARMBRUSTER e PARREIRA, 1993: 156). Nos exemplares da Gruta da Ermegeira e da Cova da Moura, o punção perfurou as lâminas de ouro, enquanto no brinco de Estremoz tal não aconteceu. Desta forma, uma pergunta tem de ser colocada: isto terá sido intencional, ou por alguma razão o ourives que realizou esta peça não conseguiu perfurar a lâmina de ouro? Ora se tomarmos em atenção a espessura da lâmina, observamos que esta se apresenta muito mais espessa que a dos restantes brincos aqui estudados, o que, de facto, se poderá apresentar como um obstáculo para a realização dos pequenos furos presentes nos outros brincos. No entanto, não se pode descartar a hipótese de que tenha sido o ourives que intencionalmente não quis mesmo realizar as perfurações.

O único brinco que poderia levantar algumas questões sobre os aspectos tecnológicos seria o da Cova da Moura, uma vez que se encontra fragmentado. No entanto, e através da sua análise, terá passado exactamente pelos mesmos processos de fabrico que os outros acima mencionados, sendo que a única coisa que se altera neste brinco é que ao contrário dos da Gruta da Ermegeira e o de Estremoz, este apresenta somente uma linha de puncionamentos, enquanto os restantes apresentam duas.

Posteriormente ou anteriormente à execução da decoração, a lâmina de ouro teria que ser recortada para se obter a forma desejada. Parece mais plausível que tal trabalho se realizasse antes da decoração, atendendo ao caso específico destes brincos, uma vez que a sua



decoreção é realizada seguindo sempre a forma e o bordo das peças, sugerindo portanto que as mesmas já se deveriam encontrar recortadas²².

1.2. - Morfo-tipologia

No presente subcapítulo analisar-se-á a vertente morfo-tipológica, isto é, pretende-se aqui estudar a forma dos brincos e recorrendo a esta análise inseri-los numa possível tipologia. Para estes brincos não foi criada nenhuma tipologia, uma vez que os exemplares existentes na amostra aqui em estudo são poucos e apresentam-se bastantes similares. Desta forma, optou-se por inseri-los em algumas tipologias criadas por outros autores.

Em termos formais, estes brincos apresentam uma forma ovalada, que se prolonga na parte superior para a formação da haste que irá servir para sustentação. As peças apresentam uma decoreção pontilhada em uma ou duas linhas paralelas (ARMBRUSTER e PARREIRA, 1993: 156).

É importante mencionar na morfologia as dimensões e pesos das peças, portanto para os exemplares em que há essa informação tal será acrescentada. É o que se passa com todos os brincos identificados para o Calcolítico. Desta forma, os brincos da Ermegeira apresentam os dois pesos distintos, uma vez que um não se encontra completo. Em termos de dimensões as mesmas são idênticas²³, alterando somente a largura do seu eixo maior, que se apresenta menor, uma vez que esta não se encontra totalmente completa (HELENO, 1942: 458).

No que diz respeito ao exemplar da Cova da Moura, não se pode adiantar muita informação uma vez que, como já foi mencionado acima, apenas se conhece um pequeno fragmento do mesmo. No entanto, e paralelizando com os objectos já acima mencionados a sua morfologia não se apresentaria muito distinta da dos brincos da Ermegeira, alterando somente a sua decoreção que, na vez de terem duas linhas de pontilhados paralelos, apenas se verifica uma.

No que concerne ao exemplar de Estremoz, este apresenta uma forma muito mais circular que os brincos da Ermegeira, não podendo extrapolar se o é também para o da Cova da Moura, uma vez que este se encontra fragmentado. Um outro aspecto que importa ainda mencionar e que o distingue dos outros exemplares é o facto de a lâmina do brinco, como já

²² Anexo 3

²³ Anexo 4



foi mencionado, se apresentar muito mais grosseira que os restantes brincos. A haste deste brinco apresenta-se partida pela curvatura (HELENO, 1942: 458). Esta peça ainda se apresenta muito amolgada.

Após a análise acima realizada, pode-se verificar que estes brincos encontram-se enquadrados num termo que é os pendentes de tipo “basket”, termo que aliás tem sido utilizado por alguns autores para descrever os brincos aqui examinados. Outro termo que tem sido utilizado para descrever estes brincos é pendente em forma de paleta (PEREA, 1991: 72). Em termos peninsulares apenas se conhecem os exemplares portugueses, não existindo quaisquer paralelos para os mesmos pelo menos de que se tenha conhecimento para a região espanhola.

Os exemplares portugueses apresentam uma forma ligeiramente ovalada, no entanto muito mais arredondada do que se verifica nos exemplares estrangeiros, nomeadamente irlandeses e ingleses. Isto pode encontrar-se relacionado, como aliás Alicia Perea menciona, com uma distinção em termos funcionais, isto é, os ingleses que apresentariam uma forma muito mais ovalada poderiam ter servido como umas espécies de ganchos para cabelo, enquanto os exemplares portugueses terão servido como brincos (PEREA, 1991: 91). Desta forma, Alicia Perea propõe que os exemplares portugueses se deveriam denominar de brincos ou pendentes de “paletas” enquanto os exemplares europeus a autora denominou-os de tipo “basket”. Já Armando Coelho denomina-os de pendentes de tipo “basket”. Taylor, realizando paralelos com os exemplares portugueses acaba por utilizar também a designação de “basket” (TAYLOR, 1980: 22).

1.3. - Paralelos

No que diz respeito aos paralelos para os brincos da Ermegeira temos mais próximos, em termos territoriais, o fragmento de brinco da Gruta natural da Cova da Moura e o brinco de Estremoz.

Como já se referiu acima, para a região espanhola²⁴ não se encontra nenhum paralelo, encontrando-os somente nas Ilhas Britânicas e na Irlanda, nomeadamente o exemplar de Dacomel²⁵, que aliás é considerado uma importação peninsular, tanto pelas suas

²⁴ Anexo 12

²⁵ Anexo 5



características morfológicas, assim como a composição do ouro em que o mesmo é trabalhado, remetendo para as realidades peninsulares (PEREA, 1991: 92) (TAYLOR, 1980: 22). Este facto demonstra já uma relação entre as comunidades europeias, revelando um sistema de trocas dentro da fachada atlântica e a Europa Central, envolvendo alguns materiais arqueológicos, nomeadamente a ourivesaria. Em que termos se realizariam estes contactos é algo que necessitaria de uma abordagem e exploração mais abrangentes, mas que no presente trabalho, não é algo considerado prioritário.

1.4. – Contextos

Referente aos contextos dos brincos aqui abordados, apresentam um contexto funerário, nomeadamente os brincos da Ermegeira, que procedem de uma gruta artificial e o fragmento da Cova da Moura foi recuperado numa gruta natural²⁶, havendo desde logo uma diferença contextual importante.

No entanto, no que diz respeito à Gruta da Ermegeira, apesar de se terem realizado escavações na mesma, esta já se encontrava violada, podendo somente recuperar-se algum espólio, em que se enquadram materiais líticos, cerâmicos, ósseos e metálicos. É importante mencionar que os brincos, também denominados como pendentes, e algumas das contas tubulares foram adquiridos a um ourives²⁷, portanto a sua descoberta não resultou sequer da intervenção arqueológica desempenhada nesta gruta, não detendo assim um contexto seguro (HELENO, 1942: 449). Encontraram-se depois mais cinco contas tubulares, mas já no âmbito da intervenção de Manuel Heleno.

No que diz respeito à Cova da Moura, apresentou-se inicialmente como um local colectivo de enterramento durante o Calcolítico, encontrando-se pelo menos lá enterrados cerca de 90 indivíduos pela contagem dos calcâneos e, posteriormente, na Idade do Ferro foi ocupada como local de habitação (BELO, TRINDADE, e FERREIRA, 1961: 396).

²⁶ Isto desde logo supõe uma diferença contextual importante, uma vez que enquanto na Ermegeira a população “criou” ou teve a intenção de realizar um local de enterramento em que existiu um planeamento para a construção do mesmo, no caso da Gruta da Cova da Moura houve antes um aproveitamento de uma gruta natural para depositarem aí os seus mortos. Como Patrícia Jordão e Pedro Mendes referem “*Uma gruta natural é exclusivamente criada por agentes naturais. Uma gruta artificial, pelo contrário, é uma arquitectura antrópica. Há estruturas que são iniciadas pela natureza e tornadas monumentos funerários pelo Homem, que continua o trabalho de escavar a rocha – é uma gruta semi-artificial*” (JORDÃO e MENDES, 2007:47).

²⁷ As contas que se encontravam na posse do ourives nunca chegaram a ser adquiridos pelo Museu Nacional de Arqueologia, uma vez que foram fundidas antes que tal acontecesse (HELENO, 1942: 449).



Em termos materiais apareceram nesta gruta desde materiais líticos, cerâmicos, nomeadamente Campaniforme, e também objectos metálicos nos quais se inclui um machado, pontas de seta e pontas de lança.

Quanto ao brinco identificado em Estremoz, não se conhece nada sobre o seu contexto, sabendo-se apenas, como já foi mencionado anteriormente, que foi adquirido a um ourives e que a sua procedência é dos arredores de Estremoz. Se tivermos em atenção aos outros elementos acima mencionados, poder-se-ia supor que o mesmo provinha de um contexto de enterramento, no entanto não existem nenhuns dados que garantam esta hipótese, ficando assim a mesma como uma mera suposição.

1.5. - Cronologia

Quando nos encontramos a analisar a cronologia de determinada estação ou peça e não existem datações radiométricas que possibilitem uma datação mais afinada tem que se recorrer aos elementos arqueológicos que foram sendo recolhidos durante uma intervenção, ou que se encontram associados a uma peça específica para que se possa estabelecer uma cronologia para algum objecto.

Desta forma, e tendo em atenção todo o material recolhido durante a intervenção da gruta da Ermegeira e o próprio contexto em si, pode-se verificar que esta gruta artificial se enquadra numa fase avançada do Calcolítico, associado ao fenómeno campaniforme, como aliás confirmam algum dos materiais cerâmicos retirados da gruta.

Existem alguns autores como, por exemplo, Alicia Perea que coloca estes brincos numa cronologia enquadrada no Bronze Antigo. Ora, se olharmos bem para a realidade arqueológica verificamos que não há uma grande alteração em termos culturais nem sociais do Calcolítico Final para o Bronze Inicial prolongando-se até o uso da cerâmica campaniforme para estes períodos. Estas divisões entre Calcolítico e Bronze são meramente nossas, uma vez que necessitamos de um guia orientador para balizarmos os materiais e ditas alterações acima mencionados, mas temos de ter sempre em atenção que quando nos encontramos num período de transição não existe uma barreira linear a separar o Calcolítico do Bronze. Desta forma atribuímos uma cronologia para os brincos acima mencionados na transição do Calcolítico Final para o Bronze Inicial, cronologia mais antiga do que alguns autores espanhóis propõem, nomeadamente Ruiz-Gálvez Priego que coloca estes exemplares



na segunda fase do Bronze Antigo, mais ou menos entre 1750 e 1600 a.C. (PEREA, 1991: 92).

Relativamente à gruta artificial da Cova da Moura, podemos, em termos cronológicos, atribuir esta gruta a um momento tardio do Calcolítico relacionado com o fenómeno Campaniforme, tendo posteriormente uma reocupação durante o Bronze Final, inícios da Idade do Ferro, mas esta com funções totalmente distintas da anterior.

Em termos cronológicos, quanto ao brinco de Estremoz, é atribuído ao Calcolítico essencialmente pelos seus elementos morfológicos, tipológicos e tecnológicos que paralelizam com os exemplares acima mencionados, tanto da Gruta da Ermegeira, como o fragmento da gruta natural da Cova da Moura.

Um outro aspecto que faz com que se coloque este brinco no Calcolítico é o facto de ele ter sido adquirido juntamente com três fragmentos de um diadema com paralelos com o da Cueva de los Murciélagos, enquadrados portanto em período calcolítico. Isto levou alguns autores, nomeadamente Manuel Heleno, a propor que estas peças fizessem todas parte de um mesmo conjunto (HELENO, 1942: 458).

2. Idade do Bronze

Durante a Idade do Bronze assiste-se a algumas transformações sociais, culturais e políticas que influenciam e resultam, de certa forma, da própria produção metalúrgica, nomeadamente a do ouro, durante este período.

É também importante mencionar alguns aspectos referentes a este período, particularmente o facto de se terem verificado grandes diversidades regionais no território português, que se vão aprofundando durante a Idade do Bronze (JORGE, 2011: 215). É durante este período que aferimos um aumento da hierarquização e estratificação das sociedades, no entanto tal só se torna visível sobretudo no Bronze Final, enquanto no Bronze Inicial e Médio em algumas regiões se verifica uma continuidade da realidade calcolítica.

A transformação ao nível dos enterramentos, ou seja, a passagem do enterramento colectivo para o individual, indica já uma diferença de prestígio entre indivíduos. No entanto, somente com o decorrer da Idade do Bronze e com uma evolução tanto económica como social se percebe uma sociedade muito mais hierarquizada. É durante este período que as elites começam a ganhar um maior poder e centralizam-no através da acumulação de riqueza



e da distribuição de bens e de matérias-primas. O facto de durante a Idade do Bronze se assistir a uma grande heterogeneidade de ouro, pode ser possivelmente explicada por existir uma grande mobilidade de matéria-prima, sendo esta mobilidade regida e patenteada pelas elites.

É durante a Idade do Bronze que começamos a assistir a uma maior rede de trocas e intercâmbios inter-regionais, controladas como já foi mencionado acima pelas elites que se começavam a formar. São estas elites que administram esta vasta rede de trocas, nomeadamente de bens de prestígio, em que se incluem os materiais de ouro mais característicos deste período, como as espirais, cadeias de espirais, braceletes e diademas.

Uma característica muito comum da Idade do Bronze é o aparecimento dos depósitos de materiais metálicos, nomeadamente de ouro. O fenómeno dos depósitos / entesouramentos apresenta-se como uma realidade muito mais frequente no Bronze Final. A explicação para a existência deste fenómeno afigura-se bastante complexa, não existindo um consenso entre os investigadores para a interpretação dos mesmos. Esta não se apresenta como uma problemática fácil de solucionar, existindo diversas teorias para explicar estes fenómenos.

Uma das teorias que se aponta é o facto de alguns destes depósitos poderem ter pertencido a ourives ou a fundidores, por apresentarem em associação alguma matéria-prima. Outra teoria que tem sido apontada, nomeadamente por Celestino Pérez e Blanco Fernández é que os depósitos poderiam apresentar-se como rituais, uma vez que algumas jóias detinham uma força ritual e que transmitia essa força ao seu portador. Aliás, a própria simbologia do ouro decorrente do seu cromatismo, conotado com o sol, é já por si só muito importante. Quando as jóias deixavam de ter esta força ritual eram depois ocultadas através de um ritual (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNANDEZ, 2006: 15 e 16).

Não se pode deixar de mencionar o facto de as jóias que se encontram durante este período aparecem na maioria das vezes desprovidas de qualquer tipo de contexto, o que dificulta imenso qualquer intento interpretativo por parte dos arqueólogos. No entanto, não nos podemos esquecer que um entesouramento ou um depósito apresenta-se por si só como um contexto, uma vez que, como já foi mencionado acima, as comunidades passadas - por algum motivo ao qual actualmente não conseguimos chegar - poderiam entesourar ou depositar as suas jóias. Como Raquel Vilaça menciona *“A ideia, feita pela negativa, de que um depósito corresponde a objectos desprovidos de contexto (Jorge, 1999, p. 107), entenda-se funerário ou doméstico, isto é, uma jazida funcionalmente discriminada, é uma visão limitada do entendimento que se deve fazer da noção de contexto, (...) É assim que o*



entendemos e, nesse sentido, são muitos os depósitos contextualizados.” (VILAÇA, 2006: 26).

Começando agora a abordar as problemáticas relativas à metalurgia do ouro, durante o período aqui em análise é importante mencionar que em termos da exploração do ouro, a mesma continuava a realizar-se em depósitos secundários, isto é, em rios que continham areias auríferas, não se alterando muito da realidade conhecida durante o Calcolítico. Isto não diz respeito somente ao processo de exploração, mas também ao processo de transformação das mesmas pelo menos durante os períodos iniciais da Idade do Bronze e até mesmo até ao Bronze Médio. O que se verifica durante esta etapa é um aperfeiçoamento das técnicas e um maior controlo do procedimento metalúrgico (PEREA, 1991: 68). Uma transformação que ocorre durante o Bronze Inicial e Médio é a utilização de moldes que, apesar de não ser drástica, é importante.

É durante o Bronze Final que se assiste a transformações e inovações dentro da metalurgia do ouro um pouco mais complexas, nomeadamente com o aparecimento das ligas intencionais de ouro e cobre, apesar de alguns autores, como Alicia Perea, defenderem que já se poderiam realizar ligas intencionais durante as etapas iniciais da Idade do Bronze, com a finalidade de aumentar a quantidade de metal disponível e para variar a sua cor (PEREA, 1991: 68).

Um outro aspecto que se tem de ter em atenção é à quantidade da produção metálica durante a Idade do Bronze, observando-se que durante os inícios do Bronze a produção metalúrgica, especificamente a do ouro, continuou baixa e muito pouco diversa. As peças mais comuns para este período inicial do Bronze apresentam-se essencialmente em espirais, cadeia de espirais, diademas, aplicações discoidais e lúnulas. Somente com o Bronze Final é que se observa um aumento extraordinário na produção de ourivesaria, aferindo-se que esta é muito mais diversificada. As técnicas de fabrico complexificam-se durante este período, utilizando-se a “fundição secundária” para juntar vários elementos distintos para realizar uma peça (ARMBRUSTER; 2002-03: 148), isto é as peças são compostas por mais do que um elemento²⁸, como é o caso de um dos colares do Álamo e seus braceletes, assim como o bracelete de Cantonha entre outros elementos que para o estudo em questão não interessa mencionar. Uma outra técnica desenvolvida durante a Idade do Bronze foi a técnica da cera

²⁸ Existem diversas teorias que tentam explicar a soldadura e união destas peças (Álamo e Cantonha), nomeadamente a ideia defendida por Celestino-Pérez e Blanco Freijeiro em que estes sustentam que as peças poderiam estar relacionadas com alianças inter-grupais, representando o objecto a união de determinados grupos (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FREIJEIRO, 2006: 20), expondo ao mesmo tempo uma explicação para os ocultamentos, uma vez que estes estariam relacionados com a duração da aliança.



perdida²⁹, inovação extremamente importante para a realização de algumas peças de ourivesaria durante este período, nomeadamente em alguns braceletes como o de Aljustrel entre outros (ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R., 1993: 136).

No que concerne à fase de acabamento das peças durante o Bronze Final estas sofrem grandes alterações em comparação com o período anterior, nomeadamente em termos decorativos, em que antes eram essencialmente à base de puncionamentos e repuxados e agora os métodos decorativos apresentam-se um pouco mais diversos, assim como também acontece com os temas.

Da nossa amostra de trabalho, para a Idade do Bronze os dados que temos apresentam-se escassos e bastante raros³⁰, tendo apenas o registo de quatro brincos³¹ que se encontram no território português pertencentes a este período cronológico, mas que não se tem a certeza da proveniência dos mesmos.

2.1. - Tecnologia

Começando pelo processo de extracção de ouro, utilizado durante a Idade do Bronze não seria diferente do processo utilizado para os exemplares mencionados para o Calcolítico, sendo que a matéria-prima seria obtida na sua forma natural em aluvião.

As pepitas ou massas de ouro poderiam ter sido sujeitas a uma fusão, como já foi acima mencionado para a limpeza das mesmas de impurezas que vão adquirindo no curso dos rios. Relativamente aos brincos aqui em questão, as pepitas depois de fundidas tomariam a forma de uma barra com secção quadrangular, que é posteriormente martelada. A maneira como adquiririam esta forma poderia ser através de moldes, como se verifica em comunidades actuais, através de estudos etnográficos (ARMBRUSTER, 1993: 292).

²⁹ Técnica que utiliza um molde realizado em cera, com todos os elementos decorativos que o mesmo tenha e que depois é coberto por duas capas de argila, para dar consistência ao molde. Posteriormente abre-se um orifício no molde e constrói-se em argila um canal e um funil. Coloca-se tudo sobre um foco de aquecimento para extrair a cera, e finalmente coloca-se o ouro fundido dentro do molde e espera-se que solidifique para depois se partir (PERERA, 2010: 252).

³⁰ Problemática a ser discutida num capítulo posterior, isto é, o facto dos dados para a Idade do Bronze se encontrarem muito escassos tem que ter alguma razão. Desta forma, o que se irá tentar realizar posteriormente é o porquê do aparecimento de brincos de ouro durante o calcolítico e a idade do ferro e durante a Idade do Bronze praticamente não se assistir à sua utilização!

³¹ Anexo 1, ficha de inventário nº 4.



Esta barra é depois sujeita a uma torção por meio de um instrumento como, por exemplo, a tenaz (ARMBRUSTER e PARREIRA, 1993: 160). Ao longo da realização do trabalho de torção é admissível que a barra de ouro fosse sendo sujeita ao calor, ou seja, a recozimentos para que lhes fosse atribuída uma maior maleabilidade ao se realizar esta tarefa. Existem diversas formas de obter a torção destes objectos, nomeadamente através de uma barra quadrangular ou de um fio, o que tem sido defendido para os exemplares portugueses ou também poderiam ser realizados através da moldagem (ELUÉRE, 1982: 50).

Posteriormente a este trabalho teria que se ter em atenção o acabamento da peça, como acontece aliás com as outras peças já mencionadas³².

2.2. – Morfo-tipologia

Estes brincos apresentam uma forma de argola aberta e maciça, sendo que a sua espessura é maior no meio do brinco e vai desengrossando quando começa a chegar às extremidades. Todos os brincos que se encontram aqui em estudo foram estriados helicoidalmente, distinguindo-se apenas a forma em que finalizam os terminais. Um dos exemplares – com o número de inventário AU 54 do Museu Nacional de Arqueologia – apresenta nos seus terminais a forma de dois corpos bitroncocónicos, que apresentam um tamanho decrescente para as extremidades. Os restantes exemplares apresentam as suas extremidades simples. É importante ainda mencionar que as extremidades se apresentam todas facetadas a martelagem (ARMBRUSTER e PARREIRA, 1993: 162).

Abordando agora a questão das dimensões das peças, as quatro apresentam dimensões muito semelhantes. Relativamente aos pesos, estes variam um pouco mais existindo uma peça muito mais pesada, que é a que apresenta os dois corpos bitroncocónicos, e que tem um peso de 21g. As outras ostentam pesos que variam entre os 6 e os 17g. (ARMBRUSTER e PARREIRA, 1993: 162).

No que diz respeito à tipologia dos brincos aqui inventariados e estudados, podemos observar que, pelo menos, poder-se-ia distinguir dois tipos, pelo facto de a peça AU 54 apresentar os terminais bastante distintos, como aliás já foi acima mencionado. No entanto, se tomarmos em atenção o que Barbara Armbruster menciona quando refere que as diferenças

³²Anexo 6



tipológicas se atribuem com base no número das voltas helicoidais, para além da diferença nos terminais (ARMBRUSTER e PARREIRA, 1993: 160), temos que supor que os exemplares portugueses pertencem todos a tipologias distintas, uma vez que têm um número de voltas helicoidais distintas.

As diferenças tipológicas acima mencionadas poderão encontrar-se relacionadas com as técnicas de produção aplicadas às próprias peças ou então com a finalidade e funcionalidade que estas teriam. Com base no trabalho desenvolvido por Barbara Armbruster junto de comunidades do Mali foi possível perceber que existe uma grande diversidade de funcionalidades para estes tipos de brincos. Os mesmos poderiam ser utilizados como brinco de orelha, como brincos que se utilizariam tanto no nariz, como no sobrolho assim como na parte superior da orelha, podendo também ser utilizados como “hair-ring”. Quando um ourives realizava determinada peça muito provavelmente executá-la-ia já tendo em atenção o que o cliente queria, ou seja, em que zona do corpo o mesmo a iria utilizar, desta forma as dimensões e a forma dos brincos dependeria da utilização que estes iriam ter posteriormente (ARMBRUSTER, 1993: 289 e 291).

2.3 – Paralelos

Os paralelos para os brincos que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia e que estão actualmente a ser discutidos só se conhecem na região europeia e no Próximo Oriente, nomeadamente em Tell Aijul, na Palestina, Gaza (ELUÉRE, 1982: 157). Os paralelos mais próximos que se encontram para os brincos portugueses são os descobertos em França, seguindo-se depois os conhecidos nas Ilhas Britânicas e Irlanda. Desta forma temos em França os depósitos de Carcassonne e o de Lanrivoaré e Armorique (ELUÉRE, 1982: 151) (ELUÉRE e GOMEZ, 1990: 135). Estes paralelos apresentam-se também trabalhados a partir de uma barra quadrangular. Existem muitos mais exemplares de paralelos em França como se pode verificar no trabalho de Christiane Eluère (ELUÉRE, 1982: 50) e também na Europa Central, para além da Ocidental.



2.4. – Contextos

No que concerne ao contexto dos brincos aqui mencionados como já foi referido, não se conhece a proveniência dos mesmos, portanto não se conhece o seu contexto. O máximo que se pode extrapolar em relação a esta temática é observando os paralelos que existem para estas peças, nomeadamente os que foram mencionados acima, e observar os seus contextos. Todos os contextos que até agora se verificaram na região francesa correspondem a depósito, existindo mesmo somente depósitos de peças torcidas, tanto brincos como colares e braceletes (ELUÉRE, 1982: 151).

Desta forma, podemos propor que os brincos portugueses poderiam pertencer a algum depósito. No entanto, temos de ter em atenção que também existem peças destas em algumas necrópoles / sepulturas, nomeadamente no Próximo Oriente (ELUÉRE, 1982: 158).

2.5. – Cronologia

Em termos cronológicos estes brincos tinham sido inicialmente datados da Idade do Ferro. No entanto, actualmente, autores como Barbara Armbruster defendem uma cronologia enquadrada na Idade do Bronze (ARMBRUSTER e PARREIRA, 1993: 160).

Nos paralelos apontados acima, os mesmos apresentam uma cronologia enquadrada no Bronze Médio, demonstrando que já se produziam este tipo de jóias durante este período, no entanto, é somente a partir do Bronze Final que se começa a assistir a uma maior produção destes objectos.

Ao analisarmos a técnica de produção destes brincos, verificamos que não são utilizadas muitas inovações da Idade do Bronze para a produção dos mesmos, tanto em termos de técnicas, uma vez que para a execução dos mesmos na maioria das vezes não são utilizadas técnicas muito complexas. As peças não apresentam qualquer decoração, embora, neste período, existissem novidades decorativas tanto em termos técnicos como temáticos. Deste modo, a torção apresenta-se como uma técnica de produção e decorativa³³.

³³ Aliás, realidade que também acaba por acontecer com as cerâmicas, não com a produção mas sim com os acabamentos de superfície que muitas vezes são também elementos decorativos.



3. Idade do Ferro

Durante a Idade do Ferro, chegam à Península Ibérica diversos povos que trazem consigo os seus modos de vida, a arquitectura, as suas jóias, entre outras coisas. Estes povos foram os Fenícios, Gregos, Púnicos e Celtas, que vão ajudar a caracterizar as novas formas de ourivesaria presentes no território português, assistindo-se a alterações significativas da mesma durante este período.

É importante mencionar que não se pode ver a introdução de novas técnicas e novas realidades relacionadas com a ourivesaria como algo que fosse imposto por estas novas populações que aqui chegavam, mas que o papel das comunidades indígenas na aceitação ou não destas realidades apresenta-se como activo e não passivo. Desta forma, a maior ou menor aceitação de alguns motivos decorativos mais relacionados com a mitologia seria não só adoptada pelas comunidades indígenas, mas estes seriam também adaptados às cosmologias e cosmogonias indígenas, sendo que as próprias tecnologias adoptadas apresentam-se como um meio de demonstrar estas realidades (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 20).

Existe ainda um aspecto que é de extrema importância realçar e que se prende com o facto de já durante o Bronze Final se assistirem a estes contactos com a realidade mediterrânica, patente, por exemplo, na Roça do Casal do Meio, Sesimbra, além de vários outros sítios (VILAÇA, 2011-2012) onde se verifica o aparecimento de algumas peças relacionadas com o Mediterrâneo e, por exemplo, no peitoral de ouro de Castro Marim (CORREIA, SILVA e PARREIRA, 2013: 71) (CORREIA, 2006). Isto pode levantar outras questões, nomeadamente no que diz respeito ao tipo de relações e contactos existentes entre populações autóctones e alóctones, ou seja, se estes contactos num período inicial se realizariam através de contacto directo ou indirecto, e em que termos é que estas trocas e contactos se processariam.³⁴

Existe um aspecto fundamental que se tem de ter em atenção e que diz respeito à quantidade de brincos observados durante este período, uma vez que é muito superior aos presenciados durante o Calcolítico e a Idade do Bronze. Quais seriam os motivos para que, durante a Idade do Bronze, se assistisse praticamente a um abandono da utilização dos brincos e depois a um aumento exponencial do seu uso para a Idade do Ferro?

³⁴ Aspecto a ser posteriormente discutido no capítulo VI do presente trabalho, onde se apresenta mais lógica tal exposição.



Uma realidade arqueológica onde também é possível observar estas alterações ocorridas durante a Idade do Ferro, nomeadamente as influências continentais e mediterrâneas, é nas estelas que, desde a Idade do Bronze, vão demonstrando esta evolução e transformação, nomeadamente na Extremadura, Beira Interior e Alentejo (GOMES e SILVA, 1993: 104).

Existe uma característica fundamental da ourivesaria da Idade do Ferro que se distingue da do período anterior e está relacionada com o peso das peças. Enquanto na Idade do Bronze, as jóias distinguem-se pelo seu enorme peso, durante a Idade do Ferro, caracterizam-se por uma poupança cada vez maior da matéria-prima, ou seja, o peso das mesmas diminui imenso, conseguindo-se realizar objectos muito complexos com uma quantidade de matéria-prima diminuta (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ., 2006: 50, entre outros).

Relativamente às técnicas desenvolvidas pelas comunidades alóctones e inseridas pelas mesmas na Península Ibérica encontramos na filigrana e no granulado o seu máximo expoente, apresentando-se estas como as técnicas inovadoras mais impressionantes. Além destas, existem também outras técnicas como, por exemplo, o estampado e o estampilhado, para além de algumas novidades em termos de ligas e soldas, nomeadamente a soldadura autogénia³⁵. Também as inovações iconográficas, tais como motivos iconográficos figurados, nomeadamente vegetais e animais, assim como alguns elementos da mitologia, foram extremamente importantes, o que originou imitações por parte de alguns ourives locais / indígenas.

Ora, somente se os artífices locais tivessem já uma grande experiência e mestria no trabalho e conhecimento do ouro é que seria possível estes aceitarem e incorporarem tão facilmente estas novas técnicas na ourivesaria local, apercebendo-se que estas se apresentavam muito mais vantajosas e mais práticas que as que utilizavam. É importante ter a ideia, no entanto, que as técnicas conhecidas pelos ourives locais eram suficientes para imitar as peças forâneas (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 53).

Um dos maiores problemas que se expõe com relação a este período, é perceber que peças são importadas e quais são produzidas pelos ourives locais, uma vez que houve uma grande assimilação das novas técnicas, motivos e tipos de peças utilizados pelas comunidades e ourives locais. No entanto, é necessário ter a ideia de que, apesar de haver esta assimilação,

³⁵ A soldadura autogénia caracteriza-se pela utilização do próprio ouro constituinte do objecto para a realização da solda (MARTINS, 2008: 52).



tal não queira dizer que as comunidades locais não adaptassem as realidades forâneas às suas próprias necessidades e com as suas próprias crenças e cosmologia.

Desta forma, é possível observar que houve reinterpretações indígenas das realidades trazidas pelas comunidades externas. Um outro aspecto que dificulta a percepção se determinada peça é importada ou realizada na Península encontra-se relacionada com o facto de os ourives locais serem capazes de produzir peças muito complexas, colocando-se talvez a hipótese destes ourives chegarem mesmo a produzir objectos para as comunidades estrangeiras. Para os ourives locais continuarem a ser o principal abastecedor de ourivesaria na Península Ibérica, tanto para comunidades indígenas como para comunidades forâneas, os mesmos necessitavam de se adaptar, aliás como referem Celestino Pérez e Blanco Fernández “*Cuando irrumpen esas joyas, y ante el interés que debieron levantar sus nuevas formas y decoraciones, el artesano local se veria necesariamente obligado a adaptarse a los nuevos gustos para seguir siendo así el principal abastecedor (...)*” (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 61).

Um outro aspecto que se tem de ter em atenção quando se aborda o tema da ourivesaria arcaica durante a Idade do Ferro é que a mesma não se apresenta semelhante ou igual durante a 1ª e a 2ª Idade do Ferro respectivamente. Isto é, existem alterações consideráveis desde um período para o outro que importam aqui ser mencionadas. Estas passam pelo facto de durante a 1ª Idade do Ferro, as peças apresentarem-se compósitas, com grande complexidade em termos decorativos e formais, através da utilização das novas técnicas como a filigrana e o granulado. Durante a 2ª Idade do Ferro assistimos exactamente a um empobrecimento da ourivesaria e dos grandes temas decorativos figurados, aparecendo agora objectos muito mais simples, sem grande exuberância de elementos decorativos que era característica do período anterior (GOMES e SILVA, 1993: 184). Em termos de contextos também verificamos uma alteração da 1ª Idade do Ferro para a 2ª Idade do Ferro, mas este aspecto vai ser posteriormente discutido em sub-capítulo próprio.

Os objectos durante este período apresentam-se muito diversificados, ou seja, produz-se uma grande quantidade de tipos distintos, realidade que não acontecia praticamente até ao início do Bronze Final. Desta forma, para a Idade do Ferro temos então peças como brincos, pendentes, anéis, braceletes, cinturões, diademas, entre muitas outras peças.

Antes de nos debruçarmos sobre os aspectos tecnológicos, morfológicos e tipológicos creio que é necessário perceber que as populações indígenas desempenharam um papel activo no desenvolvimento do tipo de ourivesaria que se verifica durante a Idade do Ferro, uma vez



que eram as elites locais que, deslumbradas pela beleza e riqueza das jóias que chegavam à Península por outras comunidades, as utilizavam como mais um meio de obtenção de poder e prestígio. Desta forma, podemos observar que tanto as influências mediterrânicas como as atlânticas ou centro-europeias afiguraram-se essenciais para o desenvolvimento e complexificação da ourivesaria arcaica durante este período. No entanto, sem a aceitação e a aquisição de algumas destas jóias por parte das comunidades indígenas este desenvolvimento não se apresentaria possível.

Um outro aspecto que se apresenta fundamental para compreender a ourivesaria arcaica e a produção e utilização de brincos durante este período prende-se com o facto de as influências mediterrânicas e atlânticas convergirem numa rede de trocas comerciais, especialmente de objectos de luxo, que não implica somente o Mediterrâneo nem o Atlântico, mas acaba por englobar estas duas áreas. Isto é possível de observar no território português, uma vez que inicialmente tinha-se uma ideia estática, ou seja, que se encontravam influências mediterrânicas somente a sul do Douro e Tejo. Actualmente, sabemos que isto não corresponde à realidade e diversos autores, como por exemplo Armando Coelho, têm vindo a confirmar a presença de elementos orientalizantes no Nordeste Português e na região da Galiza.

3.1 – Tecnologia

No que diz respeito à exploração de ouro durante a Idade do Ferro, a matéria-prima continuar a ser explorada através do garimpeiro³⁶.

Durante este período assiste-se a grandes alterações, nomeadamente no que diz respeito às técnicas de fabrico. Nesta época, utiliza-se a técnica da cera perdida para a execução de alguns elementos (PEREA, 1991: 172). Apesar de ser extremamente frequente a utilização da técnica da moldagem a cera perdida, isto não quer dizer que se deixassem de produzir peças através da laminagem; é o que acontece, por exemplo, com as arrecadas da Citânia de Briteiros³⁷, encontradas em 1937, em Salvador de Briteiros, numa esquina de uma casa quadrangular dentro de um vaso acampanado (MARTINS, 2008: 77), assim como a maioria das peças por nós inventariadas.

³⁶ Expressão que também pode ser utilizada para descrever a exploração de ouro de aluvião.

³⁷ Anexo 1, ficha de inventário nº 6



Para esta cronologia, o mais frequente são as peças compósitas, isto é, uma peça é constituída através da união / soldadura de diversas peças.

O martelado apresenta-se como uma técnica que foi amplamente utilizada já desde o Calcolítico, e que continuou a ser bastante utilizada também durante a Idade do Ferro, encontrando-se presente quase na totalidade dos brincos analisados neste trabalho. Este tipo de trabalho realiza-se sempre sobre uma superfície dura para que o metal não sofra grandes danos.

Para além das técnicas mencionadas, é importante mencionar que a partir da Idade do Ferro começam-se a implementar outros objectos nas peças de ourivesaria, nomeadamente pedras preciosas e pasta vítrea. Isto apresenta-se como um método comum, por exemplo, na realização de gargantilhas e também de brincos, entre outros. No que diz respeito aos brincos, apenas se tem proposto a utilização desta técnica em alguns brincos, como os exemplares de Monsanto da Beira³⁸, - descoberto em 1955, Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco - e da Golegã³⁹, peça sem qualquer tipo de contexto e que se encontra desaparecida.

Em termos tecnológicos, no que diz respeito à execução da peça ou dos elementos fundamentais que compõem as peças, encontram-se praticamente todos mencionados. Falta no entanto mencionar as técnicas e métodos de ornamentação das peças durante a Idade do Ferro, nomeadamente a filigrana e o granulado. Estas apresentam-se como duas técnicas em que é necessário ter um grande conhecimento do metal e das suas ligas, assim como o controlo da temperatura (PEREA, 1991: 172). Estes métodos combinados entre si e ainda com outros elementos fazem com que as peças detenham uma grande complexidade compositiva (PEREA, 1991: 173). Existem também outras técnicas que são utilizadas para a ornamentação das jóias, nomeadamente a incisão – técnica que se realiza sobre o metal através de um objecto com ponta aguçada -, o estampado, que consiste em colocar uma placa de ouro sobre os motivos que se quer obter e passar por cima da chapa de ouro um instrumento que permita a obtenção destes motivos através da pressão (CELESTINO-PÉREZ, e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 56).

Uma outra técnica utilizada para a ornamentação das peças prende-se com o repuxado, ou desenho em relevo. Como Celestino Pérez e Blanco Fernández mencionam “... *la técnica consiste en aplicar una fina chapa de oro sobre una matriz en materia dura para a continuación, y com la ayuda de una punta dura redondeada [...] aplicar los motivos por*

³⁸Anexo 1, ficha de inventário nº16

³⁹Anexo 1, ficha de inventário nº 17



relieve...) (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 56). Um exemplo da utilização desta técnica em objectos inventariados no presente trabalho são os brincos procedentes do tesouro de Baião, distrito do Porto e que se encontram actualmente expostos no Museu Nacional de Arqueologia⁴⁰.

Outras técnicas também utilizadas durante este período apresentam-se como o proto-granulado ou pseudo-granulado, pretendendo-se com esta técnica dar ideia de granulado, fazendo-se valer de outros métodos como, por exemplo, o repuxado, como acontece com os brincos de Estela (MARTINS, 2008: 55), descobertas em 1908 e incorporadas num tesouro que se encontrava dentro de uma peça cerâmica. Estas peças encontram-se depositadas no Museu Nacional Soares Reis⁴¹. Temos ainda outras técnicas como o polvilhado e o granitado que também se encontram presentes em alguns dos brincos inventariados. O polvilhado caracteriza-se por serem esferas extremamente pequenas, que dão a sensação da existência de pó, como acontece nos brincos de Odemira⁴² e de Paços de Ferreira⁴³. Quanto ao granitado, este é constituído por uma imagem muito grosseira de ouro, dando assim um aspecto rugoso à peça (MARTINS, 2008: 55).

Uma característica que se apresenta extremamente inovadora durante este período prende-se com o facto de na Idade do Ferro presenciarmos uma produção muito mais especializada e em série, nomeadamente a realização do molde a frio, técnica através de um molde cavado em cera ou outro material, contra o qual é pressionada a placa em ouro (MARTINS, 2008: 58).

No que diz respeito à fase de acabamento, verifica-se um polimento superficial, que não era observado nos períodos anteriores. Este apresentava-se muito brilhante, uma vez que, como Alicia Perea menciona, os artesãos poderiam utilizar produtos de grão fino como a madeira ou a cinza para a execução do dito trabalho (PEREA, 1991: 177). No que concerne ao recorte das peças este não sofreria alterações desde os períodos mais antigos.

Durante a II Idade do Ferro, concretamente na designada “Cultura Ibérica”, as técnicas de fabrico não se alteram drasticamente desde o período anterior, uma vez que as influências mediterrânicas e atlânticas ainda se encontram muito presentes durante essa fase. Aparecem, no entanto, algumas novidades, como a envolvência de uma fina chapa de ouro em objectos realizados em outros metais como o cobre e o bronze (PEREA, 1991: 240).

⁴⁰Anexo 1, ficha de inventário nº 11

⁴¹Anexo 1, ficha de inventário nº 8

⁴²Anexo 1, ficha de inventário nº 27

⁴³Anexo 1, ficha de inventário nº 10



O que também se apresenta como uma novidade é a utilização de um remate de um pequeno grânulo sobre outro de maiores dimensões, o que acontece nos brincos de Castro do Cabeço de Vaiamonte (conf. ficha de inventário nº22) e de Casal dos Cabeços (conf. ficha de inventário nº21) (PEREA, 1991: 243), com paralelos nos brincos de Tutugi. Durante esta fase também em termos de acabamento não se registam grandes alterações.

Como Virgílio Correia, Armando Coelho e Rui Parreira mencionaram, “*Nesta fase, evidencia-se uma verdadeira mestria das técnicas do trabalho do ouro, claramente manifesta na utilização sistemática de delicados processos decorativos, como a filigrana, o granulado e em especial o polvilhado ou granitado, aplicados em elaboração ornamentais típicas, ...*” (CORREIA, PARREIRA, e SILVA, 2013: 101 e 102).⁴⁴

3.2. – Morfo-tipologia

Para analisar a morfologia e tipologia das peças da Idade do Ferro é necessário ter em conta que existe uma grande diversidade de formas, mesmo para os brincos, no que toca ao período aqui em questão. Desta forma, é necessário realizar-se um agrupamento das formas que se parecem mais semelhantes e aclarar as suas realidades em termos formais.

Não se pode deixar de mencionar a extrema complexidade da tentativa de agrupar estes diferentes elementos em algo que se apresente como simples para o leitor perceber, como é que estes brincos se caracterizam em termos morfológicos. Tal deve-se ao facto de, como já foi mencionado, assistimos a uma grande diversidade de formas e de peças, uma vez que o artesão dispunha de um maior número de técnicas para realizar determinada peça, o que permitia que o mesmo pudesse ser muito mais original do que em períodos anteriores.

Em termos tipológicos para a Idade do Ferro, não existe nenhuma tipologia criada para os brincos do território português, existindo sim diversas tipologias criadas para os brincos de algumas regiões do país como, por exemplo, a de Armando Coelho criada para o Noroeste português. Apesar do que acima se encontra exposto, a verdade é que a quantidade de trabalhos e autores que já abordaram a ourivesaria arcaica do território português e que, portanto criaram tipologias é vasta. No entanto, como o presente trabalho aborda também questões iconográficas, além das questões morfológicas e tecnológicas, optou-se por criar

⁴⁴ Anexo 7



uma tipologia⁴⁵ para os brincos deste período. É importante deixar claro que a tipologia por nós criada teve por base tipologias já criadas, apresentando-se necessário referenciar as mesmas, enquadrando as peças nas tipologias dos outros investigadores. Quando não houver para determinado objecto nenhuma tipologia identificada tentar-se-á enquadrar numa das diversas apresentadas pelos outros autores.

Desta forma, começar-se-á por enquadrar as peças do Noroeste nas diversas tipologias existentes.

Iniciando pelos elementos que se apresentam mais fáceis de caracterização, e também como os elementos mais nortenhos do território português, pode-se agrupar num mesmo grupo em termos morfológicos e tipológicos os brincos de Estela, Laundos e Carreço (conf. ficha de inventário nº5). Estes encontram-se agrupados uma vez que todos apresentam uma parte distal com forma triangular, realizada a pseudo-granulado, um pequeno elemento cónico a rematar o já referido apêndice triangular. Um outro aspecto que vai auxiliar para o agrupamento destas peças na mesma categoria prende-se com o facto de a sua parte mesial se apresentar circular e com elementos cónicos, havendo mesmo dois – os brincos de Laundos e o de Carreço – que apresentam o mesmo número de cones, enquanto os brincos de Estela apresentam mais quatro cones do que os exemplares acima mencionados. Estes três exemplares apresentam ainda um sistema duplo de suspensão, com a presença de cordão supra-auricular, e travessão para transpor o lóbulo da orelha. O sistema duplo de suspensão tinha como principal objectivo aliviar o peso destes brincos. Em termos de pesos e dimensões, apresentam-se extremamente semelhantes entre todos. Estes brincos enquadram-se na nossa Tipologia A⁴⁶, não só pela similitude em termos formais e tecnológicos, mas também porque em termos iconográficos se apresentam muito semelhantes não só pela presença da forma triangular associada a um pseudo-granulado, os seus motivos em “S” e elementos cónicos. Estas peças enquadram-se na tipologia C de Armando Coelho, sendo individualizada pela presença tanto de motivos mediterrânicos (na presença da filigrana e granulado) como atlânticos (parte mesial formada por coroa circular aberta) (SILVA, 1986: 342). Bieito Pérez Outeiriño também realiza uma tipologia das mesmas peças, enquadrando-as no Morfotipo II caracterizado pela presença de um corpo “...penanular y colgante triangular plano o practicamente plano” (OUTEIRIÑO, 1989: 101). Estas peças, como Armando Coelho

⁴⁵ Anexo 8 e 9

⁴⁶ Anexo 8



menciona, apresentam-se como uma vertente mais litorânea e com uma grande homogeneidade (SILVA, 1986: 342).

Os brincos identificados em Monsanto da Beira (Idanha-a-Nova) (conf. ficha de inventário nº16), na Golegã (Santarém) (conf. ficha de inventário nº18) e um dos identificados no Castro do Cabeço de Vaiamonte (Portalegre) (conf. ficha de inventário nº 22, primeira figura) apresentam uma morfologia muito semelhante, isto é, a sua forma é extremamente similar. Estas peças apresentam-se compósitas, ou seja, foram construídas através da união de vários elementos através da utilização da solda. São peças formadas por um corpo central oco sendo este executado a partir de duas lâminas, apresentando decoração. No entanto, esta só se apresenta no anverso da peça, sendo que o corpo central das peças no reverso das mesmas não apresenta qualquer tipo de decoração, ou então com uma decoração muito simples, como acontece com a peça de Monsanto da Beira.

Em todas as peças o corpo central encontra-se rodeado por umas pequenas campânulas, sendo que no exemplar de Monsanto da Beira, estas apresentam a figuração de pequenos vasos acampanados (CARDOZO, 1956: 460 e 461), enquanto no exemplar da Golegã e do Castro do Cabeço de Vaiamonte, as campânulas não apresentam uma figuração tão bem definida, sendo que no último exemplar mencionado afiguram-se mesmo como pequenas esferas ocas⁴⁷. Estas peças ostentam também um pequeno apêndice inferior, não apresentando uma forma completamente triangular e o seu sistema de suspensão poderia ser duplo.

Como Mário Cardozo já tinha anteriormente mencionado, para os exemplares de Monsanto e da Golegã, as peças têm umas dimensões e pesos muito semelhantes, tal também acontece com o exemplar de Castro de Cabeço de Vaiamonte.

Em termos tipológicos, estes brincos enquadram-se na Tipologia B realizada no âmbito do presente trabalho⁴⁸, mais uma vez pelas suas analogias morfológicas e tecnológicas já mencionadas, assim como pela semelhança em termos iconográfico que apresenta motivos astrais, nomeadamente os solares. Nesta tipologia podemos ainda enquadrar a peça procedente de Paços de Ferreira (conf. ficha de inventário nº10), também pela presença dos mesmos motivos solares. Estes objectos, à excepção do brinco de Paços de Ferreira, enquadram-se na Tipologia B, das arrecadas circulares de Alicia Perea. Estas apresentam-se com uma

⁴⁷ Informação retirada da descrição que se encontra presente na matriznet.

⁴⁸ Anexo 8



decoreção em filigrana e granulado e com uma decoreção de campânulas na parte exterior dos brincos, assim como um apêndice triangular com alvéolo (PEREA, 1991: 231).

Ao longo da realização do presente trabalho, aferimos que alguns dos brincos provenientes de Casal dos Cabeços⁴⁹, localizado em Alenquer, Lisboa e outros provenientes do Castro do Cabeço de Vaiamonte apresentam uma morfologia muito semelhante. Estes elementos são similares, uma vez que apresentam um aro lunular aberto, em que o seu interior é preenchido por duas espirais, que podem deter ou não um grânulo no meio. Estas espirais encontram-se ligadas através do aro a um grânulo ou a um conjunto de grânulos, o mais frequente de acontecer ou é um ou três grânulos, formando desta forma um triângulo invertido na parte mesial da peça.

Estes objectos ainda se apresentam similares porque os mesmos detêm um apêndice triangular formado por semi-esferas ou grânulos, que também variam no seu número. Exactamente no meio destes grânulos aparecem uns grânulos de muitas menores dimensões, como é frequente de se observar também nos brincos de Tutugi, ou em alguns exemplares de Serradilla (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 147).

Um outro aspecto que faz com que estes brincos se apresentem muito parecidos é pelo facto de, junto às espirais que se encontram a decorar o interior do aro, do lado exterior, se encontram duas pequenas argolas que serviriam para sustentar, muito provavelmente, uma cadeia supra-auricular. Desta forma, estes brincos apresentavam um duplo sistema de suspensão (MARTINS, 2008: 113 – 117; 122; 125 e 126).

É de salientar que duas das peças provenientes do Castro do Cabeço de Vaiamonte apresentam uma característica que as distingue das restantes. Isto prende-se com o facto de estas possuírem uma decoreção na parte mesial do brinco, constituída por dois anéis, entre os quais aparece uma forma ondulada⁵⁰.

No que diz respeito às dimensões destes brincos, todas elas se apresentam muito semelhantes, tanto os do Casal dos Cabeços como os dos Castro do Cabeços de Vaiamonte. As semelhanças morfológicas observadas nestas peças levaram alguns autores, nomeadamente Alicia Perea, a propor que as mesmas deveriam proceder de uma mesma oficina de ourives localizada no Alto Alentejo ou na zona da Estremadura (PEREA, 1991: 265), mas este apresenta-se como um tema a ser posteriormente abordado num outro capítulo. Relativamente à sua tipologia, estas peças enquadram-se na Tipologia C do presente

⁴⁹ Anexo 1, ficha de inventário nº21

⁵⁰ <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=124525> – Informação retirada do Matriznet



trabalho⁵¹, uma vez que, para além das características acima mencionadas, apresenta uma iconografia bastante específica nomeadamente os S e os cones espiralados, apresentando também uma característica muito específica que se prende com a presença de pequenos grânulos colocados em cima dos grânulos de maior dimensão, como também já tinha sido mencionado acima. Poder-se-ia ainda enquadrar a peça proveniente do Norte de Portugal (conf. ficha de inventário nº12) também nesta tipologia, uma vez que também apresenta os pequenos grânulos acima referidos.

Estes brincos enquadram-se na tipologia E das arrecadas de Alicia Perea, uma vez que as mesmas apresentam grânulos no apêndice inferior e em cima dos grânulos pequenas semi-esferas, com motivo espiriforme no interior do aro. Existe ainda um outro brinco procedente de Évora-Estremoz (conf. ficha de inventário nº26) que também se enquadra nesta tipologia, mas na vez de ter espirais no interior do aro o mesmo apresenta grânulos (PEREA, 1991: 231).

O tipo identificado por nós como C apresenta uma variante⁵². Esta é constituída pelo brinco de Conímbriga⁵³, dois procedentes de Évora – Estremoz⁵⁴, dois brincos que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia com os números de inventário 36⁵⁵ e 37⁵⁶ e um procedente do Castro do Cabeço de Vaiamonte. Estes brincos no seu aspecto morfológico, apresentam todos um apêndice em forma de cacho assim como aconteceu com os acima descritos referentes ao Casal dos Cabeços e ao Castro do Cabeço de Vaiamonte. Estas peças, no entanto, apresentam-se muito mais simples do que os referidos de Vaiamonte e de Casal dos Cabeços. Desta forma, foi decidido individualizá-los.

Estas peças são todas constituídas por um aro lunular aberto e maciço e por um apêndice inferior em forma de cacho, criado através do granulado. A maioria destes objectos apresenta um aro com um forma circular, sendo que somente o exemplar que tem com número de inventário 37 tem uma forma ligeiramente ovalada.

Os brincos caracterizam-se também por se apresentarem mais maciços no centro e estreitarem à medida que se aproximam das extremidades, para estas se introduzirem nos lóbulos das orelhas. A única coisa que varia diz respeito à quantidade de grânulos presentes nos brincos que diversificam entre os 3 e os 6 grânulos. Relativamente às dimensões, as

⁵¹ Anexo 8

⁵² Anexo 8

⁵³ Anexo 1, ficha de inventário nº 14

⁵⁴ Anexo 1, ficha de inventário nº 26

⁵⁵ Anexo 1, ficha de inventário nº 36

⁵⁶ Anexo 1, ficha de inventário nº 37



mesmas também se apresentam bastante semelhantes, com uma média em termos de espessura que ronda os 2 e 3 mm. Em relação à tipologia, como já foi mencionado acima, estes brincos pertencem à variante 1 do tipo C da tipologia criada neste trabalho. Estes elementos podem-se enquadrar na tipologia de Tipo D dos pendentos de Alicia Perea, uma vez que os mesmos apresentam uma forma e secção circular, à excepção do exemplar AU 431 que apresenta uma secção um pouco mais ovalada, e o apêndice formado por grânulos (PEREA, 1991: 230).

Um outro agrupamento que se pode realizar tendo em conta a morfologia e tipologia das peças, apresenta-se como um grupo muito mais localizado a sul do país, muito provavelmente na região do Algarve⁵⁷. Este agrupamento é formado por um conjunto de quatro peças (Monte Molião⁵⁸, Arredores de Lagos⁵⁹ e duas de proveniência desconhecida, uma proveniente da colecção Barros e Sá⁶⁰ e outra sem qualquer tipo de proveniência⁶¹ – número de inventário 38 e 39 respectivamente -) que apesar de apresentarem algumas características que as diferenciam, ostentam ainda outras que são similares e que portanto fazem com que as mesmas se enquadrem neste grupo. Entre as características que são semelhantes contamos com o facto de todas estas serem formadas por um aro lunular aberto e pela presença de um apêndice inferior, sendo que este se apresenta bastante diversificado nas distintas peças. Assim sendo, o brinco proveniente de Monte Molião tem um apêndice inferior triangular e o exemplar da colecção Barros e Sá tem um sub-triangular, quanto às restantes peças mencionadas, possuem um apêndice inferior losangular.

Um outro aspecto que assemelha estas peças é o facto de, à excepção do exemplar dos arredores de Lagos, apresentarem decoração no aro. Esta decoração apresenta-se como um contorno do aro que pode ser tanto interno como externo, tendo somente o exemplar de proveniência desconhecida tanto decoração externa como interna. A decoração apresenta-se como um fio torcido que se pode apresentar duplo ou não e que também se pode encontrar entrançado.

O facto de algumas destas peças usufruírem de alguns alvéolos, onde se poderiam encontrar embutidas ou pasta vítrea ou então pedras preciosas, apresenta-se também como

⁵⁷ Apesar de não se ter referência para a proveniência de algumas das peças que enquadram este grupo, temos dois elementos que apontam para uma localização algarvia, nomeadamente a peça de Monte Molião e dos arredores de Lagos.

⁵⁸ Anexo 1, ficha de inventário nº33

⁵⁹ Anexo 1, ficha de inventário nº34

⁶⁰ Anexo 1, ficha de inventário nº38

⁶¹ Anexo 1, ficha de inventário nº39



uma característica para o agrupamento das peças, à exceção do exemplar dos arredores de Lagos. O que acaba por variar nas peças é a sua forma, isto é, enquanto na peça de Monte Molião se encontram dois alvéolos, um com forma semicircular e outro com forma de lágrima, nos brincos com o número de inventário nº38 e 39 estes apresentam ou alvéolos amendoados, triangulares e sub-circulares.

Uma outra característica que ajudou a uniformizar este grupo apresenta-se pela presença de espirais em todos os apêndices inferiores das peças, divergindo somente o número das mesmas que varia entre as três e as quatro espirais, sendo que o exemplar de procedência desconhecida apresenta um número maior de espirais (7). Estes apêndices encontram-se também decorados por grânulos, ou no meio das espirais ou na zona entre as espirais.

As dimensões das peças apresentam-se bastante semelhantes na maioria das peças, afigurando-se apenas a de procedência desconhecida um pouco maior que os restantes exemplares.

No que diz respeito à tipologia destas peças, as mesmas enquadram-se na tipologia D criada para o presente trabalho⁶², uma vez que para além das semelhanças morfológicas e técnicas, em termos iconográficos (a figura de touro ou “cabeça de boi”) também são bastantes semelhantes, daí serem enquadradas todas na mesma tipologia. Estes brincos apresentam-se como as formas da evolução dos brincos com a figuração de touro, sendo que os mesmos podem apresentar um apêndice inferior com espirais e um elemento para a introdução de pedras preciosas e pasta vítrea. Em outros casos, podem aparecer somente as espirais, sem qualquer elemento que permita introduzir outros elementos. A diferença entre estes elementos evidencia-se essencialmente por uma evolução das formas e a um esquematismo das mesmas (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ., 2006: 79). Pela sua forma circular fechada (CELESTINO-PÉREZ, S. e BLANCO FERNÁNDEZ, J.L., 2006: 79) podemos associá-los à tipologia B de Alicia Perea, que como a mesma defende, apresentam muitas características distintas (PEREA, 1991: 224).

Os brincos procedentes do Norte de Portugal⁶³, de São Martinho da Anta⁶⁴ e o proveniente do Bombarral⁶⁵ - peça que se encontra em mãos de particulares⁶⁶ -, podem incorporar um outro agrupamento. Estes apresentam algumas características similares com

⁶² Anexo 8

⁶³ Anexo 1, ficha de inventário nº 12

⁶⁴ Anexo 1, ficha de inventário nº 7

⁶⁵ Anexo 1, ficha de inventário nº 18

⁶⁶ Agradecemos desde já esta informação dada pelo Doutor Virgílio Hipólito Correia.



outros grupos, nomeadamente com os que formam o apêndice em forma de cacho. No entanto, esta característica não se apresenta como fundamental para a incorporação dos objectos nesse grupo. Estas peças apresentam um travessão em forma de “T” na parte mesial do brinco. O travessão no brinco procedente do Norte de Portugal está decorado com pequenos círculos laminares, realizado por puncionado e com o seu centro perfurado. Os brincos de São Martinho da Anta e do Bombarral apresentam o travessão em “T”, no entanto, sem a decoração de círculos acima mencionada.

Os brincos apresentam um sistema duplo de suspensão, os quais apresentam as extremidades posteriores lisas e afiladas, para a introdução no lóbulo da orelha. As argolas que iriam sustentar o aro duplo de suspensão encontram-se em dois destes exemplares (Norte de Portugal e Bombarral), no alinhamento do travessão do “T” enquanto no exemplar de São Martinho da Anta estas encontram-se localizadas na parte superior da lúnula.

Um outro aspecto que individualiza estes três brincos é que apresentam um apêndice triangular inferior, todos eles, bastante distintos. O exemplar de São Martinho da Anta, nomeadamente, apresenta três cones realizados com fio enrolado em espiral, com esferas nos seus vértices (SILVA, 1986: 367). No que diz respeito aos restantes exemplares, apresentam um apêndice inferior triangular realizado através de grânulos, variando somente no seu número, enquanto o brinco de Norte de Portugal é formado por doze semi-esferas ocas o do Bombarral é constituído somente por três grânulos.

No que concerne à sua tipologia, estes brincos enquadram-se na Tipologia E criada para o presente trabalho⁶⁷, uma vez que, como já foi anteriormente referido, apresentam um travessão em “T” na parte medial do brinco, sendo que em termos iconográficos têm a presença de S espiralados e um apêndice triangular inferior. Alguns destes brincos, como por exemplo, o do Norte de Portugal, poderiam também ser integrados na Tipologia C acima referida pela similitude em termos iconográficos. No que diz respeito ao brinco procedente do Norte de Portugal, o mesmo enquadra-se na tipologia B de Armando Coelho, apresentando-se como um segundo elemento da presença de relações entre o Noroeste e as influências orientalizantes (SILVA, 1986: 342), aferindo-se mesmo a existência de alguns paralelos nesta região tanto do Sul de Portugal como de Espanha para este brinco. Quanto ao brinco de São Martinho da Anta é incorporada na tipologia A, variante 3 (SILVA, A.C.F., 1986: 365) e o do Bombarral, até ao momento ainda não tinha sido possível enquadrá-lo mesmo em nenhuma das tipologias conhecidas. No entanto, se tomarmos em atenção o facto de esta peça

⁶⁷ Anexo 8



apresentar grânulos formando um pequeno apêndice inferior, poderíamos enquadrá-la no Tipo D dos pendentos de Alicia Perea como o fizemos para as peças de Conímbriga, Casal dos Cabeços, duas provenientes de Évora-Estremoz e as duas de proveniência desconhecida que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia. Entretanto, se analisarmos o aro destas peças, em nada se assemelha com o brinco do Bombarral, que apresenta um travessão em “T” no meio do aro da peça, assemelhando-se sim neste aspecto com os exemplares de São Martinho da Anta e do Norte de Portugal, daí ter sido então enquadrado na Tipologia E.

Analisando agora os brincos de menor dimensão que se encontram na presente investigação, foi decidido realizar uma tipologia versando os mesmos, uma vez que estes apresentam-se bastante distintos, mesmo em termos funcionais, dos acima mencionados.

Um destes agrupamentos de pequenos brincos, tanto no seu aspecto morfológico como tipológico, que se pode fazer é com base nas denominadas “sanguessugas” da Idade do Ferro, presentes em alguns conjuntos de ourivesaria no nosso território, nomeadamente no tesouro do Outeiro da Cabeça⁶⁸, que foi encontrado no Sítio de Casal das Passadeiras, em Torres Vedras, Lisboa e os outros dois elementos identificados em Boiça⁶⁹, Alcobaça e Boiça do Louro⁷⁰, Cadaval. Estes elementos agrupam-se porque em termos morfológicos, todos eles apresentam uma estrutura muito simples, normalmente de aro oval com secção circular, havendo somente duas excepções que se prendem com um dos elementos do Outeiro da Cabeça (AU 195), que apresenta um aro sub-circular e um brinco proveniente da Boiça do Louro (AU 12) que apresenta um aro sub-oval⁷¹. Salvo as duas excepções acima mencionadas (AU 195) e (AU 12), todos os restantes elementos aqui mencionados se apresentam quase iguais, sendo que as suas extremidades encontram-se ligeiramente afastadas e a peça vai estreitando da parte medial da peça para as pontas. Em termos de dimensões estas apresentam-se também muito semelhantes, existindo somente uma das peças (AU 12) que se apresenta muito mais espessa e também com uma dimensão muito superior às restantes.

Estes objectos encontram-se enquadrados no Tipo a⁷² dos pequenos brincos criados durante a presente investigação, sendo todos associados uma vez que em termos morfológicos e tecnológicos são bastante semelhantes, apresentando-se todos como peças bastante simples.

⁶⁸ Anexo 1, ficha de inventário nº 20

⁶⁹ Anexo 1, ficha de inventário nº 15

⁷⁰ Anexo 1, ficha de inventário nº 19

⁷¹ De cronologia aproximada, de transição do Bronze Final para a I Idade do Ferro, conhece-se uma outra peça proveniente do depósito de Baleizão, que poderá corresponder também a um brinco, neste caso de secção sub-losângica (VILAÇA e LOPES, 2005). Por se encontrar em estudo, não foi incluído no presente estudo.

⁷² Anexo 9



Estes brincos podem também ser enquadrados nos pendentes de Tipo D de Alicia Perea, uma vez que apresentam uma forma anular aberta, de forma e secção circular e maciços (PEREA, 1991: 158).

Outros elementos que podemos agrupar, uma vez que a sua forma geral e funcionalidades são análogas, são o “nazm” do Galeado⁷³, o “nazm” proveniente do Alentejo⁷⁴ e os da necrópole de Olival do Senhor dos Mártires⁷⁵. Estes elementos são constituídos por um aro, sendo que o segundo o proveniente do Alentejo apresenta-se decorado junto a cada extremidade através de enrolamento de fio. O primeiro é constituído por um aro de arame torcido, sendo que o mesmo é fechado através do cruzamento das extremidades. Estes brincos apresentam ambos uma dimensão muito pequena. Estes foram



Terracota com representação de nazm.
Imagem retirada: (ALMAGRO GORBEA, 1980)

individualizados não só pelo facto de apresentarem elementos similares que os agrupam, tanto em termos morfológicos como tecnológicos, mas essencialmente pelo facto de poderem deter uma função ritual importante, nomeadamente a sua utilização em pequenas estatuetas ou terracotas, aliás como se pode verificar numa das terracotas de Puig de Molins, Ibiza, “En la nariz perforada lleva colgando el típico nazem de oro.” (ALMAGRO GORBEA, 1980: 126).

Para além da sua utilização em estatuetas e terracotas como já se verificou, estes também poderiam deter um significado ritual e serem utilizados por pessoas sendo utilizados de forma mais ou menos prolongada, uma vez que se apresentam fechados (PEREA, 1991: 222).

Estes brincos formam a Tipologia b⁷⁶ dos pequenos brincos criada por nós, uma vez que apresentam esta funcionalidade ritual, o que os torna bastante distintos de todos os outros elementos observados até agora. Estes elementos podem ainda incluir-se na tipologia b dos pendentes de Alicia Perea, pertencendo à sua primeira variante (PEREA, 1991: 221 e 230).

⁷³ Anexo 1, ficha de inventário nº 28

⁷⁴ Anexo 1, ficha de inventário nº 32

⁷⁵ Anexo 1, ficha de inventário nº 23

⁷⁶ Anexo 9



Ainda inseridos nos brincos de pequenas dimensões temos que enquadrar os brincos procedentes de Moirões⁷⁷ e de Santana de Cambas⁷⁸. Este último apresenta-se extremamente diferente não só pela sua forma arredondada mas também pela presença de duas contas móveis e pelas suas dimensões reduzidas, possibilitando a sua utilização em outras partes do corpo como o nariz e sobrolho. Quanto ao brinco de Moirões, este apresenta uma forma extremamente distinta, apesar da mesma já ter sido sujeita a alterações, nomeadamente o facto de apresentar um corpo bitroncocónico central. A partir deste corpo central partiriam umas hastes que se vão adelgaçando progressivamente. Estes brincos, apesar de não se enquadrarem em nenhuma tipologia até agora mencionada, no entanto, não podem deixar de constar nos brincos de pequenas dimensões. No que diz respeito ao brinco de Moirões, até ao momento não é possível enquadrá-lo em qualquer outra tipologia já criada pela sua forma, no entanto, se atendermos ao facto do mesmo originalmente ter uma forma de argola aberta pode-se propor que o mesmo pertenceria ao tipo D dos pendentes na tipologia de Alicia Perea, ou seja, aos pendentes anulares abertos. Resta analisar um pequeno problema, é que o pequeno corpo bitroncocónico presente no brinco de Moirões não se enquadra em nenhuma das variantes propostas pela autora (PEREA, 1991: 150).

Para além das peças acima descritas, temos alguns objectos que pela sua individualidade, tanto em termos morfológicos como tecnológicos, não se apresentam passíveis de agrupar em tipologias, uma vez que têm características muito próprias. Nestes casos, enquadraram-se os mesmos em tipologias já criadas por outros autores.

Entre estes encontramos os exemplares da Citânia de Briteiros, que apresentam características específicas, como o próprio sistema de suspensão realizado através de duas hastes dobradas para a preensão no lóbulo da orelha (SILVA, 1986: 343). Em termos tipológicos, Armando Coelho insere-os na tipologia D, por constituírem um caso raro e excepcional nos brincos do território português (SILVA, A.C.F., 1986: 343). Pérez Outeiriño agrupa os brincos procedentes de Briteiros com um de São Martinho da Anta, no Morfotipo III, em que o apêndice volumétrico pode adoptar uma forma variada, enquadrando também nesta tipologia o brinco de Paços de Ferreira.

Um outro brinco que também se apresenta bastante distinto é um de Santana de Cambas⁷⁹, uma vez que o mesmo é formado por duas lâminas soldadas, que se encontram unidas através de grânulos (MARTINS, 2008: 104). A sua própria forma convexa é somente

⁷⁷ Anexo 1, ficha de inventário nº 13

⁷⁸ Anexo 1, ficha de inventário nº 31

⁷⁹ Anexo 1, ficha de inventário nº 31



observável num outro brinco procedente do território português, um de Évora – Estremoz⁸⁰, que apresenta um corpo lunular, de secção triangular e faces convexas, sendo que o seu corpo é formado por uma lâmina circular. No entanto, o seu sistema de suspensão também se apresenta bastante distinto, sendo formado por um aro fino dobrado⁸¹. No que diz respeito à tipologia nenhum destes se encontra enquadrado em nenhuma tipologia conhecida até ao momento. No entanto, o proveniente de Évora-Estremoz, se observarmos a forma desta peça verificamos que a lâmina central se apresenta um pouco circular, podendo talvez propor que a mesma se enquadraria no tipo B de Alicia Perea. Mas será que a forma da lâmina central se afigura como suficiente para a inserir nesta tipologia? Em efeito, e embora esta peça de Évora-Estremoz tenha sido atribuída por diversos investigadores à Idade do Ferro (NICOLINI, 1900) (MARTINS, 2008), em obra recente (CORREIA, SILVA e PARREIRA, 2013: 158) sugere-se que será de cronologia mais tardia, em concreto do período tardo-romano. O de Santana de Cambas, pensa-se que se poderá enquadrar na tipologia H dos pendentes de Alicia Perea (PEREA, 1991: 221), uma vez que os mesmos apresentam uma forma naviforme, nomeadamente na sua decoração com filigrana e esferas no bordo.

Falta ainda referir algumas peças nomeadamente as do Tesouro do Gaio⁸², de Baião⁸³ e ainda o exemplar de Paços de Ferreira, que apesar de já ter sido mencionado acima uma vez que se poderia enquadrar no Tipo B pelos seus elementos iconográficos, em termos morfológicos apresenta-se distinto. Além destes, temos que fazer referência ainda aos brincos provenientes de Odemira⁸⁴. No que concerne a estes exemplares é de mencionar que existem algumas semelhanças formais entre os brincos do tesouro de Baião e o exemplar de Paços de Ferreira, nomeadamente no seu corpo lunular, oco e convexo, é realizado através da existência de duas lâminas simétricas que se encontram justapostas e com decoração relevada sobre matriz e apresentam as extremidades afiladas em espigão, no entanto em termos decorativos e em termos de sistema de suspensão em nada se assemelham, apresentando-se os brincos do Tesouro de Baião com sistema simples de suspensão enquanto o de Paços de Ferreira apresenta sistema duplo de suspensão. Respeitante aos brincos do Gaio e aos de Odemira, estes somente se parecem no sistema de suspensão, uma vez que a argola que serve de preensão no lóbulo da orelha se apresenta muito semelhante. Com os brincos do Gaio,

⁸⁰ Anexo 1, ficha de inventário nº 25

⁸¹ <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=124451> – informação retirada do presente site.

⁸² Anexo 1, ficha de inventário nº24

⁸³ Anexo 1, ficha de inventário nº11

⁸⁴ Anexo 1, ficha de inventário nº27



pode-se ainda associar um pequeno elemento cónico encontrado na Herdade do Pêgo⁸⁵, em Ourique, que poderia fazer parte de uma trompeta de um brinco semelhante aos do Gaio.

Em termos tipológicos, estes brincos enquadram-se em tipologias completamente distintas, sendo que o brinco de Paços de Ferreira incorpora a tipologia A, variante 2, diferenciando-se a mesma pelo seu pequeno apêndice (SILVA, 1986: 365). No que diz respeito aos exemplares de Baião, estes são inseridos na tipologia A, variante 1 de Armando Coelho, uma vez que os mesmos apresentam muitas características relacionadas com o mundo tartéssico e orientalizante, tanto em termos morfológicos, como em termos decorativos (SILVA, 1986: 341). A presença destes brincos e, em particular deste tesouro, acaba por vir mais uma vez confirmar as relações existentes entre o Noroeste Peninsular e as regiões mais a sul, e com mais influência orientalizante.

O tesouro do Gaio apresentou-se como um elemento importantíssimo para o estudo da influência fenícia no território português. Foi neste tesouro que apareceram dois brincos que se encontram a ser abordados no presente trabalho. Os presentes brincos enquadram-se na tipologia D das arrecadas de Alicia Perea, apresentando-se como brincos fusiformes de secção ovalada e com decoração de flores e motivos antropomorfos (PEREA, 1991: 158). No caso do Gaio, apresentam-se como motivos antropomorfos.

No que diz respeito aos brincos provenientes de Odemira, estes ainda não tinham sido incluídos em nenhuma tipologia, pelo menos na bibliografia consultada. No entanto, se observarmos os mesmos, apercebemo-nos logo da sua forma circular. Deste modo, propõe-se aqui que estes brincos podem enquadrar-se na tipologia B das arrecadas de Alicia Perea, muito provavelmente na sua primeira variante.

Falta mencionar ainda um outro brinco do qual não se sabe sequer a proveniência e que se encontra depositado no Museu Nacional de Arqueologia. A partir deste corpo central partiriam umas hastes que se vão adelgaçando progressivamente. O outro brinco a ser aqui mencionado provém da Coleção Barros e Sá e encontra-se actualmente depositado no Museu Nacional de Arqueologia⁸⁶. Este apresenta um corpo oco, do qual partem duas hastes curvilíneas que se vão estreitando à medida que chegam às extremidades, acabando por formar o sistema de suspensão da mesma. Esta peça apresenta ainda um apêndice inferior oco e cónico formado através de fio de ouro enrolado em espiral, terminando este com um grânulo.

⁸⁵ Anexo 1, ficha de inventário nº29

⁸⁶ Anexo 1, ficha de inventário nº 35



O brinco procedente da Colecção Barros e Sá e que se encontra depositado no Museu Nacional de Arqueologia com o nº de inventário AU 985, quanto à sua tipologia, ainda não nos foi possível atribuí-lo a nenhuma tipologia pela sua forma extremamente atípica. No entanto, se o tivéssemos que incluir numa grande tipologia seria na dos pendentes, nomeadamente de Alicia Perea, por não apresentar argola para cadeia de suspensão, ou seja, sistema duplo de suspensão.

Em síntese, e não obstante a análise e sistematização tipológicas realizadas terem sido muito pormenorizadas, ultrapassando mesmo os objectivos fundamentais deste trabalho, foi um exercício que nos permitiu conhecer melhor as realidades estudadas.

Como se pode observar através da explicitação acima realizada sobre os aspectos morfológicos e tipológicos dos distintos brincos enquadrados na Idade do Ferro, os mesmos são extremamente variados e diversificados, existindo uma grande quantidade de brincos que não é possível enquadrar com os outros devido à sua singularidade. Isto prova o que também já foi referido quanto à extrema diversidade destes brincos e a uma maior originalidade observada durante este período, por parte dos artesãos.

3.3 – Paralelos

Como se pode analisar nos sub-capítulos acima abordados, para a Idade do Ferro existe uma grande diversidade e também um maior número de brincos, sendo que existe também um grande número de paralelos para as presentes peças, à excepção de alguns objectos, nomeadamente a arrecada atípica da colecção Barros e Sá, que encontra apenas um brinco que no seu apêndice inferior se apresentaria semelhante, procedente do Noroeste peninsular; no entanto o mesmo oferece uma exuberância decorativa muito maior do que o exemplar português (NICOLINI, 1990: Planche 206, fig. b).

Como também vem sido hábito no presente trabalho, os paralelos serão realizados por ordem geográfica de procedência das peças. Desta forma, começaremos por abordar os brincos procedentes de Carreço, Viana do Castelo, que encontram os seus paralelos mais próximos nos brincos identificados em Estela e Laundos. Segundo Mário Cardozo, este brinco encontra os seus paralelos mais próximos em certos exemplares da Palestina e da Pérsia (CARDOZO, 1956: 456), demonstrando assim esta peça já uma certa relação entre o noroeste



peninsular e as influências mediterrânicas, nomeadamente túrdulas e púnicas (SILVA, 1986: 343).

Como apontámos acima, se consideramos os brincos de Estela e Laundos como paralelos para o de Carreço, como é óbvio paralelizamos os mesmos uns com os outros, encontrando-se assim os elementos análogos para as peças de Estela e Laundos.

Relativamente aos brincos provenientes da Citânia de Briteiros, como Armando Coelho já tinha mencionado, não se encontraram paralelos para estes brincos (SILVA, 1986: 343). Apesar de termos procurado também não encontrámos quaisquer paralelos para estas peças. A peça proveniente de São Martinho da Anta encontra os seus paralelos mais próximos em algumas arrecadas de Utrera, localizada em Sevilha e de Tivisa, Tarragona (SILVA, 1986: 342).

Podemos analisar e encontrar paralelos, tendo em conta diferentes aspectos, nomeadamente os aspectos tecnológicos, morfológicos e decorativos / iconográficos. No presente trabalho tentar-se-á sempre que possível encontrar paralelos tendo em conta estes três aspectos, no entanto quando tal não for possível, ter-se-á que ter em atenção apenas um ou dois dos aspectos acima mencionados. Este é, por exemplo, o caso do brinco procedente de Paços de Ferreira, que em termos tecnológicos paraleliza com os brincos de Monsanto da Beira, Golegã, num dos brincos procedentes do Castro do Cabeço de Vaia Monte e no Tipo I de Serradilla, como aliás já tinha mencionado Armando Coelho (SILVA, 1986: 341 e 342). Em termos morfológicos, a peça de Paços de Ferreira não é análoga de nenhum elemento que tenhamos observado até ao momento. No que diz respeito aos elementos decorativos Nicolini aponta um paralelismo nomeadamente no que diz respeito aos motivos astrológicos e cosmológicos, neste caso solares, também presentes no colar de Tharsis. Estes motivos decorativos apresentam um carácter orientalizante. Esta peça combina tanto, elementos orientalizantes como características de cariz mais atlântico como é o caso dos triângulos granulados presentes nesta peça.

Para os brincos que compõem o tesouro de Baião, os paralelos mais próximos que se encontram são os brincos provenientes de Sines e de Aliseda, apresentando claras afinidades com as influências orientalizantes. Elemento que Armando Coelho também já tinha definido no seu trabalho sobre a cultura castreja (SILVA, 1986: 341). No entanto, se estas três peças se afiguram bastante semelhantes em termos morfológicos, em termos decorativos assistimos a coisas muito distintas, para além de que o seu sistema de suspensão que também se apresenta muito distinto.



No que concerne ao brinco procedente do Norte de Portugal, Armando Coelho propõe como paralelos mais aproximados os brincos de Tipo II A de Serradilla (SILVA, 1986: 342) (ALMAGRO-GORBEA, 1977: 222). Para a presente peça propõe-se ainda um outro paralelo, nomeadamente os brincos procedentes de La Puebla de los Infantes (FERNANDEZ-GOMEZ, 1997: 115, fig. nº 132), uma vez que se apresentam muito similares em termos morfológicos, sendo que somente na sua parte medial mostram algumas dissemelhanças, no entanto, em termos tecnológicos e mesmo decorativos, apresentam muitas semelhanças. Em termos decorativos é também na parte medial das peças que se apresentam desigualdades.

Para o brinco proveniente de Moirões, até ao momento ainda não se encontrou nenhum paralelo para o mesmo devido à sua forma, nomeadamente ao corpo bitroncocónico que o mesmo apresenta.

Para o brinco procedente de Conímbriga, os autores não apresentam nenhum paralelo para o presente brinco, mas no entanto comparando com alguns elementos do nosso inventário pode-se observar que o mesmo se afigura muito semelhante a um brinco procedente do Casal dos Cabeços, a alguns procedentes de Évora – Estremoz e a mais dois elementos de procedência desconhecida que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia (AU 430 e AU 431). Desta forma, todos estes elementos que eu acabei de mencionar paralelizam entre si, encontrando-se assim os objectos semelhantes para estas peças.

Os próximos elementos a serem analisados são os brincos / “sanguessugas” procedentes da Boiça, Alcobaça. Estes encontram os seus paralelos mais próximos em outros dois brincos procedentes do Cadaval, Lisboa e em outras peças procedentes de Casal das Passadeiras, Outeiro da Cabeça. Todos estes elementos são semelhantes e, portanto, paralelizam entre si. Encontram-se ainda paralelos para estas peças alguns elementos no túmulo H de El Acébuchal, em Sevilha e os de Cancho Roano (CARDOSO, 2004: 246). Outro paralelo que se pode encontrar para estas peças foi no Tesoro de Eborá, elementos que se encontram sob a designação de “zarcillos” (FERNÁNDEZ GOMEZ, 1997: 83, fig. nº72).

Os brincos provenientes de Monsanto da Beira encontram os seus paralelos mais próximos no exemplar da Golegã e um proveniente do Castro do Cabeço de Vaiamonte. Como é óbvio todos estes elementos paralelizam entre si, estas em todos os aspectos, tanto morfológicos, tecnológicos como decorativos. Em termos morfológicos estas peças são também análogas do brinco de Madrigalejo (Cáceres). No que diz respeito aos aspectos tecnológicos, como já foi acima mencionado, estas peças podem encontrar um paralelo também no brinco procedente de Paços de Ferreira.



Referente ao brinco do Bombarral, não se encontra muito fácil de encontrar os seus paralelos, no entanto João Luís Cardoso refere que estes são parecidos com o brinco procedente do Norte de Portugal (CARDOSO, 2004: 267), e realmente em termos morfológicos, nomeadamente na sua parte medial, com a presença de um travessão em “T”. Neste brinco foram adicionadas, provavelmente num período posterior, três pingentes que têm paralelos em algumas contas do colar de Baião (CARDOSO, 2004: 267), e também no conjunto de Segura de León, que para além do mais também apresenta alguns elementos de gargantilha que se aparentam também com os encontrados em Rio Maior (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 145), elementos que aliás se vão verificar como muito importantes para posteriormente discutir-se a cronologia deste brinco.

Para os brincos provenientes do depósito ou “entesouramento” de Casal dos Cabeços, os paralelos mais próximos que se encontram advêm do sítio do Castro do Cabeço de Vaiamonte, apresentando semelhanças em todos os níveis, tanto em termos de tecnológicos, morfológicos e decorativos. Desta forma, os brincos procedentes de Casal dos Cabeços e alguns elementos do Castro de Cabeço de Vaiamonte apresentam-se como objectos análogos e portanto paralelizam uns com os outros. Quanto a paralelos na região espanhola, Alicia Perea propõe como paralelos alguns brincos procedentes de Serradilla, e posteriormente Tutugi e de Santiago de la Espada (PEREA, 1991: 265).

Os próximos brincos aqui a serem analisados e, portanto, a estabelecer-se alguns paralelos para os mesmos são os exemplares procedentes do Gaio (Sines). Este, na sua morfologia, apresenta-se muito semelhante aos exemplares procedentes do tesouro de Baião, no território português. Paralelos para o território espanhol encontram-se em alguns brincos análogos, por exemplo, em Aliseda. Em termos decorativos ou iconográficos, a presença de “trompetas” é visível também em muitos outros brincos peninsulares, nomeadamente espanhóis. Encontram-se então exemplares em Talavera la Vieja (CELESTINO PÉREZ e JIMÉNEZ ÁVILA, 2004: 200, fig. nº1, 2 e 3). Aparecem também ainda este tipo de brincos, mas em prata, neste sítio arqueológico.

Uma outra peça portuguesa que também se poderia considerar como paralelo dos brincos do Gaio apresenta-se como um pequeno elemento cónico procedente da necrópole da Herdade do Pêgo, em Ourique, que se crê que seja uma “trompeta” de um brinco semelhante aos do Gaio. Para este elemento encontrou-se um paralelo, nomeadamente numa peça sem proveniência certa e que se encontra no Museu Arqueológico Nacional de Madrid (NICOLINI, G., 1990: planche 54, fig. a, b e c).



O brinco proveniente de Évora – Estremoz não apresenta quaisquer paralelos no território português. No entanto, podemos verificar que, em termos decorativos, esta peça apresenta motivos em SSS e palmetas estilizadas (MARTINS, 2008: 110), elementos que nos poderiam remeter para uma realidade orientalizante. Sem conseguirmos encontrar mais nenhum objecto análogo ao mesmo dentro da realidade peninsular podemos apenas mencionar que este apresenta elementos decorativos que poderiam inscrever-se em temática orientalizante. Os motivos em SSS acima mencionados encontram um paralelo para os mesmos, nomeadamente no diadema procedente do tesouro de Mairena (FERNÁNDEZ GOMEZ, 1997: 110, fig. nº 110).

Outros elementos que apresentam claras influências mediterrânicas são os brincos oriundos de Odemira, que também não encontram paralelos no território português, à excepção de o sistema de suspensão se apresentar muito semelhante aos exemplares do Gaio, como, aliás, já tinha sido mencionado, o que não é suficiente para colocar os brincos do Gaio, como paralelo para os de Odemira. Em termos peninsulares, a existência de um motivo central decorado com uma flor ou “roseta” no centro da mesma, poderá encontrar um brinco análogo em Cádiz (NICOLINI, 1999: planche 73). Virgílio Hipólito Correia refere que os melhores paralelos extra-peninsulares para os brincos de Odemira encontram-se em exemplares greco-italicos (CORREIA, 2005: 1217).

O brinco procedente do Galeado, juntamente com o procedente da necrópole de Alcácer do Sal e o de procedência desconhecida do Alentejo designado como “arrecada do Alentejo” encontram-se todos agrupados porque como já foi mencionado pertencem todos ao grupo dos nazm, também identificados como pendentives anulares fechados na tipologia de Alicia Perea (PEREA, 1991: 221). O caso do Galeado por se apresentar completamente fechado, pode revelar que o mesmo seria utilizado de uma forma permanente ou prolongada, podendo deter um carácter ritual como Alicia Perea defende (PEREA, 1991: 222). Encontramos paralelos para este brinco e para os outros acima mencionados em Sevilla (NICOLINI, 1990: planche 32, fig. a), este essencialmente na forma de fechar semelhante ao exemplar do Galeado. Encontramos ainda mais paralelos para estes brincos em Cádiz e em Villaricos, este último com exemplares muito semelhantes ao procedente do Alentejo (NICOLINI, 1990: planche 34 e 37).

No que diz respeito aos dois brincos procedentes de Santana de Cambas, Mértola, o exemplar mais pequeno encontra um objecto idêntico em Aliseda (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNANDEZ, 2006: 118 e 123). No concernente ao outro exemplar procedente



deste sítio é bem mais complexo de se encontrarem paralelos. Em termos morfológicos, com a sua forma naviforme, este aparenta-se idêntico a alguns exemplares provenientes de Sevilha (FERNÁNDEZ GOMEZ, 1997: 86, fig. 85 e 86) e também em El Cigarralejo (NICOLINI, 1990: planche 71 a). Ainda em termos de paralelos é também necessário mencionar que este brinco encontra ainda alguns paralelos nos brincos em forma de naveta característicos do mundo grego (CORREIA, PARREIRA e SILVA, 2013: 109I).

Para o brinco proveniente de Monte Molião encontramos como paralelo mais próximo um brinco proveniente da necrópole de Utrera (Sevilla) (FERNÁNDEZ GOMEZ, 1977: 85, fig. 80) (NICOLINI, 1990: planche 61, fig. c, d e e). Este brinco paraleliza também com o exemplar português AU 146, nomeadamente pela presença de elementos para engaste de pedras preciosas ou pasta vítrea e pela presença de espirais. Este último exemplar encontra também um objecto análogo no brinco procedente do tesouro de Ébora (Sevilla), pelo menos no que concerne ao seu apêndice (NICOLINI, 1990: planche 60).

Por último falta ainda mencionar duas peças, uma proveniente da Colecção Barros e Sá, que se encontra actualmente no Museu Nacional de Arqueologia, com o número de inventário AU 986 e o brinco originário dos arredores de Lagos. Para estas duas peças não se apresentou de todo fácil encontrar paralelos. O que se pode mencionar para estes exemplares é que os mesmos representam a evolução do tema iconográfico das cabeças de touro, referindo que o brinco procedente de Lagos apresenta-se como a última fase evolutiva desta evolução. Se confrontarmos com outras peças do território peninsular, pelo desenvolvimento de espirais, a que se assemelha mais aos dois exemplares acima aludidos apresenta-se como o brinco proveniente de Cerro del Berrueco (NICOLINI, 1990: planche 63, fig. a).

3.4. – Contextos

Os contextos afiguram-se como um elemento fundamental para compreender a realidade arqueológica que envolve determinada peça, e desta forma auxilia os arqueólogos a tentar aceder a uma percepção e interpretação das comunidades antigas. Ora, quando se trata de objectos de ouro, como já tem sido mencionado no presente trabalho, a maioria deles não encontra um contexto seguro, chegando mesmo a não terem qualquer contexto, nem se conhecer a procedência de determinadas peças. Isto faz, com que as conclusões que se retiram de determinadas peças se apresentem sempre como meras especulações, não se chegando



muitas vezes à realidade das comunidades antigas⁸⁷. Por esta razão é importante retirar a maior quantidade de dados sobre cada peça (PEREA, 2010: 244), uma vez que ajudará posteriormente a analisar e pensar sobre os mesmos objectos e sobre as comunidades que os realizavam, utilizavam e posteriormente os abandonavam.

Um aspecto que se tem de ter em atenção quando se estuda os contextos em ourivesaria, e neste caso em específico os brincos, diz respeito ao facto de os mesmos para a Idade do Ferro apresentarem uma grande diversidade, podendo aparecer tanto em realidades habitacionais (no entanto, isto não se apresenta como uma realidade muito frequente), como fazendo parte de entesouramentos e necrópoles. Os contextos em que é mais frequente aparecerem objectos de ouro são as deposições (“entesouramentos”) que para a Idade do Ferro não creio que estivesse relacionado com as mesmas problemáticas que para a Idade do Bronze, pelo menos durante a II Idade do Ferro, e em contextos funerários.

Quando abordamos as ocultações em período orientalizante verificamos que estas continuam a ser extremamente frequentes.

Como já mencionamos, os fenómenos de depósitos ou entesouramentos são comuns desde a Idade do Bronze e prolongar-se-á para a Idade do Ferro, no entanto será que em ambos os períodos, a necessidade de deposição apresenta as mesmas razões? Isto é, o entesouramento durante a Idade do Bronze encontrar-se-ia mais relacionado com o aspecto ritual da deposição enquanto na Idade do Ferro, isto se encontraria mais relacionada com a necessidade de protecção destas peças que se apresentariam importantes para a comunidade. De certa forma, pensa-se que sim, uma vez que os mesmos poderiam ser interpretados como alianças inter-grupais, até pela presença de algumas jóias que podem revelar essa realidade como por exemplo o colar de Moura.

Muitos dos depósitos a que assistimos durante a Idade do Ferro, nomeadamente a II Idade do Ferro podem-se encontrar relacionados com o início da conquista romana e portanto com a necessidade de deposição e ocultação de algumas jóias, como poderá ter acontecido com alguns exemplares aqui em estudo, nomeadamente os brincos de Citânia de Briteiros, Laundos e Estela. É importante ainda mencionar que o abandono rápido de determinado povoado poderia ter provocado a perda de alguns exemplares, o que de certa forma, explicaria a descoberta de objectos isolados, como é o caso dos brincos procedentes de Paços de

⁸⁷ Realidade que também acontece com outros aspectos arqueológicos, mas quanto mais seguro for o contexto de aparecimento de determinadas peças, mais dados os arqueólogos podem retirar para executarem as suas próprias interpretações.



Ferreira, Carreço / Afife, São Martinho da Anta, brinco proveniente do Norte de Portugal, Monsanto da Beira, Golegã, Monte Molião e Lagos (MARTINS, 2008: 31).

Os ocultamentos podem ainda resultar de uma deposição realizada por um ourives, como poderia ter acontecido desde logo com o tesouro de Baião, encontrado ao pé do Douro. Supõe-se que este tesouro pudesse ter pertencido a um ourives ou comerciante (CORREIA, 2005: 1222), pelo facto de nele se apresentarem dois pares de brincos. Apesar de no mesmo tesouro não aparecerem quaisquer bolos de prata e de ouro, matéria-prima, que ajudem a corroborar esta ideia, esta apresenta-se apenas como uma mera hipótese, que pode ser validada ou não.

A omissão de alguns tesouros, como já mencionámos, poderiam estar relacionados com o avanço da conquista romana, como é por exemplo o caso do tesouro de Casal dos Cabeços, que se encontra relacionado muito provavelmente com as guerras sertorianas (RUIVO, 1995: 86). Os tesouros encontrados durante este período encontram-se muito próximos dos povoados indígenas, o que mais uma vez pode relevar o rápido abandono dos habitats por parte das comunidades indígenas (RUIVO, 1995: 87).

O facto de perto do local de ocultação deste tesouro aparecer uma necrópole romana⁸⁸ e também alguns sítios com presença romana na região como, por exemplo, o caso da Cabreira e o Casal das Trajanas, pertencentes à antiga freguesia de Santo Estevão, actual União das Freguesias de Alenquer, pode levantar a questão se os brincos, que apresentam características técnicas e morfológicas que se enquadram no séc. IV a.C., e que só são depositados por volta das guerras sertorianas, seriam de comunidades indígenas ou de comunidades romanas. Como Ruivo mencionou, poderiam ser produtos de saques ou poderia ser o próprio militar que esconderia o seu património antes de partir para mais campanhas militares (RUIVO., 1995: 95 e 96).

Relativamente aos depósitos / ocultamentos já foram mencionadas quase todas as realidades inerentes aos mesmos, podendo-se observar que existe uma grande diversidade nas razões do ocultamento de determinadas jóias, e o máximo que os arqueólogos podem fazer é com base nos dados que se tem de cada peça ou depósito extrapolar alguma interpretação com base nos mesmos.

Se durante a Idade do Bronze os conjuntos auríferos se encontram mais ligados ao mundo dos depósitos e entesouramentos, durante o Calcolítico e a Idade do Ferro,

⁸⁸ Informação oral de Miguel Cipriano, a quem agradecemos.



particularmente a II Idade do Ferro, estes estão mais relacionados com o mundo funerário (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 89).

Mesmo dentro do mundo da morte, durante a Idade do Ferro, assistimos a realidades bastante distintas, com a presença de enterramentos em cista, ou seja, inumação e enterramentos em urnas, relacionados com a incineração, coexistindo então estes dois métodos de enterramento, que nós bem observamos por exemplo nos brincos procedentes da necrópole do Gaio (cista) e o nazm proveniente da necrópole do Galeado (urnas) (CORREIA, 1993: 352).

Dentro da amostra de estudo aqui a ser analisada, encontram-se alguns exemplares que não se pode ter a certeza de que os mesmos provenham de um contexto funerário, mas que têm sido atribuídos ao mesmo. É o que se passa com o brinco procedente do Bombarral e os brincos procedentes do Casal das Passadeiras / Outeiro da Cabeça.

Os elementos que se têm a certeza de que procedem de necrópoles são os brincos do Gaio, o nazm de Alcácer do Sal e do Galeado, o brinco procedente da necrópole do Monte da Atafona e o elemento cónico procedente da Herdade do Pêgo.

Provenientes de povoados apenas temos alguns exemplares, nomeadamente os que procedem do Castro do Cabeço de Vaiamonte, sítio aliás com um contexto muito mais seguro que os restantes, e o procedente de Monte Molião. Falta ainda mencionar um brinco que também procede de um contexto de habitação, nomeadamente de Conímbriga. No entanto o contexto e cronologia desta peça encontram-se ambos bastante incertos, uma vez que provém do nível de abandono do povoado indígena da zona da palestra das termas (ALARCÃO, *et alli*, 1979: 142).

Todos os restantes elementos inventariados no presente trabalho encontram-se sem qualquer tipo de contextos, ou seja, o mesmo apresenta-se como indeterminado. Não existindo mais nenhuns dados para algumas peças, como por exemplo os objectos de Monsanto da Beira e Casal das Passadeiras / Outeiro da Cabeça, que nos possam ajudar a extrapolar algum tipo de contexto para as restantes peças.

No final da análise dos contextos dos objectos, uma das primeiras conclusões que se pode retirar é que a maior parte dos mesmos não têm qualquer tipo de contexto, sendo muito mais difícil qualquer interpretação por parte dos arqueólogos. Posteriormente, pode-se verificar que existe uma grande diversidade de motivos para as práticas dos ocultamentos, sendo extremamente complexo perceber as suas motivações. Somente com uma boa análise



do depósito e das características e registo arqueológico em torno do mesmo é que se consegue chegar mais próximo das motivações que levaram à deposição.

Um outro aspecto que importa mencionar é o facto de, com a influência fenícia, as peças provirem de contextos funerários, no entanto, também não nos podemos esquecer da grande presença de depósitos / ocultamentos existentes neste período (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 61). Os motivos destes ocultamentos são diversos e diferem dos da Idade do Bronze.

A realidade funerária, e portanto o meio em que algumas peças são depositadas, apresenta-se também bastante distinta durante a Idade do Ferro, existindo contextos funerários de inumação e de incineração / cremação, denotando-se assim a diversidade de influências a que a Península esteve sujeita durante este período.

3.5. – Iconografia

Durante a Idade do Ferro assistimos, ao contrário do que acontece durante o período anterior, a uma grande complexidade iconográfica e decorativa, mantendo-se no entanto alguns aspectos decorativos característicos da Idade do Bronze.

É preciso ter em atenção, que durante este período, a verdadeira riqueza da ourivesaria advém da sua própria iconografia e dos motivos que a mesma incorpora, aparecendo assim diversos motivos, como os geométricos (que já se encontravam presentes em períodos anteriores), vegetais (roseta, palmeta, flor de lótus), antropomorfos e zoomorfos, assim como símbolos astrais. Estes símbolos apresentam-se como elementos forâneos, tanto continentais como orientais. Estes apresentam-se praticamente contemporâneos, influenciando-se uns aos outros “*A adopção de motivos decorativos de círculos concêntricos estampados em falso repuxado ou repuxado sobre matriz, característicos da ourivesaria do Bronze Final de origem centro-europeia, mas de clara difusão atlântica, ... não poderá deixar de o considerar coetâneo dos influxos orientalizantes dos séc. VII – VI a.C., denunciando uma convergência destas duas culturas*”. (CORREIA, SILVA e PARREIRA, 2006: 79 e 80). É importante ainda ter em atenção o papel fundamental que as comunidades indígenas desempenham na adopção e reinterpretação de alguns destes motivos.

Para além das alterações que já foram mencionadas, na mudança do Bronze Final para a Idade do Ferro, convém salientar a alteração do peso das peças sendo que as da Idade do



Ferro são mais leves que as da Idade do Bronze. Este facto originou uma poupança de matéria-prima. Além disso, anteriormente, eram características das peças o volume e o esquematismo.

Com a chegada das novas influências aparece uma nova realidade em que se assiste a uma abstracção do próprio objecto, passando agora a serem as representações que se encontram nos objectos os seus elementos significantes (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNANDEZ, 2006: 63).

Como já foi mencionado anteriormente, os novos temas decorativos introduzidos foram interpretados e reconceptualizados pelas comunidades indígenas da Península Ibérica. Estas reconceptualizações apresentam-se como fundamentais para perceber se a peça foi produzida por ourives locais, ou se foram importadas de alguma forma para a Península. Um destes exemplares surge nos brincos com decoração de “trompetas” como é, por exemplo, o caso dos brincos de Sines, que se propõe uma produção local uma vez que não se conhecem este tipo de símbolos fora em nenhum outro contexto extrapeninsular.

A aquisição de alguns elementos por parte dos indígenas pode se encontrar relacionada com o facto de alguns destes apresentarem representações próximas às da tradição local, podendo assim adaptá-los com outros significados à cosmogonia local⁸⁹ (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNANDEZ, 2006: 67).

Desta forma, pode-se observar que os símbolos que se encontram presentes na ourivesaria da Idade do Ferro na Península são, regra geral, iguais porém podem ter significados completamente distintos, ou seja, o significado do objecto será diferente consoante a interpretação que determinada comunidade faça do mesmo.

Um outro elemento que se apresenta como fundamental para compreender a realidade iconográfica deste período é que a representação de determinado motivo religioso pode não se encontrar presente somente numa peça, mas sim englobar todo o conjunto. Sendo assim, apresenta-se como fundamental fazer uma análise completa de todo o conjunto e não nos especificarmos somente numa peça, isto claro, se quisermos atender ao verdadeiro significado religioso e cosmogónico de determinados conjuntos (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 75).

Apesar de estes elementos serem considerados como decorativos, os mesmos são também considerados como símbolo ou valor religioso, uma vez que podem exprimir um

⁸⁹ Cosmogonia – termo que abrange as diversas lendas e teorias sobre as origens do universo de acordo com as religiões, mitologias e ciências através da história.



aspecto de protecção ou de uma divindade. A maior parte dos temas ou símbolos detem um carácter geral mais ou menos demarcado. A iconografia apresenta-se como a melhor auxiliar para a identificação de rituais e de divindades (NICOLINI, 1990: 612 e 613).

Passando agora à análise dos elementos iconográficos, símbolos presentes nos brincos, verifica-se que a maior parte dos elementos assinalados acima (geométricos, vegetais, cosmológicos, etc.) se encontram presentes. Relativamente aos elementos geométricos podemos verificar que os círculos aparecem nos brincos de Estela (MARTINS, 2008: 62) e de Laundos. No entanto, com os motivos geométricos tem que se ter sempre alguma cautela uma vez que estes podem ter também uma origem continental assim como podem deter uma origem mediterrânea (NICOLINI, 1990: 533), apresentando-se algo difícil de destrinçar entre estas duas realidades, uma vez que ambas as influências se combinam em algumas peças.

Um outro motivo extremamente utilizado apresenta-se como as espirais, que na ourivesaria peninsular e especialmente na portuguesa encontram-se bem representadas, como por exemplo nos brincos procedentes de Monte Molião, Lagos, o AU 986 e o AU 146⁹⁰. Não se afigura de todo fácil encontrar o significado religioso ou cosmogónico para a presença de espirais ou seus agrupamentos, no entanto algumas podem estar relacionadas com a fecundidade ou como símbolos da mesma (NICOLINI, 1990: 616), apesar de existir uma grande confusão na atribuição de significado aos símbolos.

Os motivos em S são também bastante comuns na nossa ourivesaria arcaica, apesar de nos brincos aqui em análise apenas termos um exemplar com este tipo decorativo, que é o brinco procedente de Estremoz. Este brinco apresenta ainda mais dois motivos que foram extremamente utilizados durante a Idade do Ferro, como é o caso das palmetas - neste caso a mesma não se apresenta completa - e os quadrifólios, presentes também neste brinco. Os motivos encontram-se também presentes nos brincos de Carreço, Estela e Laundos.

Os motivos solares apresentam-se também como um motivo decorativo extremamente utilizado na ourivesaria arcaica. Em algumas realidades os discos solares ostentam um possível crescente, como é por exemplo o colar de Tharsis. Nos brincos aqui a serem analisados existem alguns exemplares que apresentam este motivo decorativo, ou que pelo menos pode ser interpretado como tal, como é o caso dos brincos de Paços de Ferreira, Golegã, Monsanto da Beira e uma procedente do Castro do Cabeço de Vaiamonte. Os motivos circulares podem-se apresentar como uma interpretação dos motivos astrais. A

⁹⁰ Números de inventário que se referem ao Museu Nacional de Arqueologia e que no nosso inventário se encontram com o nº 38 e 39.



origem deste elemento iconográfico pode encontrar-se na ourivesaria da primeira dinastia de Ur, assim como no Império antigo do Egipto. Durante o II milénio, o papel que a Síria desempenha na difusão destes motivos afigura-se como essencial. É praticamente impossível saber através de que intermediários os motivos astrais entram na Península (NICOLINI, 1990: 569).

Outros motivos iconográficos utilizados são os S e os cones espiralados, estes sim com uma ampla dispersão nos brincos da Idade do Ferro, tanto nos brincos procedentes de São Martinho da Anta (cones espiralados), os brincos de Casal dos Cabeços e alguns do Castro do Cabeço de Vaiamonte. Estes motivos aparecem inicialmente na região Sul da Península, dispersando-se posteriormente para o Norte, onde também aparecem como já foi verificado pela sua presença no brinco de São Martinho da Anta.

Os motivos vegetais, como as rosetas, flores de lótus e palmetas sempre foram muito utilizados na ourivesaria, como aliás já se mencionou aquando do brinco de Estremoz. As rosetas aparecem no brinco procedente de Odemira. Como Nicolini refere, existem diversos tipos de rosetas e as mesmas são extremamente utilizadas na ourivesaria gaditana. As rosetas são extremamente utilizadas pelos ourives ibero-tartéssicos. As rosetas peninsulares têm uma clara influência fenícia (NICOLINI, 1990: 546). Quanto às palmetas encontra-se mais um exemplar nos brincos portugueses, nomeadamente os de Baião, que apresentam também um motivo em “T” relacionado com o mundo floral (NICOLINI, 1990: 553). Estes brincos apresentam-se muito importantes uma vez que são os únicos que representam um dos exemplares mais completos, nomeadamente no que concerne às palmetas fechadas, uma vez que as mesmas têm as duas volutas enroladas para o interior. Estes motivos apresentam uma clara difusão do sul para o norte peninsular.

A utilização destes motivos deve-se muito provavelmente a contactos directos fenício-ibéricos, ilustrados pela presença na Península Ibérica de palmetas triangulares, que se encontram ausentes em outras regiões (NICOLINI, 1990: 549).

Os meandros e os motivos ondulares apresentam-se também extremamente utilizados durante este período, sendo bastante frequente nos brincos, nomeadamente no de Santana de Cambas, nos de Briteiros e num par de brincos que vem do Castro de Cabeço de Vaiamonte, nomeadamente a que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia, sob o nº de inventário AU 575 e 576. Estes motivos encontram-se figurados na ourivesaria ibérica desde períodos muito recuados, apresentando-se a própria origem dos mesmos muito longínquos (NICOLINI, 1990: 536).



Alguns dos brincos acima mencionados apresentam também um entrançado de fios, aliás, este considera-se como dos motivos mais frequentes em todas as peças de ourivesaria, nomeadamente nos brincos, sendo que a maioria dos mesmos têm este tipo de motivo (Santana de Cambas, Paços de Ferreira, Estela, Laundos, Carreço, São Martinho da Anta, Odemira, Estremoz, Castro do Cabeço de Vaiamonte, Monte Molião, o AU 986 e AU 146).

Os motivos antropomorfos e zoomorfos são também bastante comuns na ourivesaria da Idade do Ferro, no entanto aparecem em menor número que outros motivos nomeadamente os vegetais. Isto verifica-se nos brincos do território português, em que se observa apenas um brinco com motivos antropomorfos, nomeadamente os procedentes do Gaio (CORREIA, SILVA e PARREIRA, 2013: 72).

Estes brincos, e no geral, todo o tesouro que apareceu nesta necrópole apresenta-se bastante interessante em termos iconográficos, uma vez que nos encontramos perante as cabeças bifrontes hathorianas, figuras especialmente utilizadas por artífices orientais e com origem em motivos egípcios. Este motivo iconográfico poderia levar a colocar este tesouro e, em particular, estes brincos como uma importação. No entanto, analisando os restantes elementos que compõem estes brincos, nomeadamente as trompetas que os integram, colocar-se-iam os mesmos como uma produção local, uma vez que estes elementos não se encontram presentes fora do âmbito peninsular.

Tendo em conta os outros elementos que compõem o tesouro, designadamente a gargantilha com uma decoração de grifos / hipogrifos e palmetas (motivos iconográficos também de cariz oriental), poder-se-ia ponderar novamente uma importação. Considerando o fenómeno de “sincretismo”⁹¹, em que existe uma identificação de um deus e de uma cultura com a sua própria cultura devido à semelhança de alguns dos seus atributos ou formas de culto, pode-se apreciar este tesouro como uma produção local. Isto acontece porque os elementos que o mesmo incorpora podem deter um significado completamente distinto para as comunidades indígenas do que detêm para os povos orientais (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 72).

Um outro tema que também se apresenta extremamente recorrente na ourivesaria da Idade do Ferro é o que se refere à cabeça de boi, podendo-se encontrar expresso em alguns dos brincos analisados no presente trabalho, nomeadamente o de Monte Molião, Lagos, uma proveniente da Coleção Barros e Sá (AU 986) e a AU 146. Esta temática demonstra uma

⁹¹ Fenómeno que implica um sistema de absorção de influências e sistemas de crenças de uma comunidade por outra.



evolução face ao esquematismo da mesma, ou seja, inicia-se com os brincos de Monte Molião e que se encontram com a existência de locais para a colocação de pasta vítrea e pedras preciosas e com a presença de espirais, passando para exemplares cada vez mais simples e esquemáticos aparecendo somente o brinco e um apêndice formado por espirais, como é o caso do brinco procedente de Lagos (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 79).

Este motivo iconográfico encontra-se relacionado com a cabeça de bovídeo e, no que concerne posteriormente à esquematização e à formação do campo das espirais, as mesmas poderão fazer alusão possivelmente à divindade fecundadora, que é representada pelo touro. A referência ao touro encontra-se também evidenciada no símbolo da pele de touro estendida, entendida como força criadora, fecundadora e vital (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 85). Os motivos alusivos ao touro / boi encontram-se difundidos no Sul peninsular, não existindo uma grande difusão no centro e no norte como acontece, por exemplo, com outras temáticas decorativas.

Por último, falta ainda mencionar uma temática decorativa que se encontra muito presente na ourivesaria arcaica. Esta apresenta uma forma triangular, realizada com granulado e polvilhado, geralmente o mesmo apresenta uma forma equilátera (NICOLINI, 1990: 563). Este motivo observa-se em muitos brincos de Portugal, nomeadamente os brincos provenientes de Estela, Laundos e Carreço, Conímbriga, Bombarral, Casal dos Cabeços, Castro do Cabeço de Vaiamonte, alguns brincos com procedência em Estremoz e os exemplares que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia sob a nº de inventário AU 430 e AU 431. Estes apêndices granulados aparecem por volta do séc. IV a.C. e essencialmente em duas regiões, o Norte de Portugal e a Alta Andaluzia (NICOLINI, 1990: 566).

Os temas iconográficos aqui descritos apresentam-se como as manifestações artísticas, ideológicas e religiosas das elites sociais da época (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 80). A ourivesaria afigura-se assim como a matéria onde é possível observar os deuses, assim como as suas formas e símbolos.

A maior parte dos temas podem servir indistintamente para a protecção dos vivos e dos mortos, sendo que por vezes não se mostra de todo fácil distinguir estas realidades. Um aspecto que pode ajudar a diferenciar entre a sua utilização era através da presença ou não de algumas características de uso (NICOLINI, 1990: 616).



Como se pode observar ao longo do desenvolvimento deste sub-capítulo existe uma coincidência de atributos e uma identificação sincrética de algumas divindades, servindo estas para acentuar o carácter de aliança e respeito entre comunidades autóctones e alóctones, aliás, realidade que se poderia observar em alguns santuários deste período como o caso de El Carambolo e Cancho Roano, respetivamente na Andaluzia e na Extremadura. Esta realidade revela a existência não de uma colonização, mas de uma assimilação cultural / social por parte das comunidades (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 85).

3.6 – Cronologia

A cronologia das peças na Idade do Ferro encontra-se dividida, essencialmente, em três grandes grupos: os objectos que compreendem a Iª Idade do Ferro, ou seja, que incorporam os primeiros brincos com carácter orientalizante encontrados na Península; os objectos que englobam a II Idade do Ferro e que, de certa forma, já recebem as influências continentais e os objectos em que se tem algumas dúvidas quanto à sua cronologia.

Existem algumas diferenças nestes grupos que indiscutivelmente necessitam de ser mencionadas e as mesmas prendem-se com o facto de existir uma grande diferença nos brincos da I para a II Idade do Ferro. Os brincos da I Idade do Ferro apresentam-se muito mais complexos e compósitos do que os exemplares da II Idade do Ferro, em que aparecem peças muito mais simples. Como refere Mário Varela Gomes “*A ourivesaria mostra evolução semelhante à da torêutica. Assim, a um primeiro momento onde ainda se fazia sentir o peso dos contributos orientalizantes e se produziram peças compósitas, [...], logo se evidencia a tendência por jóias mais despojadas, reduzidas a estruturas singelas, desaparecendo os repuxados, granulados e filigranas, que conferiam barroquismos, de figura oriental, às peças da Iª Idade do Ferro*”. (GOMES e SILVA, 1993: 184). Apesar do que acima se encontra referido, não se pode supor que um determinado “estilo” mais complexo desaparece para dar lugar a um outro mais singelo, esta transformação apresenta-se como algo bastante gradual.

No que diz respeito aos brincos que pertencem à I Idade do Ferro podemos enquadrar o brinco procedente de Paços de Ferreira, Baião, Outeiro da Cabeça, Gaio, um procedente de



Estremoz⁹² e um precedente de Santana de Cambas. Existem ainda mais quatro elementos que por semelhança morfológica se podem enquadrar também na I Idade do Ferro, e estes são os brincos procedentes de Turquel e do Cadaval. Apesar da semelhança morfológica se apresentar como um aspecto a ser tido em conta na atribuição da cronologia para as peças da Idade do Ferro, é de ter em consideração que se podem continuar a produzir certos tipos de brincos em períodos cronológicos mais avançados. A associação com outro tipo de peças de ouro e de outras matérias-primas afigura-se também como um elemento a ter em conta na identificação cronológica das diversas peças.

Na II Idade do Ferro, encontramos os brincos de Carreço, Estela, Laundos, São Martinho da Anta, Monsanto da Beira, Golegã, Castro do Cabeço de Vaiamonte, os brincos procedentes de Estremoz, Odemira, Atafona, os “nazm” identificados na necrópole de Alcácer do Sal, Galeado, e o precedente do Alentejo. Ainda com uma cronologia que se pode enquadrar na IIª Idade do Ferro existe o pequeno brinco precedente de Santana de Cambas, o de Monte Molião e o de Lagos. Os restantes brincos, enquadrados na presente investigação, têm sido atribuídos à Idade do Ferro, sem mais especificação alguma, podendo, no entanto, supor-se que os exemplares AU 430, AU 431, AU 986 e AU 146 têm uma cronologia enquadrada na II Idade do Ferro, mais uma vez estabelecidos com base na sua semelhança morfológica.

Quanto ao brinco precedente do Bombarral, a sua atribuição cronológica é complexa, uma vez que não se conhece bem o contexto da peça. No entanto, se tomarmos em atenção o facto de estes terem aparecido juntamente com uns elementos de gargantilha, que encontram os seus paralelos, por exemplo, em Segura de León, pode-se apontar uma cronologia enquadrada no séc. V / IV a.C.. Segura de León apresenta ainda uma conta extremamente semelhante às adicionadas posteriormente ao brinco do Bombarral (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 145).

Faltam indicar, em termos cronológicos, alguns brincos que se encontram no trabalho, nomeadamente os brincos provenientes de Casal dos Cabeços que apareceram depositados com 136 denários republicanos, atribuindo um *terminus post quem* ao conjunto de 76 a.C. No entanto, os brincos juntamente depositados com estes denários têm sido enquadrados no séc. IV a.C. e, certamente, pelas suas analogias formais estes teriam sido produzidos, mais ou menos, por volta deste século. Desta forma, quais são as explicações para se encontrar no

⁹² Conforme já referido na página 57 a cronologia da Idade do Ferro atribuída a este exemplar é hoje discutível, propondo-se uma cronologia mais tardia.



mesmo depósito brincos com uma forma que se enquadram no séc. IV a.C. e denários republicanos? As razões podem ser várias:

- Os brincos realmente foram produzidos durante o séc. IV a.C. e continuaram a ser utilizados até ao momento em que foram depositados com os denários republicanos, pressupondo assim uma cronologia de fabrico, utilização e deposição completamente distintos.
- Este tipo de brincos apesar de terem uma origem de produção no séc. IV continuaram a ser produzidos em períodos posteriores, provavelmente até época romana como, aliás, pode ter acontecido também com o brinco procedente de Conímbriga, que não detém um contexto arqueológico seguro.
- Os brincos, apresentando-se como jóias, poderiam ter sofrido alguns processos de transmissão deste tipo de objectos no âmbito geracional, explicando-se assim a presença de alguns destes brincos num âmbito já romano.

Para este terceiro grupo onde foi possível observar algumas problemáticas na atribuição cronológica das peças, pode-se verificar que apesar destas problemáticas, estes brincos tiveram a sua origem na Idade do Ferro.



V – Na Senda de Oficinas de ourives

1.- Problemática

Um dos principais problemas associados ao estudo da ourivesaria e, de uma forma geral, a todos os metais prende-se com a identificação das diversas oficinas metalúrgicas, essencialmente para períodos tão recuados como o Calcolítico e a Idade do Bronze. Apesar destes períodos cronológicos se apresentarem como os mais complexos em termos de identificação de oficinas, para os períodos seguintes o problema subsiste embora seja mais fácil porque, à medida que a complexidade utilizada no processo metalúrgico aumenta, os vestígios do mesmo também se tornam mais expressivos. Desta forma, e como já tinha referido Lull, a metalurgia não pode ser concebível sem um aumento na especialização e divisão do trabalho (LULL *et alli*, 2010: 323).

Antes de começar a abordar as problemáticas referentes à identificação das oficinas de ourives em registo arqueológico, é fundamental ter a noção de que para se abordar estes temas é necessário deter um grande conhecimento das produções de ourivesaria, isto é, das cadeias operatórias. Para além disto, é imprescindível também ter em conta as implicações sociais, económicas e políticas que esta produção origina, assim como as clientelas para as quais a mesma se destinava. Como se pode verificar, para compreender e interpretar as oficinas de ourives de uma forma mais correcta, temos que ter um grande conhecimento de todas as realidades (produção, sociais, económicas e políticas) que se relacionam com as oficinas (PEREA, 1993: 23).

Pode-se observar que o facto de não se conhecer em registo arqueológico quase vestígios da presença de oficinas de ourives, nomeadamente na Península Ibérica, prejudica imenso o conhecimento que se detém de todo o processo envolvido - sendo este explorado através da observação das próprias peças -, assim como toda a realidade social, económica e política que se detém do trabalho de metalurgia, em específico de ourivesaria, e dos seus artesãos. Desta forma, como se irá ver posteriormente, a utilização de outras disciplinas, nomeadamente da Etnografia, é essencial para auxiliar a compreensão deste tipo de realidades. Esta ideia encontra-se muito bem explicada por Albert Nijober quando este refere que “*Jewellers workshops are rarely excavated and reconstructions of these workshops are at the best hypothetical in my opinion. Complete jewelers workshops are in fact only Known from ethnographic accounts.*” (NIJOBBER, 2004: 373).



Tendo conhecimento desta realidade, existem algumas questões que se levantam: primeiro, quais os motivos que tornam a identificação de uma oficina de ourives algo tão complexo? Quais são os métodos utilizados até ao momento, por arqueólogos, que permitem identificar certa oficina? Será que os métodos utilizados são os mais correctos?

Existem diversas metodologias que auxiliam na identificação das oficinas de ourives, podendo-se também recorrer a outras disciplinas - particularmente a Etnoarqueologia e a Arqueologia Experimental - para tentar responder a estas perguntas.

Numa tentativa de responder às perguntas acima elaboradas, verifica-se que o facto de, muitas vezes, as ferramentas que se utilizavam no trabalho do ouro, serem realizadas em materiais percíveis que por sua vez não se encontram actualmente registadas em meio arqueológico. Mas até que ponto este motivo será verdadeiramente importante?

Alicia Perea refere ainda mais três razões que explicam a grande ausência do registo material de ferramentas numa escavação, o que por si só prejudica na identificação de distintas oficinas, nomeadamente o facto de em escavações antigas não se identificarem todas as ferramentas como tais. Depois, os depósitos de descarte não são muito frequentes, sendo muito mais os rituais e votivos. Aqui é de realçar ainda o facto de muitas ferramentas e materiais utilizados na produção metalúrgica serem depositadas em túmulos de metalurgistas, considerando-se, a título de exemplo, o túmulo do Amesbury Archer (FITZPATRICK, 2009). Uma outra razão para tal fenómeno prende-se essencialmente com o facto de as ferramentas de metalúrgico, principalmente as de ourives, serem muito valiosas para serem descartadas assim sem um reaproveitamento qualquer, o que poderia implicar uma transformação na sua funcionalidade (PEREA, 2010: 249). Um outro aspecto que pode ajudar a compreender esta ausência de testemunhos prende-se com os fornos de produção que, para períodos mais recuados, seriam incipientes ou corresponderiam a “vasijas-horno” (ROVIRA LLORENS e MARTINA RENZI, 2010: 91).

Um outro factor que também pode dificultar a identificação de distintas oficinas prende-se com o facto de num período inicial, nomeadamente durante o Calcolítico e os primeiros momentos da Idade do Bronze não existir um local específico com a função de oficina, ou seja, o trabalho da transformação dos metais poderia ser feito na própria habitação do ourives, onde existisse uma lareira, como acontece por exemplo no povoado do Zambujal (PEREA, 1991: 44). O facto deste trabalho ser feito numa habitação, e principalmente se os vestígios de trabalho metalúrgico forem muito escassos, muitas lareiras encontradas nestes períodos mais recuados poderão ter tido esta função e serem mal interpretadas pelos



escavadores. Embora este se apresente como mais um motivo para a difícil identificação de oficinas, creio que não será o mais comum porque acabam sempre por aparecer alguns vestígios, que podem remeter ao investigador a funcionalidade de determinada estrutura como uma oficina.

Nicolini menciona que é extremamente difícil identificar em registo arqueológico determinadas estruturas de apoio à produção de ouro e dos restantes metais, nomeadamente os fornos / fornalhas, assim como as ferramentas que os artesãos utilizavam, realidade já acima abordada. Para tentar compreender estas realidades, o autor teve de recorrer a realidades estrangeiras para explicar o que se passa na Península e também a autores antigos e a iconografia de túmulos egípcios onde se encontra representado o processo metalúrgico utilizado na produção do ouro (NICOLINI, 1990: 53). Este apresenta-se como alguns dos métodos utilizados para a identificação das distintas oficinas.

Um outro método que se utiliza para este reconhecimento é a utilização das próprias peças e a sua observação, analisando técnicas, morfologias e temáticas decorativas. Apesar deste se apresentar como um método extremamente utilizado pelos arqueólogos é necessário ter-se alguma cautela, uma vez que todos os elementos que mencionei acima estão sujeitos a grandes deslocções durante os períodos aqui em estudo, assim como as técnicas decorativas se apresentam muitas vezes como modas, sendo sempre algo muito complicado identificar uma oficina com base nestes critérios aqui mencionados.

Outra abordagem que se realiza geralmente para se identificar uma oficina, neste caso as de ourives em específico, é a análise estilística do aparecimento dos achados. Isto é, se numa determinada área geográfica aparecem objectos muito semelhantes entre si, com características tecnológicas, morfológicas e decorativas similares, pode-se então propor que provavelmente aí funcionava uma oficina de ourives. Isto foi o que levou, por exemplo, José Fortes a sugerir uma oficina de ourives para a região de Póvoa do Varzim com base nos achados de Estela e de Laundos (FORTES, 1908: 8). Embora a proposta de Fortes seja de inícios do séc. XX, actualmente ainda se mantém válida (SILVA, 1986: 342). Pode-se também identificar uma oficina de ourives através da presença de diferentes tipos de peças num povoado, como aconteceu, por exemplo, no Castro do Cabeço de Vaiamonte onde foram encontrados diversos conjuntos de brincos, podendo sugerir que no mesmo existisse uma possível oficina de ourives, ou então um local de troca destes objectos.

Estes apresentam-se como alguns dos métodos utilizados até ao momento para a identificação de possíveis oficinas em meio arqueológico, sendo que é sempre necessário ter



em atenção que a articulação destes métodos pode gerar resultados mais positivos do que analisar-se cada um destes em separado. Algo que também se pode apresentar extremamente útil na identificação das oficinas é o estudo da localização espacial do local onde se encontram as peças. Desta forma, e tendo como premissa base que as oficinas de ourives se localizariam em sítios de fácil controlo e de fácil acesso, assim como nas zonas mais ricas em termos auríferos (LULL *et alli*, 2010: 361) torna-se muito mais fácil cruzando alguns dados, por exemplo o povoamento, zonas ricas em minério e local de aparecimento de peças e propor alguns possíveis locais de oficinas de ourives. Este não se apresenta como um método muito utilizado, mas crê-se que é apenas mais uma forma para se tentar propor possíveis oficinas com base nos critérios acima mencionados.

A identificação de oficinas de ourives deverá ter ainda presente as problemáticas relativas às estratégias de aproveitamento dos recursos, assim como as possíveis redes de troca de materiais (matérias-primas) e de peças.

2. - Identificação de oficinas de ourives no território português

Com base no que foi acima mencionado e nos diferentes métodos analisados, passar-se-á agora à tentativa de identificação de oficinas de ourives, concretamente as relativas a brincos⁹³. Desta forma, é necessário ter-se a ideia de que para períodos iniciais (Calcolítico e Idade do Bronze) esta identificação é muito mais complexa essencialmente devido a alguns factores a serem tratados de seguida. Falar de oficinas para estes períodos tão recuados – entendidas como um local físico em que a sua função fundamental é a produção de ourivesaria -, não se apresenta, talvez muito correcto, uma vez que a produção não seria sequer suficiente para a utilização desta terminologia. Deste modo, na identificação de uma possível oficina, o número e quantidade de objectos produzidos parece ser relevante. Apesar de termos noção desta dificuldade, observa-se que a proveniência dos primeiros brincos identificados no território português com esta cronologia provém da fachada atlântica, mais

⁹³ A identificação de oficinas de ourives encontra-se especificada somente em brincos, uma vez que é o objecto de estudo que se encontra aqui em análise. Isto, obviamente não quer dizer que não existissem oficinas a produzir mais do que um tipo de peça. Isto seria mais comum de acontecer em períodos iniciais como o Calcolítico e a Idade do Bronze, aparecendo durante a Idade do Ferro já oficinas especializadas em certos tipos de peças. Mesmo para períodos posteriores a produção de diferentes peças numa mesma oficina não é algo estranho de acontecer.



especificamente na costa litoral da Estremadura, à excepção de um exemplar proveniente dos arredores de Estremoz, e que apareceu juntamente com fragmentos de um diadema. Ora, isto poderia conduzir à proposta de uma possível oficina também nesta região, mas tal não nos parece plausível, uma vez que este tipo de peças viajava bastante, podendo ser produzidos num local e depois encontrados noutra.

E, se analisarmos os outros achados auríferos do Calcolítico, verifica-se uma grande concentração dos mesmos na Baixa Estremadura, podendo supor-se a localização da produção destas peças para a região do Tejo. Como refere Alicia Perea ao mencionar que “*Hablar de talleres o tradiciones diferenciales parece arriesgado, aunque es posible separar la zona del estuário del Tajo de la formada por el eje Algarve – Guadalquivir – Tarifa, donde aparecen una serie de tipos y técnicas que habrá que distinguir por lo menos desde el punto de vista cronológico ...*” (PEREA, 1991: 47). Esta produção encontrar-se-ia muito provavelmente centralizada nos grandes povoados calcolíticos da região, como por exemplo o Zambujal, entre outras possibilidades. Estes teriam como função a produção, assim como a posterior distribuição do material já elaborado (PEREA, 1991: 47).

No respeitante à Idade do Bronze, relativamente à produção de brincos, não se pode supor uma produção de brincos para o território português, e desta forma não se aporta à questão das oficinas de ourives⁹⁴ no nosso território e talvez mesmo no peninsular. Os dados que dispomos para os brincos do território português baseiam-se em quatro brincos que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia, mas cuja proveniência é desconhecida. Como já foi mencionado, não se encontram paralelos na região peninsular para os mesmos, aparecendo somente na região francesa. Com esta informação pode-se admitir diversas hipóteses: ou os brincos que se encontraram no território português foram na altura da sua circulação (Idade do Bronze) transportados através de mecanismos de interacção social para o actual território português⁹⁵; ou poder-se-á supor uma possível produção no território português para os mesmos, mas tal hipótese não nos parece a mais indicada tendo em conta o facto de não se verificarem mais nenhuns dados arqueológicos que o corroborem. Pode-se ainda pensar numa outra hipótese para o aparecimento destes brincos no Museu Nacional de Arqueologia português, nomeadamente a de que quando Leite de Vasconcellos os adquiriu a um ourives, estes proviessem de um mercado de antiguidades. Sendo assim, estes brincos

⁹⁴ Quando se menciona que não se pode abordar a questão das oficinas de ourives durante a Idade do Bronze no território português está-se somente a referir aos brincos, havendo produção de outros objectos durante este período, existindo assim, como é óbvio, oficinas metalúrgicas com produção de ouro a funcionar durante a Idade do Bronze.

⁹⁵ Temática a desenvolver posteriormente no capítulo referente à discussão.



talvez tivessem a sua origem em outras áreas europeias, que não Portugal ou Espanha, partindo aqui do pressuposto que até ao momento não foram encontrados este tipo de brincos em nenhuma área peninsular, incluindo a espanhola. Estas apresentam-se como as hipóteses que podem explicar o aparecimento destes brincos no Museu Nacional de Arqueologia sendo que a suposição de uma possível produção destes brincos no território português, com os dados que até à actualidade dispomos não parece ser a mais correcta.

No entanto, a produção de ouro continuou durante este período fabricando-se outros tipos de objectos como braceletes, torques, cadeia de espirais, brácteas entre outros objectos. Isto coloca algumas questões no que concerne à produção de brincos em território peninsular durante a Idade do Bronze: estes teriam deixado de ser fabricados durante este período? Quais seriam os principais motivos para que tal tenha ocorrido? Apresentavam-se como motivos de ordem social, isto é, houve alguma alteração na sociedade que explicasse o abandono de produção de brincos? Ou seria antes uma questão de moda? Deixaram mesmo de se produzir brincos durante este período ou somente cessou a produção deste tipo de objectos em ouro? Esta problemática apresenta-se bastante complexa sendo discutida posteriormente no capítulo VI.

É durante o Bronze Final e mais especificamente com os primeiros contactos com os “colonizadores” fenícios e com as influências continentais que se começa a desenvolver uma ourivesaria em maior escala, revelada por um maior número de peças, assim como uma maior diversidade das mesmas. Apesar de a influência forânea ter sido fundamental para o desenvolvimento da ourivesaria, não se pode esquecer que, se não houvesse já uma grande tradição do trabalho do ouro, estimulado pelas elites locais, não se teria apresentado tão fácil para os ourives peninsulares adaptarem-se e incorporarem todas as novas técnicas daquele período. Tal como Alicia Perea menciona, a chegada dos Fenícios não supõe uma ruptura na estrutura social dos grupos indígenas, nem no trabalho da ourivesaria, mas sim vai dar um impulso que aumenta a tendência manifestada durante o Bronze Final, “[...] *no cambia la dirección sino el ritmo y las formas de expresión.*” (PEREA, 1991: 192).

Desta forma, observa-se durante este período um maior número de oficinas de ourives, podendo-se falar em oficinas especializadas em trabalho de ourivesaria, e portanto torna-se mais fácil a identificação de distintas oficinas tanto no território português como espanhol. Mesmo assim, é mais fácil o reconhecimento de oficinas de ourives a partir do séc. V / IV a.C., período em que se assiste a uma maior diversidade regional, assim como uma maior



distribuição geográfica de determinados tipos, o que vai auxiliar na identificação das oficinas (PEREA, 1991: 262).

Para o território português, e comecemos agora por uma ordem cronológica⁹⁶, existem diversas oficinas de ourives a funcionar durante a Idade do Ferro. É importante ter a noção que as oficinas de ourives poderiam produzir apenas um tipo de peças, como acontece em alguns casos com os brincos, assim como poderiam produzir vários tipos de peças, apresentando-se assim como variados os objectos que os artesãos poderiam realizar. Antes de encetar a identificação das distintas oficinas é necessário compreender que durante este período poderiam existir ainda algumas oficinas pluri-metálicas, embora estas sejam mais frequentes em períodos como o Calcolítico e a Idade do Bronze (NICOLINI, 1990: 210).

Tendo em atenção que durante a primeira Idade do Ferro ainda é um pouco complexo definir oficinas de ourives, como um local específico dentro de um povoado e mesmo em alguns casos para a segunda Idade do Ferro considera-se mais seguro para alguns casos utilizar-se o conceito de “unidade de produção” empregado por Celestino Pérez e Blanco Fernández quando estes afirmam que *“Este concepto de Unidad de Producción no implica un asentamiento fijo de un taller en un núcleo de hábitat concreto, sino que define las características de un trabajo particular del oro por un grupo de artesanos que tiene una afinidad en la manera de tratar ciertos temas, de crear otros que les son particulares o de emplear ciertas técnicas, lo que les caracteriza dentro del mundo de la joyería peninsular de la época, en la que se hallan forzosamente inmersos.”* (CELESTINO – PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 1998: 71). Desta forma, para algumas realidades observadas durante a Idade do Ferro utilizar-se-á este conceito como base para analisar certas produções de ourivesaria, e conseqüentemente algumas oficinas de ourives ou possíveis relações entre as mesmas, embora com este aspecto tenha sempre que se ter alguma atenção porque alguns dos factores utilizados para estabelecer estas relações entre diversas oficinas apresenta-se um pouco duvidosas.

Para os brincos de Paços de Ferreira, Baião, Gaio, um de Santana de Cambas e um de Évora, Estremoz com uma cronologia enquadrada entre o séc. VII / VI a.C., ainda não se pode definir em território português, oficinas de ourives para estes mesmos brincos. Desta forma, e havendo uma única excepção (Gaio), em que se pode atribuir uma possível produção local

⁹⁶Esta identificação das oficinas de ourives organiza-se em termos cronológicos, uma vez que se torna muito mais fácil de observar as diferenças das peças e portanto possíveis oficinas tendo em conta o período cronológico das mesmas.



para estes brincos⁹⁷, pensa-se que não é possível identificar as oficinas provenientes destes brincos, apresentando-se então o conceito de unidade de produção útil para a identificação de realidades semelhantes, sendo que para os brincos do Gaio e de Baião, os mesmos possam-se enquadrar na “Unidad de Producción de Estilo Suroccidental” (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 1998: 77). Para este período, Alicia Perea propõe a existência de uma possível oficina existente na Extremadura espanhola (PEREA, 1991: 203). Analisando o tesouro de Aliseda, Perea constatou uma continuidade de características com a oficina acima mencionada, sendo que os brincos procedentes do Gaio e mesmo os de Baião apresentam uma grande relação com o conjunto acima mencionado e consequentemente com a oficina da Extremadura (PEREA, 1991: 204).

Os brincos provenientes de Carreço, Estela e Laundos provêm todos da mesma oficina de ourives que muito provavelmente se encontraria localizada na região de Póvoa de Varzim, em Estela ou Laundos, sendo esta especializada em brincos (CORREIA, SILVA e PARREIRA, 2013: 99), existindo outra na região de Chaves mas esta trabalhava somente com torques e braceletes. Estas oficinas já tinham sido identificadas por José Fortes e posteriormente também abordadas por Armando Coelho.

Os brincos provenientes da Golegã (conf. ficha de inventário nº17), Monsanto da Beira (conf. ficha de inventário nº16) e um do Castro de Cabeço de Vaiamonte (conf. ficha de inventário nº22) poderão todos provir da mesma oficina, que se poderia localizar muito provavelmente no povoado de Castro de Cabeço de Vaiamonte, uma vez que apareceram no mesmo, vários brincos de ouro, nomeadamente o que se encontra aqui mencionado. No entanto, a maioria dos que foram identificados naquele castro são de uma outra tipologia, sendo que talvez o brinco que aqui se refere poderá ser entendido como resultante de trocas e não por razões de produção. Alicia Perea sugere que estas peças poderiam proceder de uma mesma oficina que se localizaria aproximadamente entre o Douro e o Tejo (área onde essencialmente se encontram dispersos os objectos) e que se pode relacionar com a Extremadura espanhola, nomeadamente pela presença de um brinco análogo em Madrigalejo (PEREA, 1991: 265). No presente trabalho crê-se que esta segunda hipótese se apresenta como a mais correcta, uma vez que um único brinco desta tipologia não parece ser suficiente

⁹⁷ Como já foi mencionado acima no presente trabalho, apresenta-se extremamente complexo para período orientalizante perceber-se se determinadas peças de ouro são importações ou produções locais. No que diz respeito ao Gaio, tem-se apontado para o mesmo uma produção local (GAMITO, 1988:85). Estes brincos são compostos por “trompetas”, um elemento iconográfico que é muito comum na ourivesaria fenícia do Ocidentes. No entanto, estas também têm sido interpretadas como uma adaptação indígena do elemento orientalizante, podendo-se desta forma propor-se uma possível produção local para os mesmos.



para se considerar a base de uma oficina. Apesar do que se acabou de referir, tal hipótese não pode ser de todo descartada. Estes elementos têm sido considerados como elementos bastante importantes na transição de técnicas e influências de ourivesaria para o Noroeste Peninsular (CORREIA, SILVA e PARREIRA, 2013: 83).

Uma possível oficina de ourives que tem sido mencionada pelos investigadores, nomeadamente por Virgílio Hipólito Correia, Armando Coelho e Rui Parreira, é a que se encontra identificada no povoado do Castro do Cabeço de Vaiamonte. Tem-se identificado este povoado como uma possível oficina de ourives porque apareceram no mesmo um grande número de brincos, embora como já foi mencionado acima tal pode não se apresentar como suficiente. Poderia apresentar-se apenas como uma local de trocas e de redistribuição de produtos. A existência de brincos da mesma tipologia dos do Castro de Cabeço de Vaiamonte foi também encontrada em Casal dos Cabeços (conf. ficha de inventário nº21) e em alguns de Évora, Estremoz (conf. ficha de inventário nº26). Ao analisar os brincos procedentes tanto de Castro do Cabeço de Vaiamonte como os de Casal dos Cabeços verificou-se um caso muito curioso: o número de esferas e das voltas em espiral presentes nos brincos é praticamente o mesmo nos dois conjuntos. Isto, de facto, vem corroborar a ideia de que estes brincos procedem todos da mesma oficina de ourives. Perea refere que estes brincos provêm de uma oficina na zona do Alto Alentejo ou Extremadura (PEREA, 1991: 265), ora tomando-se em atenção o que acima foi mencionado, ora o facto de o mesmo se encontrar localizado num grande outeiro, com grande amplitude visual e de controlo dos territórios envolventes. Acresce o facto de em redor existirem cursos de água que poderiam facilitar a circulação. Assim, o povoado do Castro do Cabeço de Vaiamonte apresenta-se como uma grande possibilidade para a localização de uma oficina de ourives ou como um grande centro redistribuidor deste tipo de objectos.

Ao analisar os brincos do sul de Portugal, em específico da zona do Algarve, procedem daqui dois brincos que têm uma cronologia enquadrada no séc. IV a.C., sendo que um provém de Monte Molião e outro de Lagos⁹⁸. Quanto aos restantes brincos (conf. fichas de inventário nº38 e 39) não conhecemos a sua proveniência, no entanto foi proposta para a região do Algarve ou do Baixo Guadalquivir (NICOLINI, 1990: 247). Este autor chega mesmo a defender uma possível oficina para os mesmos, tendo em conta as semelhanças morfológicas e iconográficas. Estas peças apresentarem uma iconografia muito específica

⁹⁸ Estes são os únicos brincos da região do Algarve que se sabe que os mesmos procedem da mesma, os seguidamente mencionamos sabe-se somente que poderão provir ou da zona algarvia ou do Baixo Guadalquivir.



relacionada com a temática do touro⁹⁹, símbolo da fecundidade, ou demonstrando mesmo uma evolução deste tema nos diversos brincos aqui presentes, sendo que as formas iniciais apresentavam “cabuchones” para inserção de pedras semi-preciosas (Monte Molião e a que se encontra inventariada com o número 39) ornamentadas também com espirais. As formas mais evolucionadas apresentam conjuntos de espirais sem qualquer tipo de adição de pedras semi-preciosas (Lagos e a que se encontra inventariada com o número 38) (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 75). Um outro brinco que também se poderá enquadrar neste grupo encontra-se no Castro do Cabeço de Vaiamonte, e portanto está um pouco deslocado da zona onde os restantes foram possivelmente produzidos. Este facto pode mais uma vez corroborar a ideia de para além do Castro do Cabeço de Vaiamonte se apresentar como uma possível oficina, o mesmo poderá apresentar-se também como um local de redistribuição.

Uma das características que estes brincos apresentam e que nos faz admitir a sua origem numa mesma oficina é o facto de os mesmos apresentarem ou um ou duplo torcido no aro, sendo somente interrompido nas zonas de extremidade, sendo que somente o exemplar de Lagos não detém qualquer torcido no seu aro. Um outro elemento que nos leva a sugerir uma oficina de ourives para a região do Algarve ou na zona do Guadalquivir é o facto dos melhores paralelos que se encontram para estes exemplares serem oriundos desta região, essencialmente em Utrera (Sevilla) e Ébora (Sevilla).

Quanto aos brincos mais pequenos, que também poderão ter sido utilizados como “piercings”, sendo que podemos atribuir esta funcionalidade aos brincos procedentes da Boiça (Turquel) (conf. ficha de inventário nº15), Boiça do Louro (Cadaval) (conf. ficha de inventário nº19) e Outeiro da Cabeça (Torres Vedras) (conf. ficha de inventário nº20). Relativamente aos brincos do Outeiro da Cabeça tem sido levantada a hipótese de que os mesmos procedessem de uma possível oficina de ourives identificada em Casal das Passadeiras, uma vez que junto ao local de aparecimento dos objectos apareceram bastantes carvões (HELENO, 1935: 255). No entanto não se crê que tal argumento seja suficiente para propor uma oficina de ourives para esse local. Numa análise realizada aos botões de ouro dos Castros dos Ratinhos, Fortios e Outeiro da Cabeça, António Monge Soares e Pedro Valério acabaram também por realizar análises arqueometalúrgicas a alguns dos brincos de Outeiro da Cabeça, dando estes resultados muito semelhantes aos dos botões, sendo que muito provavelmente estes advêm de uma mesma oficina ou local de produção localizado algures no Sudoeste Peninsular (SOARES *et alli*, 2010: 509).

⁹⁹ O touro é normalmente associado ao Deus orientalizante Baal.



No concernente aos outros brincos, estes identificados como “nazm” conhecidos no Galeado (conf. ficha de inventário nº28), Olival do Senhor dos Mártires (conf. ficha de inventário nº23) e o procedente do Alentejo (conf. ficha de inventário nº32), não se conhece nenhuma oficina para os mesmos, apresentando-se estes também bastante distintos na sua morfologia.

Existem ainda algumas peças que não conseguimos enquadrar em nenhuma das oficinas ou unidades de produção aqui definidas, sendo possível que as mesmas tenham sido produzidas localmente. Como os objectos são tão distintos em termos morfológicos e tipológicos não é possível enquadrá-los em nenhuma oficina localizada em Portugal, podendo ter sido produzidos também na região espanhola chegando ao território português através de mecanismos de interacção social. No entanto, é possível enquadrar algumas peças como por exemplo a de Paços de Ferreira na “Unidad de Producción de Estilo Suroccidental” (CELESTINO – PÉREZ e BLANCO FERNANDEZ, 1998: 77 e 78) pelas suas características, assim como os brincos procedentes de Briteiros. Apesar destes elementos se encontrarem dentro da área geográfica da “Unidad de Estilo Galaico – Astur”, estas peças enquadram-se na outra unidade acima mencionada, uma vez que a unidade de estilo galaico – asturiano recebe influências da “unidad de producción de estilo suroccidental”. Apesar destas, foi possível a identificação de 6 prováveis oficinas de ourives, ou então, unidades de produção no território português.

3. Artesãos e a sua organização

Ao abordarmos as questões relativas às oficinas de ourives, é fundamental compreender como a produção das peças se efectuava e que estatuto detinham as pessoas que trabalhavam o metal, nomeadamente o ouro. Desta forma, o próximo sub-capítulo pretende analisar estas problemáticas e tentar perceber em que realidades sociais e económicas se desenvolviam esta tarefa, observando isto nas diferentes cronologias aqui estudadas.



3.1. - Do Calcolítico à Idade do Ferro

Como já foi mencionado, nesta tese, durante o Calcolítico é difícil pensar na produção do ouro indissociável da do cobre, uma vez que para esta cronologia o trabalho do ouro e do cobre seria realizado pelo mesmo artesão. A produção destes metais era regida pelos mesmos esquemas económicos e sociais. No entanto, a matéria-prima não tinha que corresponder às mesmas redes comerciais e de procedência, sendo até mais provável que tal não acontecesse (PEREA, 1991: 47).

No que concerne ao trabalho de metalurgia, durante o Calcolítico, este seria realizado a tempo parcial e o artesão desempenharia outras actividades, dedicando-se somente à metalurgia quando existiria uma maior disponibilidade de matéria-prima, de combustível e mão-de-obra livre (PEREA, 1991: 51).

Uma outra questão que se coloca no estudo da ourivesaria arcaica e sua produção diz respeito ao local em que tal actividade era realizada. Para o Calcolítico e mesmo para a Idade do Bronze, o processo metalúrgico ocorre dentro dos povoados, nomeadamente dentro das estruturas de habitação, como foi possível observar na casa V do Zambujal (PEREA, 1991)¹⁰⁰. A produção durante este período seria mais doméstica, apenas para suprir as necessidades de determinado povoado, podendo haver, em alguns casos, produção para outros povoados com quem se trocariam produtos (REBOREDO CANOSA, 2000: 81).

Durante a Idade do Bronze apesar de se assistir a um grande aumento de produção de ourivesaria, em termos práticos não se assiste a alterações de fundo na organização artesanal e no papel que o artesão detinha na sociedade, pelo menos demonstrada arqueologicamente. Com um aumento da produção, assiste-se, como é óbvio, a uma maior necessidade de especialização por parte dos artesãos. No entanto, é somente nos grandes povoados que se pode pressupor a existência de artesãos a tempo inteiro, não existindo, contudo, dados arqueológicos que comprovem tal informação (PEREA, 1991: 128). A existência de ourives a trabalharem a tempo inteiro é uma realidade mais característica do Bronze Final.

Com este aumento da produção é lógico pensar-se que seria necessária uma maior organização de todo o processo metalúrgico, desde a obtenção da matéria-prima até à sua distribuição (PEREA, 1991: 85), o que englobaria um maior número de pessoas envolvidas em todo este processo.

¹⁰⁰ Local central e com boa acessibilidade, inserido dentro das redes comerciais e de intercâmbio. Estas características fazem com que este povoado se evidenciasse como um bom local para a produção metalúrgica.



Uma das realidades a que assistimos durante a Idade do Bronze encontra-se relacionada com a existência de distintos locais para o trabalho metalúrgico, uns utilizados especificamente para a extracção e redução do mineral e outros focados somente na transformação e elaboração da peça em si. Esta especialização nos locais de trabalho não teria ocorrido durante o Calcolítico, período em que estas actividades (redução, transformação e elaboração do objecto) eram realizadas no mesmo local. Como Perea menciona “[...] *especialización o jerarquización con la existencia de unos centros de extracción y reducción, y otros dedicados a las distintas etapas de transformación y recuperación [...]*” (PEREA, 1991: 128).

Durante a Idade do Bronze, essencialmente durante o seu período final, uma característica que se destaca desta época é o crescente número de depósitos de materiais e também alguma matéria-prima a acompanhar, os quais são denominados de “depósitos de fundidor”¹⁰¹. Estes fazem-nos pensar numa certa mobilidade por parte dos artesãos dentro de uma certa escala, normalmente de âmbito mais regional (PEREA, 1991: 128). Uma outra questão que se pode colocar é se já existiriam indivíduos especializados no intercâmbio dos metais. Tal hipótese não se apresenta de todo despropositada, uma vez que o intercâmbio intenso e redes de troca de matérias – primas, como acontecia desde os períodos finais do Calcolítico, eram uma realidade. Embora, fosse muito provável existirem estes mercados, crê-se que tal realidade terá sido mais visível durante a Idade do Ferro.

Existe uma grande alteração do Calcolítico para o Bronze Final e que se encontra relacionada com o papel do ouro, e no fundo de todos os metais. Enquanto no Calcolítico se demonstrava o poder através do acompanhamento de ouro nos enterramentos, durante a Idade do Bronze o poder é patenteado pela capacidade de determinado povoado atribuir e redistribuir as matérias-primas, assim como pelo facto de se tornar um centro produtor. É neste contexto, que artesãos (metalurgistas) começam a deter uma maior importância social e trabalham nesta actividade a tempo inteiro, obrigando a que outras pessoas trabalhassem para manter o artesão (PEREA, 1991: 129). Esta visão não é, porém, partilhada por todos os investigadores (veja-se VILAÇA, 2006, entre outros)

É durante a Idade do Ferro que se pode assistir a grandes alterações no mundo da produção de ouro e nomeadamente nas oficinas de ourives. Isto acontece porque os ourives indígenas entram em contacto com outros alóctones que lhes ensinam novas técnicas para

¹⁰¹ Como já foi mencionado no presente trabalho é importante realçar que os depósitos metálicos estão sujeitos a diversas interpretações, que não somente a de fundidor.



produzir objectos em ouro, transmitindo-se também toda uma nova temática decorativa e iconográfica. É, no entanto, necessário ter a ideia de que a assimilação de novas técnicas por parte dos ourives indígenas foi extremamente rápida, uma vez que estes já detinham um grande conhecimento dos processos de transformação metalúrgica.

É somente a partir da Idade do Ferro, muito mais observável durante a II Idade do Ferro, que se pode falar numa especialização dentro da metalurgia, existindo agora um indivíduo especializado somente na produção de ouro, sendo possível para este momento identificar algumas oficinas de ourives (PEREA, 1991: 201).

Como já tem sido apontado no presente trabalho a distinção entre produções indígenas das alóctones é extremamente difícil, uma vez que para um mesmo período cronológico encontramos tanto ourives locais como estrangeiros em contacto uns com os outros e a produzirem o mesmo tipo de peças. É importante ter a ideia de que a partir de certa altura os ourives locais começaram a impor a sua produção, realizando alguns objectos também para as elites estrangeiras. Como mencionaram Celestino Pérez e Blanco Fernández “*Si durante un cierto tiempo se ha dado por hecho que la realización de [...] conjuntos era obra de los colonizadores, fenicios o griegos según las afinidades estéticas de los autores, muy pronto se hizo necesario reconocer características particulares de muchas de las piezas que los integraban, por lo que comenzaron a esbozar hipótesis sobre artesanos locales que, en contacto directo con el colono oriental, debió asumir los elementos de base del oficio e imita, de manera inhábil, los objetos y temas de modelos mediterráneos.*” (CELESTINO – PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 1998: 62)

Um dos problemas que tem sido levantado por diversos investigadores no âmbito das oficinas, nomeadamente por Nicolini, diz respeito ao facto de dentro da mesma oficina existir já uma divisão de tarefas acentuadas, ou seja, haveria diferentes pessoas para desempenhar cada tarefa. Esta realidade não se apresenta de todo estranha uma vez que para a realização de certos trabalhos era necessário ter alguma especialização como no trabalho da gravura e da cinzelagem (NICOLINI, 1990: 207).

Na Idade do Ferro, o papel do artesão, tudo indica, ganha uma “individualidade” notável acompanhada de uma especialização somente no trabalho do ouro. Existe ainda um outro aspecto que é de extrema importância realçar, que é o facto de continuarem a existir ourives itinerantes apesar de já existirem oficinas fixas (NICOLINI, 1990: 210).

Estes apresentam-se como alguns dos elementos que se consideram mais importantes ao abordar a questão das oficinas e das realidades sociais e económicas a que os ourives



estariam sujeitos durante os distintos períodos. Sendo que só se pode falar em produção e especialização deste trabalho tendo em conta a habilidade e conhecimento do próprio ourives, e aqui apresentam-se como fundamentais as relações entre especialistas indígenas e orientalizantes, assim como a existência de matéria-prima em quantidades abundantes para que os ourives as pudessem trabalhar, envolvendo toda uma rede de trocas e intercâmbio tanto das matérias-primas como, posteriormente, dos produtos finais (PEREA, 1993: 24).



VI – Discussão

Como foi abordado logo nos objectivos do trabalho, o seu principal propósito foi de, através dos brincos de ouro da Pré e Proto-história do território português, chegar ao intuito da população que os produziram e utilizaram. É importante ainda tentar compreender de que forma é que estes objectos influíam nas comunidades, tanto relativamente a aspectos sociais como económicos e políticos.

Para tentar clarificar um pouco todos os aspectos relacionados com os brincos realizou-se, primeiramente, um estudo morfo-tipológico, realçando assim as características principais de cada um dos agrupamentos realizados. É importante ainda mencionar que, para os períodos iniciais, nomeadamente para o Calcolítico e para a Idade do Bronze, não existem dados suficientes que permitam fazer uma tipologia, apontando-se assim os aspectos fundamentais de cada um dos brincos identificados. Esta realidade altera-se completamente para a Idade do Ferro, altura em que a quantidade e diversidade de brincos aumenta, o que permitiu realizar um estudo tipológico mais aprofundado, tendo sido dada especial atenção à iconografia, elemento fundamental na análise tipológica dos brincos.

Com a realização desta análise, foi possível observar que existem alguns elementos iconográficos que se encontram presentes em mais do que um dos tipos identificados, nomeadamente nos Tipos A, C e E, em que a forma triangular, seja esta formada por granulado ou por polvilhado, encontra-se presente na ourivesaria peninsular. Desta forma, verificou-se uma grande dispersão do tema¹⁰², assim como uma ampla diacronia do mesmo.

Apesar dos motivos acima mencionados se apresentarem bastante diversos, existem outros temas que se encontram muito mais localizados, como é o caso do Tipo D, em que a presença e a evolução da iconografia referente ao touro afigura-se bastante localizada no sul de Portugal e Extremadura espanhola. Estes temas iconográficos, detêm também uma cronologia muito específica, que se situa por volta do séc. IV a.C. Existem outros motivos, como é o caso dos motivos solares, que demonstram uma certa evolução cronológica em que se verifica a sua presença em cronologias mais recuadas, como o séc. VII / VI a.C. (Paços de Ferreira), e depois outros elementos que, apesar de circulares, fazem lembrar os mesmos motivos solares, e que se podem apresentar como uma evolução (Monsanto da Beira e Golegã), detendo estes uma cronologia muito mais avançada, enquadrada no séc. IV / III a.C.

¹⁰² Ver anexo 10



É importante referir que o brinco de Paços de Ferreira, para além de apresentar os motivos solares já mencionados, detém também alguns elementos de inspiração centro-europeia, como os geométricos. Sendo assim, é possível verificar-se a presença de ambas as influências nalgumas peças de ourivesaria arcaica demonstrando um claro contacto entre estas duas realidades, não se podendo manter - por vezes - a ideia tradicionalista que existem contactos indo-europeus no norte peninsular e contactos mediterrânicos no sul. A realidade é que estes verificam-se mais nas áreas acima mencionadas, no entanto a presença destes contactos encontra-se muito bem atestada nos materiais, nomeadamente, na peça de Paços de Ferreira.

Um outro conjunto de brincos que demarca a presença de contactos orientalizantes no Norte Peninsular são os brincos procedentes do tesouro de Baião, que detém alguns elementos iconográficos que nos remetem para o Mediterrâneo, nomeadamente as palmetas. Sem embargo, esta conclusão apresenta-se pouco fundamentada, uma vez que os contextos de “tesouro” / “depósito” são sempre de difícil interpretação, como aliás já foi mencionado no presente trabalho, podendo ser atribuídos a vários aspectos, nomeadamente a um entesouramento ou a um depósito de fundidor ou de comerciante. Este último tem sido apontado como a interpretação mais lógica para o mesmo. Apesar de estes brincos não serem muito provavelmente produzidos no norte peninsular, as elites locais deteriam algum interesse em adquirir este tipo de objectos, demonstrando assim que os contactos seriam possíveis e muito prováveis.

O aparecimento do trabalho do ouro encontra-se relacionado com um maior aumento da hierarquização do poder, sendo que em períodos como o Calcolítico - nomeadamente durante o “fenómeno campaniforme” -, começa a existir cada vez mais uma maior hierarquização e um maior controlo de algumas matérias-primas, sendo que alguns povoados começam a deter cada vez maior poder. Existiam algumas pessoas que detinham também uma maior importância social, o que fez com que existisse uma produção de ourivesaria, incluindo os brincos deste período, para que acompanhassem os mortos nos enterramentos. Normalmente, tende-se a objectivar que uma maior hierarquização teve por base a “individualização” de um maior número de pessoas e de povoados, sendo que o ouro contribuiu para que isto se verificasse cada vez mais.

No entanto, não se pode colocar de lado o facto de que esta hierarquização também contribuiu para uma maior procura deste tipo de objectos, contribuindo, deste modo, para um maior aumento da produção aurífera, embora se apresentasse bastante residual durante este



período. Sendo assim, verifica-se uma relação proporcional entre a produção aurífera e uma maior hierarquização da sociedade.

Ao realizar o presente trabalho verificou-se que os exemplares de brincos pertencentes ao Calcolítico encontram-se dispersos essencialmente na fachada atlântica - na área da Estremadura -, sendo que se verifica o aparecimento de brincos do mesmo tipo no resto da fachada atlântica, nomeadamente na Irlanda e Ilhas Britânicas¹⁰³, onde encontramos alguns paralelos para os mesmos. Como já se referiu no presente trabalho, encontrou-se um brinco na Irlanda (Dacomet) que teria sido fabricado na Península Ibérica (TAYLOR, 1980: 22). Este facto vem comprovar os contactos que existiriam entre a Península Ibérica e o Norte europeu, mas é essencial questionar como estes seriam levados a cabo e por quem.

A dispersão destes objectos, para além de se encontrar relacionada com o “mundo” campaniforme - e desta forma andar associada aos objectos que o caracterizam poderia ser entendida pela existência de movimentos por toda a região Atlântica através de contactos directos pela movimentação de grupos como, aliás, ficou comprovado com o enterramento do Amesbury Archer¹⁰⁴, ou também através de dotes matrimoniais ou alianças realizadas entre os diversos grupos campaniformes (FITZPATRICK, 2009: 179).

Um outro aspecto que pode justificar esta movimentação populacional encontra-se no facto de, praticamente a Norte da Europa não existirem grandes jazidas minerais enquanto o sul peninsular, nomeadamente a Península Ibérica, é extremamente rico em minério (FITZPATRICK, 2009: 179). Para além destes contactos auxiliarem não só a transmissão de alguns objectos importantes, que demonstram estatuto, como é o caso dos brincos calcolíticos aqui a serem analisados, estes movimentos populacionais apadrinharam também o desenvolvimento e transmissão da metalurgia como uma actividade, como aliás Fitzpatrick menciona “... *his observation that alliances, and marriages, are flexible institutions that might seek innovation, provided an important insight into the introduction and acceptance of metalworking.*” (FITZPATRICK, 2009: 179).

Usualmente, tende-se a associar os brincos calcolíticos a contextos funerários, uma vez que os mesmos, na maioria das vezes, aparecem nestes contextos. No entanto, será que estes elementos eram somente realizados para acompanhar os mortos demonstrando que aquele indivíduo deteria algum prestígio? Geralmente, somente encontramos estes elementos

¹⁰³ Ver anexo 11

¹⁰⁴ O “Amesbury Archer” é um enterramento localizado em Inglaterra, onde se verificou que o mesmo trabalhava a metalurgia e teria sido um dos primeiros enterramentos em que se observou que o indivíduo se tinha deslocado entre grandes distâncias, com base em análises osteológicas.



em enterramentos como é o caso dos exemplares portugueses (Ermegeira e Cova da Moura), assim como do enterramento procedente do Amesbury Archer e do seu companheiro (FITZPATRICK, 2009: 176 e 177). O facto do enterramento deste homem deter alguns elementos que provam que o mesmo teria conhecimentos metalúrgicos, corrobora a ideia de que em período calcolítico alguns¹⁰⁵ dos indivíduos que praticavam a metalurgia deteriam algum estatuto. Como refere Fitzpatrick, “*Metal workers and skilled artisans are often regarded as having a high status.*” (FITZPATRICK, 2009: 181).

Como já se tinha mencionado no presente trabalho, os brincos calcolíticos seriam muito provavelmente utilizados como tal, sendo que alguns autores defendem que estes também poderiam ser utilizados no cabelo, daí a diferença terminológica e tipológica apresentada na tipologia referida no capítulo referente à mesma. Para os exemplares portugueses, crê-se que os mesmos seriam utilizados nas orelhas, embora não se possa assegurar tal utilização como certa, uma vez que não existem dados suficientes para corroborar esta ideia.

Durante a Idade do Bronze, assiste-se cada vez mais a um maior aumento da hierarquização social, que aliás já se começava a sentir nos finais do Calcolítico. Esta realidade fez com que as elites continuassem a tentar obter objectos de prestígio que legitimassem o seu estatuto e poder, permanecendo a procura de objectos de ourivesaria, embora agora o poder se demonstrasse também de uma outra forma, isto é, através do acesso e do controlo a certas matérias-primas. Tendo em conta tudo o que até ao momento foi mencionado, e se a procura de objectos de ourivesaria permaneceu e até aumentou, porque é que durante a Idade do Bronze, no território português, e mesmo na Península Ibérica, se assiste a uma ausência da produção de brincos? De facto, esta apresenta-se como uma das problemáticas mais complexas em torno da ourivesaria arcaica e que não se apresenta de fácil resolução, sendo que, a maioria dos autores que estudam este tema não desenvolve esta problemática.

Na realidade, para o território português, temos apenas a presença de quatro brincos, com uma cronologia enquadrada na Idade do Bronze. Sobre estes não existe a certeza de serem mesmo procedentes do nosso país, uma vez que foram comprados por Leite de

¹⁰⁵ Quando se refere “alguns”, tal utilização deve-se ao facto de neste enterramento em específico se observar que este indivíduo detinha algum estatuto, no entanto, a maioria dos dados que se têm para o caso português, e de âmbito geral, indicam que a metalurgia seria realizada dentro do âmbito doméstico e seria um trabalho realizado em part-time, conciliando-se com outras actividades de subsistência. Desta forma, para este período apesar de alguns indivíduos deterem algum estatuto, tal não seria geral, sendo que só em períodos posteriores como o Bronze Final e a Idade do Ferro é que o estatuto dos metalurgistas se intensifica.



Vasconcellos a um ourives. Desta forma, há uma questão fundamental a ser colocada: porque é que se produzem brincos durante o Calcolítico, deixam-se de produzir durante a Idade do Bronze e são produzidos em grande quantidade novamente na Idade do Ferro? Como já foi referido acima, esta não é uma problemática de fácil resolução. Sendo assim, o presente trabalho apenas irá propor algumas hipóteses que possam tentar responder a esta questão, mas que não poderão deixar de ser vistas como meras possibilidades, que podem ser validadas ou não.

Por conseguinte, uma das hipóteses que se poderia colocar é a ausência de matéria-prima durante este período, o que teria conduzido a uma ausência de produção de alguns objectos. No entanto, esta hipótese não pode ser a mais correcta, uma vez que é durante a Idade do Bronze que se assiste a um aumento generalizado da produção aurífera, utilizando-se grandes quantidades de matérias-primas para a realização de alguns objectos como torques e braceletes. Uma das principais características da produção aurífera da Idade do Bronze é o grande peso das peças e, portanto, a grande quantidade de matéria-prima utilizada (ARMBRUSTER e PARREIRA, 1993: 27). Desta forma, a ausência da matéria-prima não se apresenta como uma hipótese que explique a inexistência da produção de brincos durante a Idade do Bronze.

Uma outra hipótese que se poderá colocar, para tentar explicar esta realidade reside no facto de a sociedade da Idade do Bronze ser possivelmente uma sociedade de carácter mais “patriarcal”, em que o domínio do Homem se encontra muito mais presente. Os brincos são na generalidade associados ao sexo feminino, desta forma, a sua ausência na produção poderia ser assim explicada, uma vez que as mulheres não detinham tanto poder, nem estatuto. Sem embargo, esta hipótese não se apresenta como a mais correcta para aclarar a ausência de brincos durante este período, uma vez que primeiro, esta sociedade patriarcal é tida como uma mera hipótese, sendo que já se encontra provado que as mulheres também detinham algum poder e estatuto durante este período. Um outro aspecto que não corrobora esta hipótese é que, como veremos mais à frente no presente trabalho, a associação brincos e elementos do sexo feminino não se apresenta assim tão estática, verificando-se que alguns elementos do sexo masculino também poderiam utilizar este tipo de jóias, assim como peças que são adscritas a elementos do sexo masculino também podem aparecer associadas a indivíduos do sexo feminino.

A falha na investigação também se poderá apresentar como uma possibilidade para tentar explicar este fenómeno, isto é, será que de alguma forma o não aparecimento destes



objectos para o período aqui em estudo se encontra relacionado com o facto de existir alguma falha na investigação, uma vez que temos no Museu Nacional de Arqueologia quatro exemplares destes objectos? Crê-se que esta hipótese não é muito aceitável, uma vez que não se tem sequer a certeza se os brincos do Museu Nacional de Arqueologia são procedentes do território português. Um outro aspecto que pode não confirmar esta hipótese, é o facto de também não aparecerem este tipo de brincos em território espanhol, pelo menos que eu tenha conhecimento. Desta forma, será que existiria também uma falha de investigação no território espanhol? Tal não nos parece possível, sendo que esta ausência de brincos durante a Idade do Bronze não pode ser explicada por uma falha na investigação.

Uma outra hipótese, que poderá explicar a ausência da produção de brincos durante a Idade do Bronze, relaciona-se com problemáticas de carácter social e cultural das próprias comunidades peninsulares, ou seja, por alguma razão de ordem cultural ou social as comunidades da Idade do Bronze não utilizavam nem produziam este tipo de objectos. Estas razões permanecem, todavia, desconhecidas, havendo uma grande necessidade de que esta linha de investigação prossiga, para se tentar compreender o abandono da utilização destes objectos, tanto no território português assim como no espanhol, uma vez que os mesmos aparecem em outras áreas europeias.

Como tem sido mencionado no decorrer do presente trabalho, durante a Idade do Ferro assiste-se a alterações profundas, nomeadamente na ourivesaria e no seu trabalho. Isto relaciona-se com a entrada no nosso território de comunidades forâneas que trazem consigo uma nova realidade - tanto cultural, como social e económica -, que pode ser de origem mediterrânica (fenícios, gregos), como de origem europeia e atlântica, sendo necessário deixar claro que este intercâmbio começou durante as últimas etapas da Idade do Bronze. Apesar da importância das comunidades forâneas no desenvolvimento e introdução de todas estas realidades, não se pode esquecer o importante papel que a população indígena detinha na maior ou menor aceitação destas novidades. Desta forma, apresenta-se como fundamental compreender melhor como se processaram as relações entre populações autóctones e alóctones, sendo que é através desta percepção que também se pode compreender melhor toda a introdução de materiais, neste caso em específico, de ourivesaria e de novas técnicas e motivos decorativos.

De facto, a relação entre as comunidades indígenas e as populações alóctones apresentou-se desde sempre como uma problemática muito interessante e intensamente discutida no âmbito do estudo da Idade do Ferro Peninsular. Existem autores que defendem



contactos indirectos para as primeiras relações estabelecidas entre estas populações, nomeadamente através de Tartessos, e outros que sustentam mesmo para período proto-orientalizante / pré-colonial a existência de contactos directos. Crê-se, no presente trabalho, que as relações entre estas comunidades, mesmo durante o período proto-orientalizante, seriam realizadas através de contactos directos, embora não se possa abdicar da ideia de que estes se poderiam ter também efectuado através de contactos indirectos, colocando-se mesmo a hipótese da existência destes dois tipos de contactos serem utilizados em períodos sincrónicos. Como Carla Martins menciona, “*As influências orientais patentes na cultura material da Península Ibérica poderão ter sido trazidas directamente pelos fenícios – contacto directo ou indirecto através da cultura tartéssica presente no Sul da Península*” (MARTINS, 2008: 16).

É importante mencionar que os contactos e a ideia de que se tem da existência de um período pré-colonial são algo relativamente recentes e que, como José María Blázquez refere, seguindo-se pela teoria de Jaime Alvar, durante período pré-colonial seriam caracterizados por um intercâmbio de materiais e objectos sem qualquer ocupação territorial e sem submeter a população. Ao analisar-se a realidade orientalizante não se garante que tenha existido qualquer submissão da população autóctone durante o período orientalizante, sendo estas relações estabelecidas mais no âmbito do benefício mútuo, - tanto para populações autóctones como alóctones – existindo assimilação por parte das populações existentes na Península Ibérica durante este período. Mesmo durante o período dito “colonial”, a população fenícia mantinha uma relação de intercâmbio com a população autóctone (BLÁZQUEZ, 2002: 38), verificando-se esta relação de permuta. Um dos locais onde se pode observar este intercâmbio é, por exemplo, na região do Sado, com Abul e também a presença de comunidades indígenas que se encontravam na região “... *dotadas de organização económico-social complexa e que, assim, iriam comportar-se como elementos francamente activos no intenso processo de relações comerciais então desencadeado.*” (MAYET e SILVA, 1996: 52). Deste modo, crê-se que se deve visualizar a “colonização” fenícia como um processo de aculturação e de interacção (BLÁZQUEZ, 2002: 55).

Vários aspectos têm sido apontados para a presença fenícia, no entanto um dos que se destacou sempre mais historiografia foi a necessidade de metais que as comunidades orientais detinham. A Península Ibérica foi sempre um local de grandes “fontes” metalíferas, atraindo estas comunidades, afigurando-se este como um aspecto que acabou por pesar na decisão da existência de maiores contactos com a Península. No entanto, como Ana Margarida Arruda



menciona “*Acredita-se hoje que não houve um factor causal único no processo expansionista fenício, mas que foi um conjunto de elementos vários que o desencadearam.*” (ARRUDA, 1996: 38). Apesar de não ser a presença de quantidades de metais (como factor único) que provocou a presença fenícia na Península, este apresentou-se como mais um factor que levou a que esta realidade acontecesse.

Este entendimento, das relações entre comunidades indígenas e alóctones, afigura-se como fundamental para compreender o papel que a ourivesaria deteve em todo este processo. Desta forma, as primeiras peças de ourivesaria presentes no território português teriam sido utilizadas como presentes para as comunidades indígenas, realidade que poderá ter acontecido com o peitoral proveniente de Castro Marim com uma origem, muito provavelmente, cipriota (CORREIA, 2006: 322).

As próprias peças de ourivesaria, para além daquelas que se comprovam serem mesmo extrapeninsulares, demonstram este contacto entre populações autóctones e alóctones, verificando-se este facto em alguns brincos analisados, como por exemplo os do Gaio e os resultantes do tesouro de Baião. Estes objectos, apesar de deterem alguns elementos que são de carácter oriental, têm outros que nos remetem também para um cunho indigenista bastante demarcado. Desta forma, podemos observar que tanto em termos iconográficos, como técnicos (caso do tesouro do Álamo e das braceletes de Torre Vã, em que apresentam alguns elementos técnicos que remetem para as realidades orientais, como alega Rui Parreira: “*As jóias desta época mostram contudo, que embora as novidades técnicas e estéticas tivessem sido assimiladas, se manteve um certo tradicionalismo entre os ourives peninsulares*” [PARREIRA, 1980: 6]), as relações entre estas duas comunidades ficaram muito bem demarcadas na cultura material, nomeadamente na ourivesaria deste período. Aliás, como Ana Arruda refere “*Para além dos objectos que devem atribuir-se directamente ao comércio fenício, foram também encontrados no território actualmente português várias peças que se relacionam com o mundo tartéssico orientalizante, ou seja: objectos fabricados em oficinas indígenas que seguem modelos tipicamente orientais. A sua presença em Portugal não pode relacionar-se directamente com o comércio fenício, mas deve conectar-se com os contactos do nosso território com a região tartéssica.*” (ARRUDA, 1996: 42).

A evolução da presença fenícia no território peninsular encontra-se também muito bem demarcado nas estelas decoradas, tanto as correspondentes ao Bronze Final assim como às da Idade do Ferro. Desta forma, estas apresentam-se como um bom ponto de partida para o estudo desta realidade e também das relações entre as populações autóctones e alóctones. As



estelas aparecem nas sociedades do II milénio a.C., para demarcarem o poder, sendo estas normalmente entendidas como indicadores de necrópoles ou demarcações territoriais (CORREIA, PARREIRA e SILVA, 2013: 44). Apesar de não se apresentar como um dos objectivos deste trabalho, observa-se que a melhor compreensão das mesmas, auxilia ao entendimento das relações sociais destes períodos e também ao porquê da existência de jóias. Sem querer aprofundar muito esta temática, estas teriam como objectivo demonstrar a agência que as elites detinham durante o Bronze Final e a Idade do Ferro, tentando materializar através das estelas um maior controlo e poder que seria conseguido por uma maior divulgação de uma determinada ideologia. Sendo que, para aumentar o poder das elites, esta ideologia teria que chegar a um maior número de pessoas, explicando-se assim também a dispersão que encontramos de alguns tipos de estelas (DÍAZ GUARDAMINO, 2011: 70 e 71). Como Díaz Guardamino refere, são as relações sociais e de parentesco que detêm uma grande importância na hierarquização da sociedade, sendo que o papel que os objectos de prestígio vão assegurar na realização destas relações, ou através de matrimónios ou alianças políticas, apresenta-se como fundamental (DÍAZ GUARDAMINO, 2011: 71). Desta forma, a representação destes objectos de prestígio nas estelas não se apresenta de todo estranha, uma vez que reflecte o estabelecimento destas relações e a sua demonstração.

O estudo das estelas apresenta-se importante na investigação da ourivesaria arcaica, nomeadamente dos brincos, uma vez que nas mesmas apresentam-se representados alguns elementos de adorno, nomeadamente colares, diademas, brincos, entre outros (DÍAZ-GUARDAMINO, 2011: 66). Como Celestino-Pérez e Blanco Fernandez mencionam, “*Las estelas del suroeste coinciden en el tiempo con el apogeo de los conjuntos de oro, tanto con los del Bronce Final como los más antiguos del Periodo Orientalizante, y son el máximo exponente de un sistema de jafaturas que debió caracterizar a las sociedades de la periferia de Tartesos hasta, al menos, el siglo VI a.n.e.*” (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNANDEZ, 2006: 31). Sendo assim, pode-se verificar que para além da extrema importância que detêm as estelas no estudo das comunidades do Bronze Final e a Idade do Ferro, estas também se apresentam como um elemento fundamental para compreender e estudar a ourivesaria deste período. Como Celestino-Pérez e Blanco Fernández mencionam, muitas das localizações destas peças poderiam se encontrar relacionadas com zonas de recursos metalíferos importantes (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 31), - sendo que, “*... las estelas y estatuas-menhir atribuídas a la Edad del Bronce se sitúan frecuentemente en regiones en las que hay abundancia de recursos minerales accesibles.*”



(DÍAZ GUARDAMINO, 2011: 73) - ou então em zonas de passagem, ou de contacto entre diversas regiões da pré-história (DÍAZ GUARDAMINO, 2011: 66).

Apesar de algumas estelas terem representações de jóias, nomeadamente braceletes, torques e diademas, os brincos não se apresentam como um elemento que esteja muitíssimo representado nas mesmas. A estela de guerreiro, associada ao homem por excelência, não seria de todo estranho se não se encontrasse este tipo de adorno (brincos). No entanto, aparecem em algumas estelas a representação de brincos, como é o caso de um exemplar em “El Viso”, em que este elemento aparece representado num indivíduo que seria provavelmente um guerreiro, indicado pela presença de algumas armas e também de um capacete de cornos (CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 31).

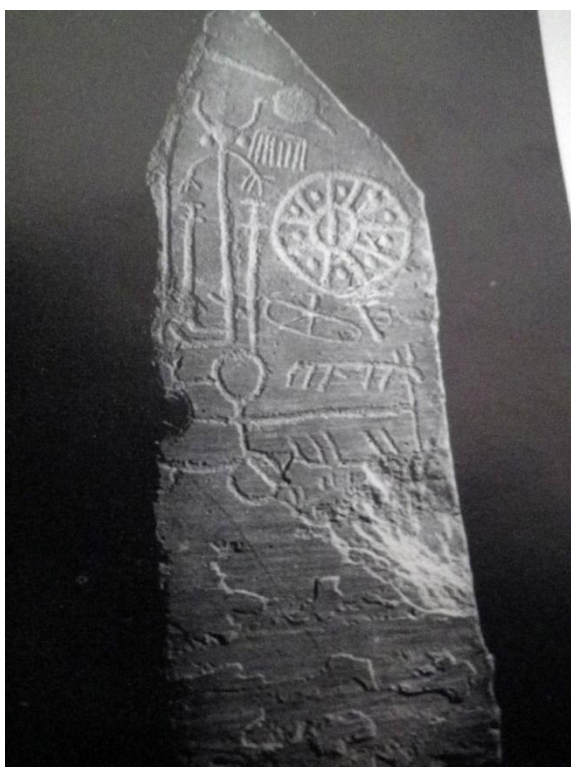


Imagem relativa à estela de El Viso. Imagem retirada de: ALMAGRO – GORBEA, 1977

Mas será que podemos atribuir o facto da existência de armas em determinadas estelas a elementos do sexo masculino e a presença de brincos e adornos a mulheres? Ora, como se pode observar não se crê que tal se apresente assim tão estático, uma vez que já se verificou a existência de jóias e de brincos em estelas de guerreiro. Esta problemática encaminha a discussão imediatamente para a Arqueologia de Género, colocando-se uma pergunta importante: Será que os brincos seriam somente utilizados por elementos do sexo feminino, ou seriam também usados por homens? Quando se abordam problemáticas de Arqueologia de Género, e associamo-la ao estudo de

ourivesaria, temos que colocar outras questões, nomeadamente qual seria o papel das relações de género na produção de metais, nomeadamente na produção de peças de ouro? Qual o papel que detinham as relações de género na elaboração e dispersão deste tipo de objectos, relacionando obviamente com o papel que a ourivesaria deteria para estas comunidades.

Antes de se tentar responder a algumas das questões aqui levantadas, é fundamental explicitar o que se entende por Arqueologia de Género e como nesta investigação a mesma é abordada. Ora, seguindo a opinião de Margarita Díaz-Andreu e outras investigadoras



espanholas que se têm debruçado sobre este assunto, entende-se aqui que a Arqueologia de Género, desde logo distinta da arqueologia feminista¹⁰⁶, afigura-se como algo multidimensional e extremamente diverso (DÍAZ-ANDREU, 2005: 14). A Arqueologia de Género deve ser compreendida e estudada desta forma, uma vez que o género não é algo com que se nasce, mas sim que vai sendo determinado em termos históricos como culturalmente (DÍAZ-ANDREU, 2005: 14). Aliás como Simone de Beauvoir menciona no livro *Le Deuxième Sexe*, publicado em 1949, “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Isto não só se aplica ao género feminino, mas também ao masculino.

Desta forma, e encarando a Arqueologia de Género - para além de uma necessidade no estudo da arqueologia portuguesa na qual esta temática se encontra bastante deficiente - como uma ferramenta bastante útil para o estudo da ourivesaria arcaica e para compreender a importância que as diferentes relações de género detiveram na ourivesaria.

A análise das actividades desenvolvidas pelos diferentes géneros, em diversas sociedades, apresenta-se como um aspecto importante na análise de Arqueologia de Género. Por conseguinte, a cultura material apresentou-se desde sempre como uma das realidades para chegar até estes dados, uma vez que é através desta que se constroem e mantêm relações de géneros, assim como se opõem e transformam (DÍAZ-ANDREU, 2005: 30).

Quando se estuda metalurgia tem que se analisar todos os aspectos que se encontram relacionadas com a mesma, ou seja, desde a extracção mineira, até à deposição e abandono dos objectos, tentando entender os mecanismos de dispersão dos mesmos. No entanto, será que ambos os géneros estariam envolvidos em todos estes processos, e em que realidade é que determinados elementos do sexo masculino ou feminino é que interviriam mais?

Normalmente, quando se aborda a questão da produção metalúrgica considera-se logo que eram os homens que realizavam este trabalho, todavia será que as mulheres não participavam também nestas tarefas? Crê-se que sim, uma vez que tendo como base diversos estudos etnográficos realizados até ao momento, alguns autores defendem que as mulheres poderiam realizar algumas tarefas na produção metalúrgica, nomeadamente a recolha de ouro de aluvião, aliás como Sanchez Palencia e Luis Carlos Perez mencionam, “... *las mujeres de los ártabros, bateaban la plata, el estaño y el oro blanco de los rios.*” (SANCHEZ PALENCIA e PEREZ, 1989: 21). Esta realidade, para além de ser possível observar em

¹⁰⁶ A arqueologia feminista tem por objectivo “encontrar” as mulheres no passado, ou seja, tentar compreender as suas funções e papéis nas sociedades passadas, focando-se somente no género feminino, enquanto a Arqueologia de género, tendo por base uma perspectiva post-processual, tem por objectivo estudar as relações de género nas sociedades passadas (DÍAZ – ANDREU, 2005: 17).



diversos estudos etnográficos, foi também descrita pelos autores antigas (SANCHEZ PALENCIA e PEREZ, 1989: 21).

Para além do seu trabalho na recolha de ouro de aluvião, as mulheres poderiam também ajudar noutras tarefas, nomeadamente na transformação das matérias-primas para o objecto em si mesmo.

É importante ter a ideia de que, com base em alguns estudos etnográficos, muitas vezes apesar de serem os homens a realizar a produção metalúrgica, estes não se podem submeter a relações com elementos do sexo feminino, existindo um tabu de que as mulheres em idade fértil prejudicariam a produção. No entanto, as crianças e as mulheres mais velhas poderiam perfeitamente participar neste tipo de tarefas (CHILDS e KILLICK, 1993). Desta forma, observamos como as relações de género se apresentam como fundamentais para o estabelecimento e produção metalúrgica, existindo alguns tabus que têm que ser respeitados para que a produção ocorra da melhor forma possível, realidade que aliás também acontecia com a produção cerâmica por exemplo.

Desta forma, fica assim comprovada a importância das relações de género na produção metalúrgica sendo que as mulheres, em alguns casos, participariam nas actividades relacionadas com a metalurgia. Um outro aspecto que importa debater neste trabalho é o simbolismo que as peças de ourivesaria deteriam nas sociedades aqui em estudo, principalmente os brincos. Como já foi abordado no presente trabalho, não se pode associar brincos a elementos somente do sexo feminino, sendo que os homens poderiam também utilizar este tipo de objectos. Por conseguinte, a ideia de que particularmente durante a Idade do Ferro, a mulher poderia ter uma maior importância na sociedade ficaria um pouco descartada, no entanto, não se pode fazer esta generalização com base apenas nesta ideia, existindo até talvez um maior poder por parte das mulheres durante este período.

Um outro aspecto em que as relações de género se apresentam como fundamentais é na compreensão de como determinados objectos de ouro se dispersariam, isto é, em que medida é que a relação entre homens e mulheres contribuiria para uma maior dispersão dos materiais? Ora, é através de importantes mecanismos de interacção social, como por exemplo a exogamia¹⁰⁷, em que as mulheres levariam importantes materiais, nomeadamente objectos de ouro, para o seio de outras comunidades, - neste caso a dos seus maridos -, que se poderá explicar a dispersão de objectos e como as relações de género são importantes para

¹⁰⁷ Exogamia define uma interacção social entre duas comunidades, realizada através do casamento entre os elementos das mesmas.



compreender estas realidades. Uma outra realidade social que se apresenta importante para compreender a dispersão de alguns objectos prende-se com o facto de alguma da ourivesaria, presente na Península Ibérica, ser uma oferta das comunidades forâneas para as comunidades locais, para desta forma conseguirem a sua amizade e alguns benefícios. Como Almagro Gorbea menciona “... *puede verse en estos conjuntos auténticos regalos políticos, que sin duda serían uno de los elementos esenciales en las relaciones externas de la sociedad orientalizante y, en consecuencia, se recurriría a ellos para granjearse amistades y obtener beneficios comerciales, tan importantes entre colonizadores e indígenas que supone todo proceso colonial.*” (ALMAGRO GORBEA, 1989: 78 e 79). Sendo assim, a ourivesaria não serviria só para demonstrar poder e estatuto por parte da elite de determinada sociedade, mas também favoreceria os contactos realizados entre distintos grupos, não só através da realização de alianças, como também através do matrimónio entre indivíduos de grupos distintos. É extremamente importante entender que são estas relações de género que estruturam as sociedades.

Um outro campo de pesquisa de inequívoco interesses é o estudo da análise química de peças de ourivesaria, incluindo os brincos. Este estudo afigurou-se como fundamental para uma melhor compreensão daquelas, uma vez que permitiu realizar não só um estudo sobre os tipos de ouro, mas também as suas relações. As análises realizadas por Hartmann afiguram-se como fundamentais e como um elemento de análise importantíssimo, para qualquer investigador que aborde o tema da ourivesaria durante a Pré e Proto-história. Desta forma, o que se tentou fazer no presente trabalho foi incluir os brincos nos seus diversos tipos e deslindar que brincos são de origem filoniana ou de aluvião, sendo que esta identificação ajuda na interpretação dos mesmos, sendo importante, por exemplo, para tentar estabelecer se algumas peças se apresentam como importações ou não.

Como já diversos autores realizaram referências aos tipos de ouro definidos por Hartmann, como por exemplo Alicia Perea (PEREA, 1991: 31), creio que não se apresenta necessário estar mais uma vez a abordar tal temática, referindo-nos aqui somente aos tipos de ouro que existem nas peças portuguesas.

Para o Calcolítico, o ouro seria maioritariamente de origem de aluvião, isto é, seria extraído dos leitos dos rios, sendo que esperar-se-ia que desta forma, as peças de ourivesaria possuem uma grande percentagem de prata e de estanho para além de outros minérios também associados. Os brincos do Calcolítico que se encontram no território português são todos de origem de aluvião pertencendo, portanto, ao grupo S de Hartmann (PEREA, 1991: 32). Isto



demonstra que a exploração de ouro durante o período cronológico, aqui em análise, seria de aluvião apesar de existir a presença de outras peças que se inserem em outros grupos de ouro, nomeadamente o B, em que este, segundo Hartmann, teria uma origem de mina.

Esta realidade acima descrita é alterada a partir da Idade do Bronze, nomeadamente a partir do Bronze Final em que, para além de perdurarem nesta cronologia e também na Idade do Ferro os grupos B e S, sendo que este último tende a diminuir a sua percentagem, surge também o grupo M/N, uma vez que se apresentam como ouros constituídos por ligas. Como para a Idade do Bronze não dispomos de análises realizadas sobre estas peças, não podemos fazer qualquer observação sobre o seu tipo de ouro, o que não ajuda a perceber se as peças poderiam ser feitas de ouro de aluvião ou de mina, complicando assim a compreensão se os mesmos poderiam ou não ter sido importados para a Península Ibérica.

Como já foi mencionado acima, durante a Idade do Ferro assiste-se a uma alteração importante, começando a surgir ouros refinados, ou seja, ouros muito puros. Estes eram purificados intencionalmente (PEREA, 1991: 165), aparecendo também a presença de ligas de ouro, sendo estes igualmente intencionais.

De facto pode-se confirmar através das análises realizadas por Hartmann, que durante a Idade do Ferro se assiste a uma grande variedade nos tipos de ouro, uma vez que se começou já durante o Bronze Final a produzir-se objectos com ligas de ouro, podendo tal verificar-se por exemplo nos brincos pertencentes ao Noroeste Peninsular em que estes “...presenta[n] trazas de platino, alto contenido en cobre, y en torno al 20% de plata; según la interpretación de Hartmann es un oro de baja calidad, muy aleado para aumentar su rendimiento y parece haberse empleado mayoritariamente en la ... del N.O. peninsular.” (PEREA, 1991: 238). No entanto, este tipo de ouro (TC) verifica-se também no sul de Portugal, nomeadamente em peças como Estremoz e Santana de Cambas¹⁰⁸. Pode-se colocar uma questão quanto à utilização destes ouros com grandes percentagens de cobre e de prata, que teriam sido “aleados” intencionalmente, e que passa pelo facto de se pensar numa poupança de matéria-prima? Bem, talvez esta se apresente como uma razão para a utilização deste tipo de ouro, no entanto é uma mera hipótese.

Como foi referido acima, um dos aspectos em que a análise dos tipos de ouro de cada objecto pode ajudar a clarificar se determinadas peças são de importação ou de produção local? O tesouro do Gaio apresenta-se como um conjunto que, desde sempre suscitou muitas dúvidas quanto à sua produção. Inicialmente, suponha-se que este conjunto seria uma

¹⁰⁸ Ver anexo 13



importação, no entanto, com o avançar da investigação, começou a pressupor-se uma produção local para os mesmos, aliás verificado pela presença das trompetas nos brincos procedentes destes conjuntos. Ora, ao ver as análises realizadas por Hartmann, de facto, verifica-se que a origem do ouro poderia ser de mina, uma vez que pertence ao grupo Residual B (PEREA, 1991: 166), supondo-se assim uma importação. No entanto, e tendo em conta o que acima foi mencionado tem que se equacionar uma outra hipótese, que passa desde logo não pela importação do objecto em si, mas pela chegada à Península da matéria-prima que permitiu depois ao ourives executar estas peças, algo que se pode verificar desde períodos como o Calcolítico em que se observa a presença de ouro proveniente da Península Ibérica em objectos da Irlanda.

Durante a Idade do Ferro, o ouro proveniente de aluvião continua a ser extremamente utilizado, no entanto com a utilização de ligas intencionais, nomeadamente através da presença de ouros de tipo L e M/N ou N/NC (PEREA, 1991) em alguns brincos procedentes do território nacional. No que concerne a esta problemática falta ainda aludir ao facto de os brincos provenientes de Castro de Cabeça de Vaíamonte serem de tipos de ouro distintos, isto é, de tipo L/Q e N/NC (PEREA, 1991: 238), o que poderia abonar a favor do que acima foi mencionado de este sítio ter sido um local de intercâmbio, ou então estes seriam feitos na mesma oficina, mas as ligas utilizadas para a realização dos objectos teriam sido distintas.

Um dos principais problemas que surgiu logo no início da presente investigação e que se foi mantendo com o desenrolar da mesma é o facto de, para as peças de ourivesaria, desconhecer-se os seus contextos de proveniência. Embora, a maior parte dos objectos se encontrarem descontextualizados, existem outros, em que não se sabendo o contexto exacto dos mesmos (em termos estratigráficos), pode-se presumir que as peças provêm de enterramentos, neste caso que tipo de estruturas funerárias, ou de habitats, dentro de vasos e depósitos. Desta forma, com a análise dos contextos dos brincos pretende-se aqui compreender se existe ou não uma permanência dos contextos, e quais os motivos que poderão explicar estas permanências ou alterações.

Se se observar os contextos para as peças do Calcolítico que foram aqui trabalhadas, é possível verificar que existe uma grande relação entre estes brincos e locais de enterramento, tanto em caso de grutas artificiais como naturais, o que pressupõe desde logo realidades distintas. Este facto, não se apresenta apenas como algo que acontece com os brincos, mas a maior parte dos objectos de ouro encontrados durante este período provêm de contextos de enterramento. Apesar da realidade atrás mencionada se apresentar como a mais comum para o



Calcolítico, também se pode encontrar para o período aqui em questão algumas peças de ourivesaria em alguns habitats, como aliás aconteceu no povoado do Zambujal, com o aparecimento de contas bicónicas, e na Quinta da Penha Verde (Sintra) (SILVA, PARREIRA e CORREIA, 2013: 23).

As contas bicónicas, contas tubulares e placas / lâminas de revestimento e tiras helicoidais afiguram-se neste período como objectos de ouro que podem aparecer em associação com os brincos aqui a serem analisados. Desta forma, em associação com o brinco proveniente da Cova da Moura apareceu também uma destas lâminas de revestimento. As contas tubulares também são passíveis de serem encontradas durante este período, aparecendo por exemplo na Gruta da Ermegeira. Quanto ao brinco de Estremoz, não se conhece nada do seu contexto, sabendo-se apenas que este foi adquirido pelo Museu Nacional de Arqueologia juntamente com três fragmentos de diadema, colocando-se a questão se estes proveriam do mesmo contexto. Não seria algo estranho de acontecer, uma vez que os diademas também se apresentam como objectos característicos do Calcolítico, não sendo descabido este proceder do mesmo contexto que o brinco. Infelizmente, a falta de dados não permite assegurar este aspecto com segurança.

Quanto à associação dos brincos calcolíticos com objectos de ourivesaria, creio que não existem - pelo menos para o caso português e com os dados que existem -, associações específicas que se possam fazer, podendo aparecer vários objectos característicos do período aqui em questão com os brincos aqui identificados.

Para a Idade do Bronze, como já tinha sido mencionado, em termos contextuais generalizam-se os depósitos, sendo que estes podem deter diversas funcionalidades. Em relação aos brincos, para o período cronológico aqui em análise, também já foi possível observar que esta não se apresenta como uma questão simples, uma vez que não se pode assegurar com certezas que os brincos que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia são portugueses. No entanto, também não se conseguiria atribuir um contexto particular aos mesmos, uma vez que foram adquiridos através de um ourives. Sem embargo, e analisando alguns paralelos, nomeadamente em França (Carcassonne, Armorique e Lanrivoaré) (ELUÉRE, 1982: 150 e 151) estes encontram-se em contextos de depósitos, o que vai de encontro à generalização deste tipo de contexto no período correspondente à Idade do Bronze, e que poderá indicar que os brincos do Museu Nacional de Arqueologia poderiam pertencer a este tipo de contexto.



É durante a Idade do Ferro que se assiste a uma grande diversidade de contextos onde aparecem objectos de ouro, e mais especificamente, brincos. Desta forma, para esta cronologia encontram-se na mesma os depósitos característicos do Bronze. Com a presença orientalizante assiste-se a uma manifestação de brincos em enterramentos, sendo importante mencionar que também existe uma grande variedade destes contextos de enterramento, variando entre necrópoles de cistas e de incineração. É também durante este período que os depósitos - nomeadamente dentro da 2ª Idade do Ferro e já com a presença romana no território -, ganham um outro significado muito mais relacionado com o “entesouramento” e protecção dos seus bens.

Como se pode observar existe uma grande diversidade de contextos na Idade do Ferro, onde podem aparecer brincos, no entanto é importante perceber se existe uma permanência ou alteração de contextos relacionados com a ourivesaria na longa diacronia? De facto não parece haver qualquer permanência de contextos, mas sim uma constante alteração dos mesmos. Enquanto durante o Calcolítico a maioria das peças se encontra em contextos funerários, durante a Idade do Bronze esta realidade altera-se e são os contextos de depósito que prevalecem. Com a Idade do Ferro existe uma grande variedade de contextos, aparecendo desde logo peças em contextos de enterramento e em depósitos. É também durante a Idade do Ferro que aparecem jóias dentro de vasos, nomeadamente o caso dos brincos procedentes da Citânia de Briteiros e os de Laundos.

Durante a primeira Idade do Ferro, com a presença orientalizante, o mais comum são os contextos de enterramento. Estes apresentam-se bastante diversificados, sendo que se verifica uma coexistência entre cistas e necrópoles de incineração. Estas realidades podem ser verificadas em sítios como o Gaio e o Galeado, o primeiro, um enterramento em cista e o outro uma necrópole de incineração (CORREIA, 1993: 354), sendo que as cronologias dos mesmos são relativamente aproximadas (TORRES ORTIZ, 1999: 114 à 116).

É ainda possível estabelecer que existe um tipo de brinco que aparece muito associado a um tipo de contexto, sendo estes os “nazm”, que aparecem, pelo menos na realidade portuguesa, sempre associados a necrópoles de incineração, como é o caso dos procedentes da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires e do Galeado. Para o outro exemplar identificado desconhece-se o seu contexto.

Com a continuidade da Idade do Ferro, os brincos passam a enquadrar depósitos, que seguramente já não teriam as mesmas funcionalidades que os da Idade do Bronze. É ainda possível verificar que durante este período encontram-se muito perto de povoados, ou mesmo



dentro deles (Castro de Cabeça de Vaiamonte, Laundos, Briteiros, Conímbriga, Monsanto da Beira, entre outros), havendo mesmo a presença de objectos dentro de vasos.

Sendo assim, pode-se conferir que não existe qualquer permanência no contexto destas peças, mas sim uma constante alteração dos mesmos¹⁰⁹. É extremamente importante referenciar mais uma vez que apesar de se ter podido chegar a estas conclusões, a maior parte dos objectos aqui em estudo não detinha qualquer contexto arqueológico, ou pelo menos, um que se apresentasse seguro. Desta forma, os dados que aqui apresentamos podem ser sempre novamente reconsiderados.

As relações entre brincos da Idade do Ferro e outros objectos em ouro associados aos mesmos apresentam-se também de análise complexa, mais uma vez porque não detemos contextos a que recorrer: Sem embargo, em termos gerais, existem essencialmente dois tipos de objectos associados aos brincos. Encontra-se um grande grupo em que os objectos que se relacionam com os brincos são resíduos de fundição, matéria-prima, detendo também jóias ou fragmentos de jóias nestas associações. Pode também enquadrar-se neste grupo, as associações de brincos com moedas, e neste caso em específico, reporta-se essencialmente ao caso de Casal dos Cabeços, que para além de deter um pingo de fundição e várias jóias em prata, apresenta também um grande conjunto de denários republicanos. Para além deste, os “depósitos” que apresentam estas características e que detêm este tipo de objectos são: Estela, Laundos, Baião e Casal das Passadeiras.

A explicação para a existência destes depósitos pode ser diversa e passar por estes fazerem parte de algum conjunto de ourives, ou comerciante, que por alguma razão tiveram que ser abandonados. Isto apresenta-se como uma mera ideia, que necessita de ser comprovada, ou não. Se por um lado, a presença de matéria-prima nestes conjuntos pode sugerir que estes pertençam a algum ourives, por outro não se pode omitir o facto de que estes conjuntos poderiam ser conjuntos atribuídos no âmbito de mecanismos de dom e troca muito comuns para a Idade do Ferro (CORREIA, 1990: 153). Apresenta-se ainda importante mencionar que alguns destes tesouros, nomeadamente aqueles que apresentam uma cronologia mais próxima do contacto com populações romanas, poderão ter sido formados com o intuito de protecção dos bens. Todas estas razões acima apontadas podem apresentar-se como lógicas, no entanto, até ao momento não se pode afirmar que foram estes motivos que levaram à deposição destas peças. Sem embargo, a importância que os mesmos detinham para as comunidades era enorme, servindo para a demonstração de um estatuto social em

¹⁰⁹ Ver anexo 14



determinadas relações entre populações (BLANCO FERNÁNDEZ e CELESTINO PÉREZ, 1998: 78).

Um outro grupo de jóias associadas aos brincos passa somente pela presença de jóias e elementos de adorno, e estas dão-se em contextos de enterramento, sendo que também não se verifica a presença de qualquer tipo de matéria-prima nestes conjuntos. Desta forma, é somente em necrópoles que se encontra brincos associados a jóias, como é o caso do Gaio, Olival dos Senhor dos Mártires e Bombarral, em que a associação a outras jóias como gargantilhas, torques e outros objectos realizados em outras matérias-primas, como os escaravelhos (Olival dos Senhores dos Mártires), unguentários (Gaio), entre outros objectos que se encontram-se maioritariamente presentes em necrópoles.

Pode-se verificar assim que não existe nenhum tipo de peça associada aos brincos, nem tão pouco a determinados tipos de brincos. A única diferenciação que se pode fazer encontra-se relacionada com o tipo de contextos em que as peças se acham.

Um dos aspectos que foi pouco abordado no decorrer do trabalho, apesar da existência de um capítulo sobre o mesmo, prende-se essencialmente com a localização das oficinas de ourives e quais são as condições necessárias para a localização de uma oficina. Desta forma, pretende-se agora aqui explorar um pouco mais estas temáticas, tentando propor mesmo alguns povoados onde funcionavam as oficinas de ourives. É necessário ter a ideia que somente o povoado do Castro do Cabeço de Vaiamonte tem sido apontado como uma possível oficina, não se tendo certezas quanto ao mesmo.

A localização dos povoados apresenta-se como um elemento chave para a instalação ou não de uma oficina em determinado sítio. Desta forma, se um povoado for bem localizado, tendo uma óptima acessibilidade (marítima e terrestre), este afigurar-se-ia como um local ideal para a instalação de oficinas. O Castro do Cabeço de Vaiamonte reúne todas as condições necessárias, em termos de situacionalidade, para a presença de uma oficina. No entanto, somente analisando melhor as escavações antigas realizadas por Manuel Heleno¹¹⁰ e compreendendo melhor todo o contexto dos brincos, é que se poderia chegar a algum facto mais conclusivo¹¹¹.

Há um factor de extrema importância, para além da excelente localização que estes sítios teriam que ter, que se relaciona com a proximidade a fontes de minério que pudessem proporcionar matéria-prima. Apesar de este factor afigurar-se como importante, não pode ser

¹¹⁰ Concretamente através dos seus cadernos de campo, que se encontram no Museu Nacional de Arqueologia.

¹¹¹ É também através da tese de Doutoramento de Carlos Fabião, que poderemos saber mais sobre o Castro do Cabeço de Vaiamonte. No entanto, não me foi possível analisar profundamente a mesma.



tido como fundamental, uma vez que o intercâmbio e distribuição de matéria-prima seria bastante significativo, o que faria com que povoados que não estivessem próximos de zonas com matéria-prima pudessem ter acesso à mesma e instalassem uma oficina. Todavia, a presença de minério perto de alguns povoados pode ser um bom indicador da presença de alguma oficina. É certo que para se conseguir retirar conclusões, a partir destas observações é necessário que haja uma confrontação dos dados.

Para as oficinas que foram propostas no capítulo respectivo a esta problemática, somente se propôs como uma possível oficina o Castro do Cabeço de Vaiamonte. Adicionando agora o estudo destes dois elementos – localização e acessibilidade e proximidade a possíveis fontes de matéria-prima – admite-se a possível identificação de mais alguns povoados onde se poderiam ter localizado as oficinas.

Desta forma, e aproveitando a ordem geográfica que se tem utilizado ao longo de todo o trabalho de investigação, começar-se-á a analisar o Norte de Portugal e a verificar qual seria nesta zona o povoado que se apresentaria como o mais lógico para a inserção de uma oficina de ourives. Para esta zona geográfica a presença de jazidas de onde se podem retirar ouro são inúmeras¹¹², não só a exploração através de garimpeiro em rios¹¹³ como por exemplo o Douro e o Sousa seria perfeitamente praticada, como para a Idade do Ferro, principalmente os finais deste período a exploração filoniana poderia também já realizar-se, sendo que os locais mais próximos dos sítios e povoados onde aparecem brincos apresentam-se como Vila Verde e Paredes. Desta forma, e tendo em conta que a localização de Laundos, muito perto da costa, com boa acessibilidade para o interior e às importantes jazidas de ouro do Noroeste, afigurarse-ia desde logo como uma boa possibilidade para a localização de uma oficina. Para além desta óptima localização, facilidade de haver matéria primas, o aparecimento de brincos e matéria-prima associada aos mesmos é mais um indicador da utilização deste povoado como oficina, para além de estar próximo da Cividade de Terroso, que se apresentaria muito provavelmente como um local onde estaria localizada uma elite, podendo esta controlar a realização, obtenção e distribuição destes objectos de prestígio.

Quando se avança para Sul, estas abundantes jazidas de ouro praticamente desaparecem, existindo o rio Zêzere na bacia do Tejo, conhecido como o “Aurifer Tagus”, revelando desde logo que este se apresentaria como uma importante fonte de ouro, sendo este explorado em diversos períodos históricos, nomeadamente durante a pré e proto-história. Para

¹¹² Anexo 15

¹¹³ Anexo 16



além do Tejo, existem ainda embora que poucas, algumas áreas que têm minério de ouro (Au) e assim a possibilidade de exploração do mesmo.¹¹⁴ Para além destas importantes fontes de matéria-prima no território português, não se pode deixar de mencionar que existem muitas outras em Espanha que também seriam exploradas. Desta forma, o facto de haver alguns povoados que pudessem deter algumas oficinas é extremamente normal, apesar de não terem à disposição tantas fontes de matéria-prima, como existiria no Norte. Como a matéria-prima poderia ser comercializada e intercambiada, os povoados poderiam ter acesso às mesmas.

Para além do importante povoado de Castro de Cabeça de Vaiamonte, que já foi intensamente mencionado neste trabalho como uma possível oficina, é possível propor ainda outro para a região Sul, nomeadamente para as peças de Monte Molião, Lagos e peças com as fichas de inventário nº38 e nº39. Para estes objectos crê-se que o povoado que poderia deter uma possível oficina seria o já referido Monte Molião, uma vez que um brinco seria proveniente deste sítio.

Este povoado com uma cronologia entre o séc. IV a.C. e o séc. II, encontra-se muito bem situado detendo um amplo domínio visual (ARRUDA *et alli*, 2011: 7), apresentando desde logo uma boa localização, aspecto importante para a implantação de um local de oficina, que poderia funcionar também como local de troca ou de redistribuição deste tipo de bens. A arquitectura pré-romana que já foi possível identificar neste povoado demonstra bem a importância que este sítio deteria neste período, sendo que o funcionamento de uma oficina num sítio desta importância não pode ser completamente ignorado. Apesar da presença do brinco neste sítio não se afigurar de todo como suficiente para se propor uma oficina para este local, acredita-se que o facto deste se encontrar muito bem situado, com importantes elementos arquitectónicos, nomeadamente com a presença de um possível depósito fundacional (ARRUDA, *et alli*, 2011: 10), para além da sua provável relação com outros povoados como Castro Marim e Cerro da Rocha Branca, sítios com também uma importância acentuada durante este período (ARRUDA *et alli*, 2011: 17). Desta forma, todas estas características fazem-nos ponderar que este sítio poderia ter tido uma possível oficina ou então poderia ter funcionado como um local de troca e redistribuição deste tipo de matérias.

Fica então claro que os elementos fundamentais para a identificação e a localização de possíveis locais como oficinas, para além das possíveis estruturas associadas com este tipo de

¹¹⁴ Anexo 17



produção¹¹⁵, a sua localização geográfica, relação e acessibilidade a fontes de matéria-prima e ainda a possibilidade de as elites poderem controlar tanto a produção, como redistribuição destes objectos afiguram-se como elementos fundamentais que têm que ser tomados em consideração quando se tenta identificar e localizar possíveis oficinas de ourives.

Falta ainda abordar um aspecto que se apresenta fundamental e que se prende com a análise territorial da localização dos brincos aqui analisados. Desta forma, pretende-se aqui realizar uma análise em que se relaciona a localização dos achados com o território, ou seja, com os recursos disponíveis em determinadas áreas, com as linhas de água e com o próprio povoamento.

Ao analisar a distribuição dos brincos¹¹⁶, a uma escala que englobe o território nacional, é possível observar que todos os brincos se encontram localizados no curso dos grandes rios e seus afluentes, demonstrando assim uma clara associação entre a presença dos povoados com as linhas de água, e a importância das mesmas no desenvolvimento das relações e contactos entre as diversas comunidades aqui abordadas e na instalação dos próprios povoados.

Realizando agora uma outra análise mais vocacionada para a micro-escala, pode-se verificar que existem algumas áreas no território português que têm uma grande concentração de peças no seu território. Um destes casos é a Estremadura, sendo que existe uma grande presença de brincos tanto para o Calcolítico como para a Idade do Ferro. Quais serão as explicações que se poderão apontar para este fenómeno? Um dos elementos que ajuda, desde logo, a explicar a grande presença de brincos nesta área é a proximidade ao Tejo e logo a uma área de exploração aurífera de aluvião. Um outro aspecto que se pode apontar para a grande presença de brincos na região da Estremadura, para o Calcolítico, prende-se essencialmente pelo facto de para esta cronologia, estas peças encontram-se directamente relacionadas com o fenómeno campaniforme, e como tal aparecem na área geográfica em que este fenómeno assumiu grande expressividade – a Estremadura. De facto é nesta região que encontramos os grandes povoados calcolíticos existentes no nosso país, como por exemplo o Zambujal, a Pedra do Ouro, Vila Nova de São Pedro, Leceia, entre outros.

Relativamente à Idade do Ferro, esta área tem uma grande concentração de brincos. Para este período, os motivos que explicam este fenómeno, são completamente distintos dos

¹¹⁵ Desde logo muito difíceis de identificar no terreno, sendo que em território português para além de cadinhos com a presença de pequenas pepitas de ouro, creio ainda não existem muitas estruturas, para o período cronológico que nos interessa, identificadas.

¹¹⁶ Anexo 18



apontados para o Calcolítico, à excepção da presença do Tejo e da sua importância como fonte de matéria-prima. Um outro aspecto que ajuda a explicar a grande presença de brincos nesta zona, relaciona-se com o facto desta área, pela sua excelente localização, despertar o grande interesse das comunidades forâneas, tanto atlânticas como mediterrânicas, para o estabelecimento de alguns povoados e para a realização de trocas comerciais. Como João Luís Cardoso refere *“Sem dúvida que a Estremadura seria, então, área geográfica onde se caldeavam as influências culturais do norte atlântico, e do sul mediterrânico, e que, mercê da sua posição, se configurou como verdadeira “placa giratória” do comércio transregional de matérias-primas e objectos de bronze manufacturados, cuja coordenação se encontra nas mãos de elites, permeáveis à adopção de costumes e de práticas religiosas exógenas. Aliás, a sua adopção e exteriorização por parte das elites, poderia constituir, até, mais um elemento diferenciador do seu estatuto, face ao todo social correspondente.”* (CARDOSO, 2004: 224).

Para a Idade do Ferro, existem ainda outras áreas como o rio Mira e o Noroeste Peninsular, que têm uma grande concentração de brincos. No que diz respeito à região do Noroeste, esta grande concentração de brincos encontra-se relacionada com o forte povoamento a que assistimos durante a Idade do Ferro, sendo que as próprias oficinas metalúrgicas, muito provavelmente se encontrariam localizados nestes grandes povoados fortificados característicos da dita cultura acima mencionada (CORREIA, 2001: 216). Esta realidade poderá explicar o aparecimento das peças nos povoados ou perto deles, como acontece com a Citânia de Briteiros, Estela e Laundos.

Relativamente à grande concentração observada no curso do Rio Mira, esta pode ser explicada pela presença de povoados e necrópoles que aqui se observam, nomeadamente, na região de Ourique. A região do Baixo Alentejo apresenta-se extremamente rica em termos arqueológicos, tendo alguns povoados de grande importância para a Proto-história como é o caso do Castro da Cola e de Fernão Vaz, detendo também imensas necrópoles, de onde advém muito espólio, nomeadamente ourivesaria, apresentando uma grande riqueza. De facto, é das necrópoles do Baixo Alentejo, em específico, de Ourique que procedem algumas das peças por nós aqui estudadas.

Esta região, como refere Ana Margarida Arruda, apresentou grandes “descontinuidades e rupturas” durante toda a proto-história, sendo que se para o Bronze Final e a IIª Idade do Ferro assistimos à presença de grandes povoados, para a Iª Idade do Ferro a realidade relaciona-se essencialmente com o mundo da morte (ARRUDA, 2001: 288).



VII – Conclusão

Ao realizar um estudo relacionado com a ourivesaria arcaica, nomeadamente com os brincos, é possível analisar grande parte das realidades inerentes à Pré e Proto-história do território nacional. Desta forma, na presente investigação e no sentido de chegar ao intuito das comunidades passadas aquando da realização e utilização dos brincos, abordaram-se problemáticas bastante diversas, desde a iconografia, que se apresentou fundamental para a análise dos brincos aqui em questão e para a criação da tipologia. Para além da iconografia abordaram-se questões como a Arqueologia de Género, que tem sido muito pouco desenvolvida em Portugal e que obviamente necessita de muita mais investigação e atenção. Estes apresentam-se apenas como alguns elementos que mereceram alguma atenção no presente trabalho.

Os brincos, de facto, afiguram-se como um objecto que – ao contrário do que geralmente se pensa – não é só utilizado por elementos do sexo feminino e que detém diversos significados e utilizações.

É importante mencionar que a utilização dos brincos não foi constante ao longo do tempo, ou seja, em termos diacrónicos pode-se verificar que durante o Calcolítico estão presentes em pouca quantidade. Esta realidade pode-se relacionar com uma produção ainda incipiente de ourivesaria a que se assiste durante este período. Como já foi mencionado acima, durante a Idade do Bronze - pelo menos em território nacional – aparentemente os mesmos deixam de ser utilizados, sem termos ainda acesso a uma explicação que esclareça este fenómeno. É durante a Idade do Ferro que estes objectos começam a ser utilizados em maior número, denotando-se talvez aqui uma alteração nos gostos das comunidades, assim como, as realidades sociais e políticas inerentes a este período.

Uma vez que os brincos apresentam-se como um elemento de adorno, normalmente associados às elites, foi possível através do estudo dos brincos demarcar e traçar as evoluções e principais linhas características de cada período aqui analisado, sendo exequível observar transformações na maneira como as comunidades alteram as suas estruturas sociais, económicas e políticas e na própria forma como as mesmas encaram e estruturam o poder.

É importante mencionar que todos os resultados aqui apresentados, apesar de terem sido extremamente “dissecados” e analisados, afiguram-se meramente como um ponto de



partida para futuras investigações. Como já foi mencionado acima, o presente trabalho para além de ter abordado algumas questões já amplamente discutidos pelos investigadores, abordou outras que precisam de muito mais trabalho e investigação, como por exemplo a questão da Arqueologia de Género e a sua aplicabilidade à arqueometalurgia, assim como o facto da ausência da produção de brincos durante a Idade do Bronze em território nacional e possivelmente até peninsular. Um outro aspecto que necessita de muito mais investigação, acreditando que traria resultados bastante bons passa por uma análise e inventário das estelas em que existe a representação de brincos, e talvez até de todas as jóias, uma vez que poderia trazer dados muito interessantes no âmbito das relações de poder e de género, para além da importância territorial que as mesmas detêm, auxiliando também na compreensão da dispersão de peças de ourivesaria. O estabelecimento de oficinas e a sua análise e estudo apresentam-se como elementos fundamentais para uma melhor compreensão das realidades de produção deste tipo de objectos, sendo que análises mais aprofundadas de alguns povoados como Castro do Cabeço de Vaiamonte, Monte Molião, entre outros, apresentam-se como fundamentais para a continuação destas análises. Os trabalhos de escavação ainda a serem realizados em alguns sítios, como por exemplo Monte Molião, poderão apontar novos dados neste sentido.

Um outro aspecto que necessita de ser ainda muito explorado e discutido prende-se com as análises territoriais e de dispersão dos brincos, uma vez que foi um aspecto pouco explorado na investigação e que merece muito mais atenção. Sendo pertinente talvez realizar análises regionais para compreender a localização e dispersão destes objectos.

Muitas destas problemáticas precisam de mais investigação, sendo que o presente trabalho colocou mais questões do que respondeu, mas é através do constante questionamento que se avança na investigação. Desta forma, os dados que aqui se apresentam podem ser sempre reconsiderados, que desde logo se apresentam como fundamentais para o avanço do estudo da importância que os metais detiveram nas comunidades passadas, nomeadamente os brincos.



Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de (1996) – O primeiro milénio a.C. in *De Ulisses a Viriato*, pág.15-31
- ALARCÃO, Jorge de (2000) – A escrita do tempo e a sua verdade
- ALARCÃO, Jorge de Alarcão *et alli* (1979) – *Fouilles de Conímbriga, Trouvailles diverses conclusiones générales*, Boccard, Paris
- ALMAGRO GORBEA, María José (1980) – Corpus de las terracotas de Ibiza in *Bibliotheca Praehistorica Hispana*, vol. 18, Madrid
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El periodo orientalizante en la Extremadura*
- ALMAGRO-GORBEA, Martín – Orfebrería Orientalizante in *El oro en la España Prerromana*, Revista de Arqueología, p. 68-82
- ALMEIDA, Fernando (1942) – Orfèvrerie archaïque romaine et wisigothique du Musee National d'Archeologie et d'ethnologie de Lisbonne in *Les Dossiers de L'Archeologie*, vol.4
- ARMBRUSTER, Barbara (1993) – L'orfèvrerie al Mali: une étude ethno-archéologique in *Outils et ateliers d'orfèvres des temps anciens*
- ARMBRUSTER, Barbara (1995) – Sur la technologie et la typologie du collier de Sintra (Lisbonne, Portugal) – un oeuvre d'orfèvrerie do Bronze Final Atlantique composé des types Sagrajas Berzocana et Villena Estremoz in *Trabajos de Prehistoria*, vol.52, nº1
- ARMBRUSTER, Barbara (2002-03) – A metalurgia da Idade do Bronze Final Atlântico do Castro de Nossa Senhora da Guia de Baiões (São Pedro do Sul, Viseu) in *Estudos Pré-históricos* nº10-11
- ARMBRUSTER, Barbara e PARREIRA, Rui (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia – Coleção de Ourivesaria Do Calcolítico à Idade do Ferro*, Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa
- ARMBRUSTER, Barbara e PEREA, Alicia (1994) – Tecnologías de herramientas rotativas durante el Bronce Final Atlántico. El desposito de Viilena
- ARMBRUSTER, Barbara e PEREA, Alicia (2011) – Tomb 100 at Cabezo Lucero: new light on glodworking in fourth-century BC Iberia in *Antiquity*, vol.85, nº327, p. 158-171
- ARRUDA, Ana Margarida (1996) – Os Fenícios no Ocidente in *De Ulisses a Viriato*, pág. 35-46
- ARRUDA, Ana Margarida (1996) – Tartesso in *De Ulisses a Viriato*, pág. 31-35
- ARRUDA, Ana Margarida (2001) – A Idade do Ferro pós orientalizante no Baixo Alentejo in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.4, nº2, p. 207-291



- ARRUDA, Ana Margarida *et alli* (2011) – Monte Molião: Um sítio púnico-gaditano no Algarve *in Conímbriga*, vol.50, p.5 – 32
- BEIRÃO, Caetano de Melo e GOMES, Mário Varela (1983) - A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes). *In O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série: 1, pág. 207-267
- BEIRÃO, Caetano de Melo, SILVA, Carlos Manuel Lindo Tavares da, SOARES, Joaquina e GOMES, Mário Varela (1985) - Depósito votivo da 2ª Idade do Ferro de Garvão. *In O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série: 3, pág. 45 - 137
- BELO, Ricardo; TRINDADE, Leonel e FERREIRA, Octávio da Veiga (1961) - Gruta da Cova da Moura (Torres Vedras) *in Separata do tomo XLV das Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa
- BETTENCOURT, A.M.S. (1988) – A freguesia de Turquel (Alcobaça): alguns dados arqueológicos *in Conímbriga*, vol. 27
- BLANCO FREIJEIRO, Antonio (1989) – Orfebres Prerromanos *in El oro en la España Prerromana*, Revista de Arqueología
- BLASCO, Concepción e RÍOS, Patricia (2010) – La función del metal entre los grupos campaniformes. Oro vs Cobre. El ejemplo de la región de Madrid *in Trabajos de Prehistoria*, vol. 67, nº2, pág. 359-372
- BLÁZQUEZ, José Maria (2002) – La precolonización y la colonización fenicia. El periodo orientalizante en la Península Iberica. Estado de la cuestión *in Archivo Español de Arqueología*, vol. 75, nº 185 – 186, p.37 – 58
- CANOSA, Nuria Reboredo (2000) – *Evolución* tecnológica de la metalurgia del oro, desde el Calcolítico a la Edad del Hierro *in Gallaecia*, nº19, pág.73-92
- CARDOSO, João Luís (1996) – O povoamento no Bronze Final e na Idade do Ferro na região de Lisboa *in De Ulisses a Viriato*, pág. 73-82
- CARDOSO, João Luís (2000) – O “fenómeno” campaniforme na Estremadura portuguesa *in Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. IV, pág. 353-381
- CARDOSO, João Luís (2004) - A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional *in Estudos arqueológicos de Oeiras*, vol.12, Oeiras
- CARDOZO, Mário (1938) – Jóias áureas proto-históricas da Citânia de Briteiros *in Revista de Guimarães*, vol. XLVIII, pág.36-42



- CARDOZO, Mário (1944) - Novo achado de jóias pré-romanas in *Revista de Guimarães*, vol. LIV, pág.19-28
- CARDOZO, Mário (1955) – Joalharía Lusitana in *Conímbriga*, vol.1, pág.13
- CARDOZO, Mário (1956) - Notícia de duas novas arrecadas de ouro antigo in *Revista de Guimarães*, vol. LXVI, p.449-462.
- CARDOZO, Mário (1966-1967) – Duas perdas nacionais in *Arquivo de Beja* vol. XXIII – XXIV, pág.327
- CARDOZO, Mário (1967) – Elementos para o estudo da joalharía arcaica luso-espanhola in *Revista de Guimarães*, vol. LXXVII, nº3-4, pág. 329-375
- CELESTINO-PÉREZ, S. e JIMÉNEZ ÁVILA, .J, (2004) – El conjunto orientalizante de Talavera la Vieja (Cáceres). Estudio Preliminar in *Ancient gold technology: Europa y América*, Anejos de AESPA XXXII, Madrid, pág. 197 - 209
- CELESTINO-PÉREZ, Sebastián e BLANCO FERNÁNDEZ, Jose Luis (1998) – La Joyería orientalizante peninsular diversidad y particularidades a la luz de los últimos hallazgos in *Complutum*, nº9, p.61 – 83
- CELESTINO-PÉREZ, Sebastián e BLANCO, José Luís (2006) – La joyería en los orígenes de Extremadura: el espejo de los dioses in *Ataecina*, vol.1,CSISC
- Childs, T. S. e D. Killick (1993). Indigenous African Metallurgy: Nature and Culture in *Annual Review of Anthropology* 22: 317-337
- COFFYN, André (1985) – *Le Bronze Final atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Diffusion de Boccard, Paris
- CORREIA, Vergílio (1925) – Uma conferência sobre a necrópole de Alcácer do Sal in *Biblos*, Vol. I, p. 347 – 363
- CORREIA, Vergílio (1928) – Escavações realizadas na necrópole pré-romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927 in *O Instituto*, 4ª Série, 75, p.190 e seguintes
- CORREIA, Vergílio Hipólito (2006) - Peitoral de ouro proveniente de Castro Marim in *O Arqueólogo Português*, série IV, vol.24, pág. 321-339
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1993) - As necrópoles da Idade do Ferro no Sul de Portugal. Arquitectura e rituais in *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, pág. 351-370
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1993) – Os materiais pré-romanos de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo Vale do Mondego in *Estudos Orientais*, vol. IV, p.229-283



CORREIA, Virgílio Hipólito (1995) – Social complexity and the development of towns on Iberia from the copper age to the second Century AD in *Proceedings of the British Academy*, vol. 86, p.237-262

CORREIA, Virgílio Hipólito (1996) – Os povoados da Iª Idade do Ferro do Sul de Portugal in *De Ulisses a Viriato*, pág. 82-88

CORREIA, Virgílio Hipólito (2001) – O Povoamento do Noroeste no Iº Milénio a.C. in *Entre Celtas y Iberos. Las poblaciones protohistoricas de las Galias e Hispania*, Real Academia de la Historia, Madrid, p. 213-226

CORREIA, Virgílio Hipólito; PARREIRA, Rui e SILVA, Armando C.F. (2013) - *Ourivesaria arcaica em Portugal*, edição do CTT

CORREIA; Virgílio Hipólito (2005) – A presença orientalizante a norte do Tejo e a ourivesaria arcaica do território português in *Anejos de AESPA XXXV*, p. 1215 – 1224

COSTA, João Miguel da (1966) - O tesouro fenício-cartaginês do Gaio (Sines) in *Ethnos 5*, pág. 529-539

COUTINHO GOMES, Luís Filipe e SOBRAL, Pedro (1992) – *O Património Arqueológico do Concelho de Mangualde*, Câmara Municipal de Mangualde

DIAS, Maria Manuela Alves e COELHO, Luís (1983) - Objectos arqueológicos de um túmulo de incineração da necrópole protohistórica da herdade da Favela Nova, Ourique. in *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4ª série: 1, pág. 197-207

DÍAZ-ANDREU, Margarita (2005) – Género y Arqueología: una nueva síntesis in *Arqueología y Género*, Universidad de Granada, p. 13 – 51

DÍAZ-GUARDAMINO, Marta (2011) – Iconografía, lugares y relaciones sociales: Reflexiones en torno a las estelas y estatuas-menhir atribuidas a la Edad del Bronce en la Península Ibérica in *Estelas e Estátuas-menires da Pré à Proto-História*, Sabugal, p. 63 – 89

ELUÈRE, Christiane (1982) - *Les ors préhistoriques in L'age du Bronze en France - 2*, Edições Picard, Paris

ELUÈRE, Christiane (1983) – Prehistoric Goldwork in Western Europe in *Gold Bulletin*, vol.16, issue 3, p.82-91

ELUÈRE, Christiane e GOMEZ, J. (1990) – *Typologie des objets de l'Age du Bronze en France, Fascicule VII – Bracelets, collier et boucles*, Société Préhistorique Française

FERNANDEZ NIETO, J.F. (1970-71) – Aurifer Tagus in *Zephyrus*, p.245 – 255

FERNANDEZ-GOMEZ, F. (1997) – *Tesoros de la Antigüedad en el Valle de Gaudalquivir*, Andalucía



FERREIRA, Carlos Jorge Alves et all (1993) - *Património Arqueológico do Distrito de Setúbal. Subsídios para uma carta arqueológica*. Setúbal. Associação de municípios do Distrito de Setúbal

FERREIRA, Octávio da Veiga (1969) – Nota acerca de um fragmento de um diadema? Ou Adorno? Dourado in *O Arqueólogo Português*, série III, vol. III, pág.115-117

FERREIRA, Octávio da Veiga (1974) - Notícia da descoberta de jóias auríferas no Distrito de Portalegre in *Separata de Estudos Italianos em Portugal*, nº 37, pág. 79-82

FERREIRA, Octávio da Veiga, LEITÃO, Manuel, ZBYSZEWSKI, Georges, NORTH, Christopher Thomas e NORTON, José (1981) – As jóias auríferas da gruta pré-histórica da Verdelha dos Ruivos in *Zephyrus*, pág. 113 - 119

FITZPATRICK, Andrew (2009) – In his hands and in his head: The Amesbury Archer as a metalworker in *Bronze Age connections Cultural Contact in Prehistoric Europe*, Oxbow books, p. 176 – 188

FORTES, José (1908) – Ouros protohistóricos da Estella in *Portugalia*, vol.2, p.1 - 16

GAMITO, Teresa Júdice (1988) – *Social complexity in southwest Iberia 800-300 B.C. – The case of Tartessos*, BAR

GOMES, Mario Varelo e SILVA, A.C.F. (1993) – *Proto-História de Portugal*, Universidade Aberta

HARTMANN, Axel (1971) – Análises de alguns objectos pré-históricos de ouro, procedentes do Norte de Portugal in *Revista de Guimarães*, vol. 81, 1-2, p.129-132

HARTMANN, Axel (1982) - *Praehistorische goldfunde aus europa II*. Spektralanalytische untersuchungen

HARTMANN, Axel e KALB, Philine (1969) – Investigaciones espectro-analíticas sobre hallazgos hispánicos de oro in *Archivo de Prehistoria Levantina*, XII, p.93-98

HELENO, Manuel (1935) - Jóias pré-romanas in *Ethnos 1*, Lisboa, pág. 229 - 257

HELENO, Manuel (1942) - Gruta Artificial da Ermegeira in *Ethnos 2*, Lisboa, pág. 449-459

HERNANDO GONZALO, Almudena (1989) – Inicios de la orfebrería en la Península Ibérica in *El oro en la España Prerromana*, Revista de Arqueología

JORDÃO, Patricia e MENDES, Pedro (2007) – As grutas artificiais da Estremadura Portuguesa: uma leitura crítica das arquitecturas in *Arqueologia e História*, nº58/59

JORGE, Vítor Oliveira (2011) – Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios in *Nova História de Portugal; Das origens à Romanização*, vol. I, p.213-255



- KALB, Philine (1994) - Reflexões sobre a utilidade de necrópoles megalíticas na Idade do Bronze. in *Actas do Seminário sobre o Megalitismo do Centro de Portugal*. Viseu: Centro de Estudos PréHistóricos da Beira Alta (Estudos PréHistóricos, 2), pág.415 – 426
- LOPES, Maria da Conceição; VILAÇA, Raquel (2005) - The treasure of Baleizão (Beja / Portugal) in *Journal of Iberian Archaeology*, vol.7, pág.177-174
- LULL, Vicente *et all* (2010) – Metal and social relations of Production in the 3rd en 2nd Millenia BCE in the Southeast of the Iberian Peninsula in *Trabajos de Prehistoria*, vol. 67, n^o2, pág. 323-347
- MALUQUER DE MOTES, J. (1970) – *Desarrollo* de la orfebrería prerromana en la Península Ibérica in *Pyrenae*, n^o6, pág. 79 -111
- MARTINS, Carla Maria Braz (2008) - *As influências mediterrânicas na ourivesaria proto-histórica de Portugal*, Colección Monografias EDAR
- MATALOTO, Rui (2006) – Entre Ferradeira e Montelavar: um conjunto artefactual da Fundação Paes Teles (Ervedal, Avis) in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.9, n^o2, pág. 83-108
- MAYET, Françoise e SILVA, Carlos Tavares da (1996) – Abul: um estabelecimento fenício no Baixo Sado in *Ulisses e Viriato*, p.52 – 60
- MONGE SOARES, António (1992) - O povoado calcolítico dos Três Moinhos (Baleizão, concelho de Beja). Notícia Preliminar in *Setúbal Arqueológica*, vol. IX – X, pág.291-304
- NICOLINI, Gérard (1990) – *Techniques des ors antiques: La bijouterie Ibérique du VII^o au IV^o siècle*, Editeur Picard, Paris
- NIJOBBER, Albert (2004) – Jeweller’s workshops in context in *Tecnología del oro antiguo: Europa y America, Anejos de AESPA XXXII*, Madrid, p.371 – 383
- PAÇO, Afonso (1966) - Jóias pré-históricas de Montes Claros de Baixo (Vimieiro, Arraiolos) in *Revista de Guimarães*, vol. 76, Guimarães, pág. 157 – 163
- PARREIRA, Rui (1980) – *Tesouros da Arqueologia Portuguesa, Lisboa*
- PEREA, Alicia (1989) – Tecnología y métodos de estudio in *El oro en la España Prerromana*, Revista de Arqueología
- PEREA, Alicia (1991) – *La orfebrería prerromana*
- PEREA, Alicia (1993) – Les premiers ateliers d’orfèvre dans la Péninsule Ibérique in *Outils et ateliers d’orfèvres des temps anciens*, Société des Amis du Musée des Antiquités Nationales et du château de Saint – Germain – en Laye, p.23 – 28



- PEREA, Alicia (2010) – Arqueología del oro: tecnología de los metales nobles *in Manual de Arqueometalurgia*
- PÉREZ OUTEIRIÑO, Bieito (1989) – Orfebrería Castreña *in El Oro en la España Prerromana*
- PERNOT, Michel (2010) – Técnicas del metal, artesanos y talleres en las sociedades antiguas de la Edad del Bronce Final al period romano en la Europa Occidental *in Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines*, 39 (2), p. 331-350
- PINGEL, Volker (1993) – Os princípios da metalurgia do ouro em Portugal *in Actas do colóquio de Ourivesaria do Norte de Portugal*, pág. 49-58
- REBELO, Paulo et all (2009) - Dados preliminares da intervenção arqueológica no sítio do Bronze Final de Entre Águas 5 (Serpa) *in IV Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular, Huelva*, pág. 463 – 488
- RENFREW, Colin e BAHN, Paul (1998) – *Arqueología: teorías, métodos e prácticas*, Madrid
- ROBERTS, Ben (2007) – *Metallurgical and technological choice: understanding early metal in Western Europe*, Department of Prehistory and Europe, British Museum, pág. 1 – 48
- ROBERTS, Ben (2008) – Creating traditions and shaping technologies: understanding the earliest metal objects and metal production in Western Europe *in World Archaeology*, vol.40 (3), pág. 354-372
- ROBERTS, Ben (2009) – Production networks and consumer choice in the earliest metal of western Europe *in Journal of World Prehistory*, vol. 22, p. 461-481
- ROCHA, António dos Santos (1904) – Estudo sobre um artefacto pré-romano d'ouro descoberto no Algarve *in Boletim da Sociedade Archeológica Santos Rocha*, vol.1, nº2, pág.64-67
- ROVIRA LLORENS, Salvador e RENZI, Martina (2010) – Las operaciones pirometalúrgicas y sus subproductos *in Manual de Arqueometalurgia*, Madrid, p. 86 – 122
- RUIVO, José (1995) – *Circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do séc. III*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, Marisa (1989) – La orfebrería del Bronce Final – El poder y su ostentación *in El oro en la España Prerromana*, Revista de Arqueologia
- RUSSEL CORTEZ, F. (1964) – O bracelete de Estremoz *in Revista Nummus*, vol.2, pág. 71-73



- SANCHEZ PALENCIA, Javier e PÉREZ, Luis Carlos (1989) – Los yacimientos auríferos de la Península Ibérica. Posibilidades de explotación en la Antigüedad in *El oro en la España Prerromana*, Revista de Arqueología, p.16 – 24
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. Javier e PÉREZ, Luis Carlos (1989) – Los yacimientos auríferos de la Península Ibérica, Posibilidades de explotación en la Antigüedad in *El oro en la España Prerromana*, Revista de Arqueología
- SANTOS ROCHA, António dos (1904) – Estudo sobre um artefacto pré-romano d'ouro descoberto no Algarve in *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha, Tomo I, nº2*, p. 64-67
- SANTOS, Manuel Farinha dos et al (1974) - Necrópole de Provença (Sines). Campanha de escavações de 1972 in *Arqueologia e História*, 9ª série, pág. 69 - 101
- SAVORY, H.N. (1974) – *Espanha e Portugal*, Historia Mundi, Editorial Verbo
- SCHUBART, Hermanfrid (1965) - Atalaia. Uma necrópole da idade do bronze do Baixo Alentejo. in *Arquivo de Beja*. Beja. 22, pág. 7-89
- SILVA, A.C.F. (1986) - *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira
- SILVA, Carlos Tavares da e SOARES, Joaquina (1981) - *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da área de Sines
- SOARES, António Monge Soares *et al*, (2010) – Early Iron Age gold buttons from Southwestern Iberian Peninsula. Identification of a gold metallurgical workshop in *Trabajos de Prehistoria*, vol.67, nº2, p.501 – 510
- SOUSA, A.C.; GONÇALVES. V. S. (2012) - *In and out*. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interações e identidades regionais no Centro e Sul de Portugal no 3º milénio a.n.e. in *Congreso Internacional Redes en el Neolítico.Circulación e intercambio de materias, productos e ideas en el Mediterráneo Occidental (VII-III milenio AC)* Rubricatum, Barcelona, p. 383-392
- SOUSA, M.J.C. (1994) – *A arte do ouro*, Póvoa do Lanhosos, Pelouro da Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso
- TAYLOR, Joan (1980) – *Bronze Age goldwork of British Isles*. Cambridge University Press
- TEIXEIRA, Carlos (1944) – El arte de las filigranas en los castros del Mino in *Actas y memorias de la sociedad española de antropología, etnografía y prehistoria*, Tomo 14
- TORRES ORTIZ, Mariana (1999) – Sociedad y mundo funerario en Tartesos in *Bibliotheca archaeologica hispana 3*, Real Academia de la Historia, Madrid



VALVERDE, X.F. (1973) – Ouro nos Castros *in Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol.22 (3), p.322

VIEGAS, João Rosa e PARREIRA, Rui (1384) – Der schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer, Portugal) *in Madrider Mitteilungen*, nº 25, p.79-91

VILAÇA, Raquel (2006) – Depósitos de Bronze do Território Português *in Arqueólogo Português*, vol.24, série IV, p. 9 – 150

VILAÇA, Raquel (2011-2012) – Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the western end of Iberian Peninsula (Actions and Reactions) *in Cuadernos de Arqueología Mediterránea*, 21, *Interacción social y comercio en la antesala del colonialismo*, p.13 – 41



Lista do Inventário

- Ficha de inventário nº1 – Brincos da Gruta da Ermegeira (p.129)
- Ficha de inventário nº2 – Brinco da Cova da Moura (p.130)
- Ficha de inventário nº3 – Brinco calcolítico de Estremoz (p.131)
- Ficha de inventário nº4 – Brincos da Idade do Bronze (p.132)
- Ficha de inventário nº5 – Brinco de Carreço (p.133)
- Ficha de inventário nº6 – Brincos da Citânia de Briteiros (p.134)
- Ficha de inventário nº7 – Brinco de São Martinho da Anta (p.135)
- Ficha de inventário nº8 – Brincos de Estela (p.136)
- Ficha de inventário nº9 – Brincos do Castro de São Félix (p.137)
- Ficha de inventário nº10 – Brinco de Paços de Ferreira (p.138)
- Ficha de inventário nº11 – Brincos de Baião (p.139)
- Ficha de inventário nº12 – Brinco do Norte de Portugal (p.140)
- Ficha de inventário nº13 – Brincos de Moirões (p.141)
- Ficha de inventário nº14 – Brinco de Conímbriga (p.142)
- Ficha de inventário nº15 – Brincos de Boiça (p.143)
- Ficha de inventário nº16 – Brinco de Monsanto da Beira (p.144)
- Ficha de inventário nº17 – Brinco da Golegã (p.145)
- Ficha de inventário nº18 – Brinco do Bombarral (p.146)
- Ficha de inventário nº19 – Brincos de Boiça do Louro (p.147)
- Ficha de inventário nº20 – Brincos de Casal das Passadeiras (p.148)
- Ficha de inventário nº21 – Brincos de Casal dos Cabeços (p.149)
- Ficha de inventário nº22 – Brincos do Castro de Cabeço de Vaimonte (p.150)
- Ficha de inventário nº23 – Brincos de Olival do Senhor dos Mártires (p.151)
- Ficha de inventário nº24 – Brincos do Gaio (p.152)
- Ficha de inventário nº25 – Brinco de Évora – Estremoz (p.153)
- Ficha de inventário nº26 – Brincos de proveniência de Évora (p.154)
- Ficha de inventário nº27 – Brincos de Odemira (p.155)
- Ficha de inventário nº28 – Brinco do Galeado (p.156)
- Ficha de inventário nº29 – Brinco da Herdade do Pêgo (p.157)
- Ficha de inventário nº30 – Brinco do Monte da Atafona (p.158)
- Ficha de inventário nº31 – Brincos de Santana de Cambas (p.159)



Ficha de inventário nº32 – Nazm de proveniência desconhecida (p.160)

Ficha de inventário nº33 – Brinco de Monte Molião (p.161)

Ficha de inventário nº34 – Brinco de Lagos (p.162)

Ficha de inventário nº35 – Brinco de proveniência desconhecida (p.163)

Ficha de inventário nº36 – Brinco proveniente de Estremoz (p.164)

Ficha de inventário nº37 – Brinco proveniente de Estremoz (p.165)

Ficha de inventário nº38 – Brinco da Colecção Barros e Sá (p.166)

Ficha de inventário nº39 – Brinco de proveniência desconhecida (p.167)

Ficha de inventário nº40 – Brinco da Colecção Bustorff (p.168)

Ficha de inventário nº41 – Brinco da Colecção Bustorff (p.169)



ANEXOS



Anexo 1. Inventário Final

Número de Inventário	1
Nome do sítio	Gruta da Ermegeira
Freguesia	Maxial
Concelho	Torres Vedras
Distrito	Lisboa
Contexto Arqueológico	Gruta artificial
Quantidade de peças identificadas	2
Peças identificadas juntamente com os brincos	5 Contas tubulares
Cronologia	Calcolítico
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Descoberto em 1939

Bibliografia

ALMEIDA, F. de – 1974, p.73
 ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R. - 1993, p. 154 – 157
 CARDOSO, J.L. - 2004, p.157
 HELENO, M. – 1935, p.229 – 257
 HELENO, M. - 1942, p.449 – 459

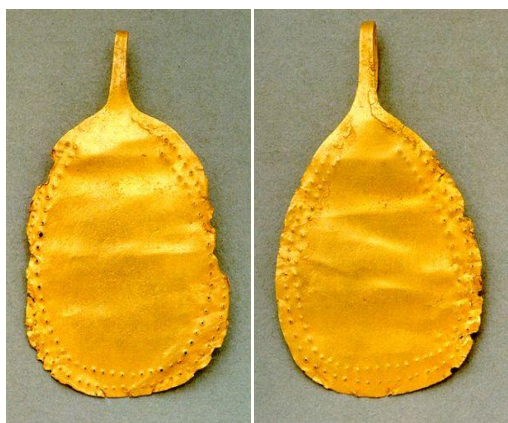


Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	2
Nome do sítio	Cova da Moura
Freguesia	São Pedro das Cadeiras
Concelho	Torres Vedras
Distrito	Lisboa
Contexto Arqueológico	Gruta natural
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Calcolítico
Local de Depósito	Museu Municipal Leonel Trindade
Observações	Descoberto em 1932
Bibliografia	BELO, R. ; TRINDADE, L. e FERREIRA, O. da V. – 1961, p. 391-418 GALLAY, G. e SPINDLER, K. - 1970, p. 48 HELENO, M. – 1935, p.229 -257 HELENO, M. – 1942, p.449 – 459 SILVA, A.C.F. – 1986, p.341

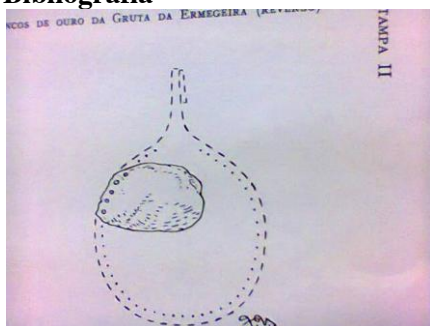


Imagem retirada: HELENO, Manuel (1942) – Gruta artificial da Ermegeira in *Ethnos*, vol.II, p.449 – 459, Estampa II



Número de Inventário	3
Nome do sítio	
Freguesia	
Concelho	Estremoz
Distrito	Évora
Contexto Arqueológico	
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	Fragmentos de um diadema
Cronologia	Calcolítico
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	

Bibliografia



ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R. – (1993), p.158 - 159
 COFFYN, A. – (1985), p.13
 CORREIA, V.H.; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. – (2013), p.29
 HELENO, M. – (1942), p.449 – 459

Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	4
Nome do sítio	
Freguesia	
Concelho	
Distrito	
Contexto Arqueológico	
Quantidade de peças identificadas	4
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Bronze
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Brincos torcidos, dos quais não se conhece a procedência.
Bibliografia	<p>ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R. – (1993), p.160 – 163</p> <p>ELUÈRE, C. – (1982), p. 50 – 51; 150; 157 – 158</p> <p>ELUÈRE, C. e GOMEZ, J. – (1972-1990), p.135</p> <p>PARREIRA, R. – (1980), p.16</p>



Imagens retiradas: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	5
Nome do sítio	
Freguesia	Carreço
Concelho	Viana do Castelo
Distrito	Viana do Castelo
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro (Séc. V / II a.C.)
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Arrecada que também pode ser designada por Afife. Adquirida em 1905.
Bibliografia	CARDOZO, M. – (1956), p.449 – 462 MARTINS, C.M.B. – (2008), p.91 PARREIRA, R. – (1980), p.17 PÉREZ OUTEIRIÑO, B. – (1989), p. 10 SILVA, A.C.F. – (1986), p.343; 368 e 369 VALVERDE, X.F. – (1973), p.322

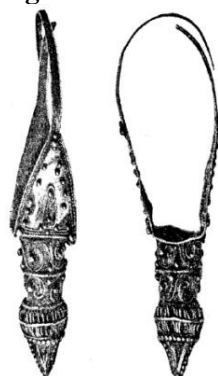


Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	6
Nome do sítio	Citânia de Briteiros
Freguesia	Salvador de Briteiros
Concelho	Guimarães
Distrito	Braga
Contexto Arqueológico	Povoado
Quantidade de peças identificadas	2
Peças identificadas juntamente com os brincos	Em anos anteriores à descoberta das peças aqui em estudo, nomeadamente em 1876, foi encontrado um pequeno disco de ouro, também em filigrana mas que se encontra desaparecido.
Cronologia	Séc. II a.C. – I d.C.
Local de Depósito	Museu da Sociedade Martins Sarmento
Observações	Encontrada em 1937, dentro de um vaso acampanado na esquina de uma casa quadrangular (MARTINS, 2008:77); (SILVA, 1986: 370)

Bibliografia



CARDOZO, M. - (1938), p.35 – 42
 CARDOZO, M. - (1956), p.449 – 462
 MARTINS, C.M.B. - (2008), p.77
 PÉREZ OUTEIRIÑO, B. - (1989), p. 101; 103
 SILVA, A.C.F. - (1986), p.343; 370

Arrecada da Citânia de Briteiros Imagem retirada: CARDOZO, Mário (1938) – Jóias proto-históricas da Citânia de Briteiros in *Revista de Guimarães*, vol. 48, p. 39



Número de Inventário	7
Nome do sítio	
Freguesia	São Martinho da Anta
Concelho	Sabrosa
Distrito	Vila Real
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Séc. IV a.C.
Local de Depósito	Particular
Observações	

Bibliografia

CARDOZO, M. – (1956), p.449 – 462
 MARTINS, C.M.B. – (2008), p.96
 PÉREZ OUTEIRIÑO, B. – (1989), p. 101
 SILVA, A.C.F. – (1986), p.342; 367



11

Arrecada de São Martinho da Anta Imagem retirada: SILVA, A.C.F (1986) – *A cultura castreja do Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Est. CXVIII,



Número de Inventário	8
Nome do sítio	
Freguesia	Estela
Concelho	Póvoa do Varzim
Distrito	Porto
Contexto Arqueológico	Tesouro
Quantidade de peças identificadas	2
Peças identificadas juntamente com os brincos	Apareceram junto com este tesouro 16 fragmentos de ouro e prata que podem ser considerados como matéria-prima. Junto com estes surgiu ainda um colar e a cabeça de um torque, dentro de uma peça cerâmica.
Cronologia	Séc. V / II a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional Soares Reis
Observações	Descoberta em Abril de 1908
Bibliografia	FORTES, J. – (1905-08), p. 1-16 MARTINS, C.M.B. – (2008), p. 89 PÉREZ-OUTEIRIÑO, B. – (1989), p.101 SILVA, A.C.F. – (1986), p.342; 343; 367 e 368 SILVA, A.C.F. – (1988), p.77; 82; 83 e 84 SOUSA, M.J.C. – (1994), p.7



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	9
Nome do sítio	Castro de São Félix
Freguesia	Laundos
Concelho	Póvoa do Varzim
Distrito	Porto
Contexto Arqueológico	Povoado
Quantidade de peças identificadas	2
Peças identificadas juntamente com os brincos	Apareceu junto com estas arrecadas matéria-prima, especificamente prata, dentro de um vaso acampanado.
Cronologia	Séc. V / II a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional Soares Reis
Observações	Descoberta em 1907

Bibliografia



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt

CARDOZO, M. – (1956), p. 453
 MARTINS, C.M.B. – (2008), p. 90
 PÉREZ-OUTEIRIÑO, B. – (1989), p.101
 SAVORY, H.N. – (1974)
 SILVA, A.C.F. – (1986), p.342; 343 e 369
 SILVA, A.C.F. – (1988), p.77 e 84
 SOUSA, M.J.C. – (1994), p.7
 VALVERDE, X.F. – (1973), p.322



Número de Inventário	10
Nome do sítio	
Freguesia	
Concelho	Paços de Ferreira
Distrito	Porto
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Séc. VII / VI a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Adquirida por José Leite de Vasconcellos

Bibliografia



CARDOZO, M. – (1956), p. 455
 CARDOZO, M. – (1957), p. 5-46, estampa XV, fig. 28
 LEITE DE VASCONCELLOS, J. – (1913), p. 431, fig. 219
 MARTINS, C.M.B. – (2008), p. 86
 PARREIRA, R. – (1980), p.15
 SILVA, A.C.F. – (1986), p. 341; 342 e 366
 SILVA, A.C.F. – (1988), p.77 e 81
 SILVA, A.C.F. – (1990), p. 144 e 150
 TEIXEIRA, C. – (1944), p. 155

Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	11
Nome do sítio	
Freguesia	
Concelho	Baião
Distrito	Porto
Contexto Arqueológico	Tesouro
Quantidade de peças identificadas	4
Peças identificadas juntamente com os brincos	Um colar articulado constituído por várias contas bitroncocónicas e uma pulseira
Cronologia	Séc. VII / VI a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Adquirida por Manuel Heleno
Bibliografia	<p>ALMAGRO GORBEA, M. - (1989), p. 74</p> <p>CORREIA, V.H.; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 72 – 79</p> <p>MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 84</p> <p>PARREIRA, R. - (1980), p.15</p> <p>SILVA, A.C.F. - (1986), p.341 e 366</p> <p>SILVA, A.C.F. - (1988), p.77; 80 e 81</p> <p>SILVA, A.C.F. - (1990), p. 144; 145; 147 - 151</p> <p>SILVA, A.C.F. - (1991), p. 42-51</p> <p>SILVA, A.C.F. e GOMES, M.V. - (1992), p. 76; 77 e 235, fig. 26</p>

Imagens retiradas: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	12
Nome do sítio	Desconhecido
Freguesia	
Concelho	
Distrito	
Contexto Arqueológico	Indeterminada
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Adquirida em 1951 para o museu
Bibliografia	CORREIA, V.H.; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 81 PARREIRA, Rui - (1980), p.16 SILVA, A.C.F. - (1986), p. 342 e 367 SILVA, A.C.F. - (1986), p. 97 - 120



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	13
Nome do sítio	Moirões
Freguesia	
Concelho	Mangualde
Distrito	Viseu
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	

Bibliografia



CORREIA, V.H.; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 104
COUTINHO GOMES, L.F. e SOBRAL, P. - (1992), p.149
PARREIRA, Rui - (1980), p.15

Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	14
Nome do sítio	Conímbriga
Freguesia	Condeixa-a-Velha
Concelho	Condeixa
Distrito	Conímbriga
Contexto Arqueológico	Povoado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro – Romano (?)
Local de Depósito	Museu de Conímbriga
Observações	Descobertas durante as campanhas luso-francesas empreendidas no sítio.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge; ETIÉNNE, Robert; ALARCÃO, Adília e PONTE, Salette - (1979) Estampa XXXIV, fig. 212
 ARRUDA, Ana Margarida - (1988 / 1989), p. 93 - 101
 CORREIA, V.H. - (1993), p. 230 - 231
 CORREIA, V.H.; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 105

Imagem retirada: ALARCÃO, Jorge; ETIÉNNE, Robert; ALARCÃO, Adília e PONTE, Salette (1979) – *Fouilles de Conímbriga, Trouvailles diverses – conclusiones générales*, Boccard, Paris, Estampa XXXIV, fig. 212



Número de Inventário	15
Nome do sítio	Boiça
Freguesia	Turquel
Concelho	Alcobaça
Distrito	Leiria
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	2
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	

Bibliografia



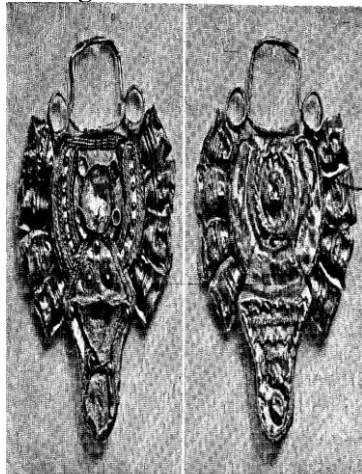
BETTENCOURT, A.M.S. - (1988), p. 179
PARREIRA, Rui - (1980), p. 15

Imagens retiradas: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	16
Nome do sítio	Monsanto da Beira
Freguesia	Monsanto
Concelho	Idanha-a-Nova
Distrito	Castelo Branco
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Séc. IV / III a.C.
Local de Depósito	Colecção Particular
Observações	Muito provavelmente terá sido descoberta em 1955

Bibliografia



CARDOZO, Mário - (1956), p. 449 – 462
 CORREIA, V.H.; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. – (2013), p. 81
 MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 101
 SILVA, A.C.F. - (1986), p. 341 e 342
 VALVERDE, X.F. - (1973), p.322

Imagem retirada: CARDOZO, Mário (1956) – Notícia de duas arrecadas de ouro antigo *in Revista de Guimarães*, vol. 66, p. 462



Número de Inventário	17
Nome do sítio	
Freguesia	Golegã
Concelho	Golegã
Distrito	Santarém
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Séc. IV / III a.C.
Local de Depósito	Peça desaparecida
Observações	
Bibliografia	CARDOZO, Mário - (1956), p. 449 – 462 MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 102 SILVA, A.C.F. - (1986), p. 342 SILVA, A.C.F. e GOMES, M.V. - (1992), p. 77

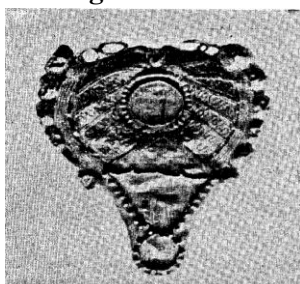


Imagem retirada: CARDOZO, Mário (1956) –
Notícia de duas arrecadas de ouro antigo *in*
Revista de Guimarães, vol. 66, p. 462



Número de Inventário	18
Nome do sítio	
Freguesia	Bombarral
Concelho	Rio Maior
Distrito	Santarém
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	3 Elementos de gargantilha, 3 torques em prata e um vaso de prata de fundo cónico
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Peça que se encontra desaparecida, provavelmente nas mãos de particulares
Observações	
Bibliografia	CARDOSO, J. L. - (2004), p. 267 FERREIRA, Octávio da Veiga - (1977), p. 211-213

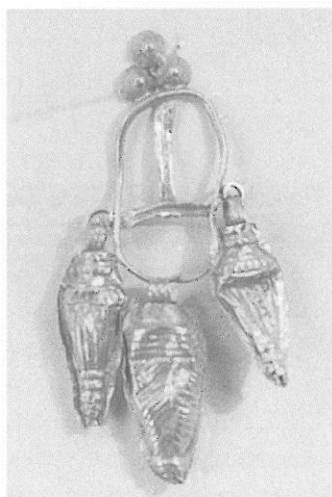


Imagem retirada: FERREIRA, Octávio da Veiga (1977) – Notícia de algumas estações pré e proto-históricas e objectos isolados inéditos ou pouco conhecidos *in Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Série III, nº 83, p. 211-213



Número de Inventário	19
Nome do sítio	Boiça do Louro
Freguesia	Painho – Actual União das Freguesias de Painho e Figueiros
Concelho	Cadaval
Distrito	Lisboa
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	2
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	
Bibliografia	PARREIRA, Rui - (1980), p. 15 VASCONCELLOS, José Leite de - (1920), p. 99 – 110



Imagens retiradas: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	20
Nome do sítio	Casal das Passadeiras
Freguesia	Outeiro da Cabeça – Actual da União das Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça
Concelho	Torres Vedras
Distrito	Lisboa
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	4
Peças identificadas juntamente com os brincos	1 Colar composto, botões em ouro, uma conta bicónica e 2 fragmentos de barras de ouro e braceletes
Cronologia	Idade do Ferro – séc. VII a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Torres Vedras
Observações	Descoberto em 1929
Bibliografia	CARDOSO, J. L. - (2004), p. 246 HELENO, Manuel - (1935), p. 254 – 256 MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 119 PARREIRA, Rui - (1980), p. 15 PEREA, Alicia - (1991), p. 164 ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da V.; MANUPLLA, G. e TORRE DA ASSUNÇÃO, C. - (1966), p. 86

Imagens retiradas: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	21
Nome do sítio	Casal dos Cabeços
Freguesia	Santo Estevão – Actual União das freguesias de Alenquer
Concelho	Alenquer
Distrito	Lisboa
Contexto Arqueológico	Tesouro
Quantidade de peças identificadas	10
Peças identificadas juntamente com os brincos	3 Colares de Prata, 136 denários republicanos e pingo de fundição
Cronologia	Idade do Ferro – séc. IV a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Descoberto em 1979

Bibliografia

CARDOSO, J. L. - (2004), p. 267
 CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p.107 e 109
 MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 113-117
 PARREIRA, Rui - (1980), p. 16
 ROSA VIEGAS, J. e PARREIRA, R. - (1984), p. 79-91
 RUIVO, José - (1995), p. 85-96
 SILVA, A.C.F. e GOMES, M.V. - (1992), p. 275, fig. 67 B



Imagens retiradas: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	22
Nome do sítio	Castro do Cabeço de Vaiamonte
Freguesia	Vaiamonte
Concelho	Monforte
Distrito	Portalegre
Contexto Arqueológico	Povoado
Quantidade de peças identificadas	8
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro – séc. IV a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Descoberto em 1954
Bibliografia	

CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p.81; 105; 106 e 109
 GAMITO, T.J. - (1988), p. 124, fig. 28 (2)
 MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 120-126
 PARREIRA, Rui - (1980), p. 6; 7 e 16
 SAAVEDRA MACHADO, J. L. - (1964), p. 167; 170 e 172
 SILVA, A.C.F. e GOMES, M.V. - (1992), p. 168; 184



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	23
Nome do sítio	Olival do Senhor dos Mártires
Freguesia	Alcácer do Sal
Concelho	Alcácer do Sal
Distrito	Setúbal
Contexto Arqueológico	Necrópole
Quantidade de peças identificadas	3
Peças identificadas juntamente com os brincos	1 pendente
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	
Observações	Descoberto em 1874
Bibliografia	CORREIA, V. – (1925), p. 20 CORREIA, V. – (1928), p. 12 PEREA, A. – (1991), p. 237



Número de Inventário	24
Nome do sítio	Gaio
Freguesia	Sines
Concelho	Sines
Distrito	Setúbal
Contexto Arqueológico	Sepultura
Quantidade de peças identificadas	2
Peças identificadas juntamente com os brincos	Colar articulado composto por 16 placas laminares
Cronologia	Idade do Ferro – séc. VII / VI a.C.
Local de Depósito	Museu de Arqueologia de Sines
Observações	Descoberto em 1966
Bibliografia	<p>ALMAGRO – GORBEA, M. - (1989), p. 74</p> <p>CARDOZO, Mário - (1967), p. 329 – 376</p> <p>CELESTINO-PÉREZ, S. e BLANCO FERNANDEZ, J.L. - (2006), p. 66 e 79</p> <p>CORREIA, V. H. - (1993), p. 355</p> <p>CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p.67; 71 e 72</p> <p>COSTA, J.M. - (1966), p. 529 – 538</p> <p>COSTA, J.M. - (1974), p. 97 – 108</p> <p>GAMITO, T.J. - (1988), p. 84; 85 e fig. 10</p> <p>GOMES, M. V. - (1990), p. 55 e 56</p> <p>MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 129</p> <p>PEREA, A. - (1991), p. 158</p> <p>SILVA, A.C.F. - (1986), p. 186 (1ª Edição)</p> <p>SILVA, A.C.F. e GOMES, M.V. - (1992), p. 150, 260 fig. 52</p>



Imagem retirada: www.archeofactu.pt



Número de Inventário	25
Nome do sítio	
Freguesia	
Concelho	Estremoz
Distrito	Évora
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro – séc. VII / VI a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	
Bibliografia	MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 110 NICOLINI, G. – (1990), p. 338 e 339 PARREIRA, R. - (1980), p. 16



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	26
Nome do sítio	
Freguesia	
Concelho	Estremoz
Distrito	Évora
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	3
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro – séc. IV a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	
Bibliografia	MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 111 e 112 PARREIRA, R. - (1980), p. 16



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	27
Nome do sítio	
Freguesia	
Concelho	Odemira
Distrito	Beja
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	2
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro – séc. V – IV a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	

Bibliografia

CORREIA, V. H.; PARREIRA, R.; SILVA, A.C.F. - (2013), p. 78 e 80
 CORREIA, V.H. – (2005), 1216 - 1218
 MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 108



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	28
Nome do sítio	Galeado
Freguesia	Vila Nova de Milfontes
Concelho	Odemira
Distrito	Beja
Contexto Arqueológico	Necrópole
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Acondicionado em 1939
Bibliografia	BEIRÃO, C. de M. e GOMES, M.V. - (1983), p. 212 - 242 CORREIA, V.H. - (1993), p. 352 HELENO, M. - (1956), p. 221 – 237 PARREIRA, R. - (1980), p. 16 PEREA, A. - (1991), pág. 222



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	29
Nome do sítio	Herdade do Pêgo
Freguesia	Santana da Serra
Concelho	Ourique
Distrito	Beja
Contexto Arqueológico	Necrópole
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Descobertas em 1970
Bibliografia	BEIRÃO, C. de M. - (1986)



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	30
Nome do sítio	Monte da Atafona
Freguesia	Almodôvar
Concelho	Almodôvar
Distrito	Beja
Contexto Arqueológico	Necrópole
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	
Observações	
Bibliografia	CORREIA, V.H. - (1993), p. 360 SILVA, A.C.F. e GOMES, M.V. - (1992), p. 184



Número de Inventário	31
Nome do sítio	
Freguesia	Santana de Cambas
Concelho	Mértola
Distrito	Beja
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	2
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro – séc. VII / VI a.C. e séc. IV a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	
Bibliografia	



CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 109
 MARTINS, C.M.B. - (2008), p.104
 NICOLINI, G. - (1990), p. 338
 PARREIRA, R. - (1980), p. 16

Imagens retiradas: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	32
Nome do sítio	Desconhecido
Freguesia	
Concelho	
Distrito	
Contexto Arqueológico	
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Proveniente do Alentejo
Bibliografia	CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 104 PARREIRA, R. - (1980), p. 16



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	33
Nome do sítio	Monte Molião
Freguesia	São Sebastião
Concelho	Lagos
Distrito	Faro
Contexto Arqueológico	Povoado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro – séc. IV a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	
Bibliografia	



CORREIA, V.H.; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 108
MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 112
NICOLINI, G. - (1990), p. 328
PARREIRA, R. - (1980), p. 16

Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	34
Nome do sítio	
Freguesia	
Concelho	Lagos
Distrito	Faro
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro – séc. IV a.C.
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	
Bibliografia	



CELESTINO PÉREZ, S. e BLANCO FERNANDÉZ, J.L. - (2006), p. 81
 MARTINS, C.M.B. - (2008), p. 113
 NICOLINI, G. - (1990), p. 328 e 329
 PARREIRA, R. - (1980), p. 16

Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	35
Nome do sítio	Desconhecido
Freguesia	
Concelho	
Distrito	
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro (?)
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Provém do mercado de antiguidades – coleção Barros e Sá (arrecada atípica), integrada nas colecções do Museu em 1986
Bibliografia	CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 104



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	36
Nome do sítio	
Freguesia	
Concelho	Estremoz (?)
Distrito	
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	
Bibliografia	CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 105 PARREIRA, R. - (1980), p.16



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	37
Nome do sítio	
Freguesia	
Concelho	Estremoz (?)
Distrito	
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro (?)
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	
Bibliografia	CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 105 PARREIRA, R. - (1980), p.16



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	38
Nome do sítio	Desconhecido
Freguesia	
Concelho	
Distrito	
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Colecção Barros e Sá. Integrado nas colecções do Museu em 1986.
Bibliografia	CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 108



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	39
Nome do sítio	Desconhecido
Freguesia	
Concelho	
Distrito	
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Adquirido por Leite de Vasconcellos em 1916
Bibliografia	CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013), p. 108 PARREIRA, R. - (1980), p. 16



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	40
Nome do sítio	Desconhecido
Freguesia	
Concelho	
Distrito	
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Colecção António Júdice Bustorff Silva
Bibliografia	CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013)



Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Número de Inventário	41
Nome do sítio	Desconhecido
Freguesia	
Concelho	
Distrito	
Contexto Arqueológico	Indeterminado
Quantidade de peças identificadas	1
Peças identificadas juntamente com os brincos	
Cronologia	Idade do Ferro
Local de Depósito	Museu Nacional de Arqueologia
Observações	Colecção António Júdice Bustorff Silva
Bibliografia	CORREIA, V.H. ; PARREIRA, R. e SILVA, A.C.F. - (2013)

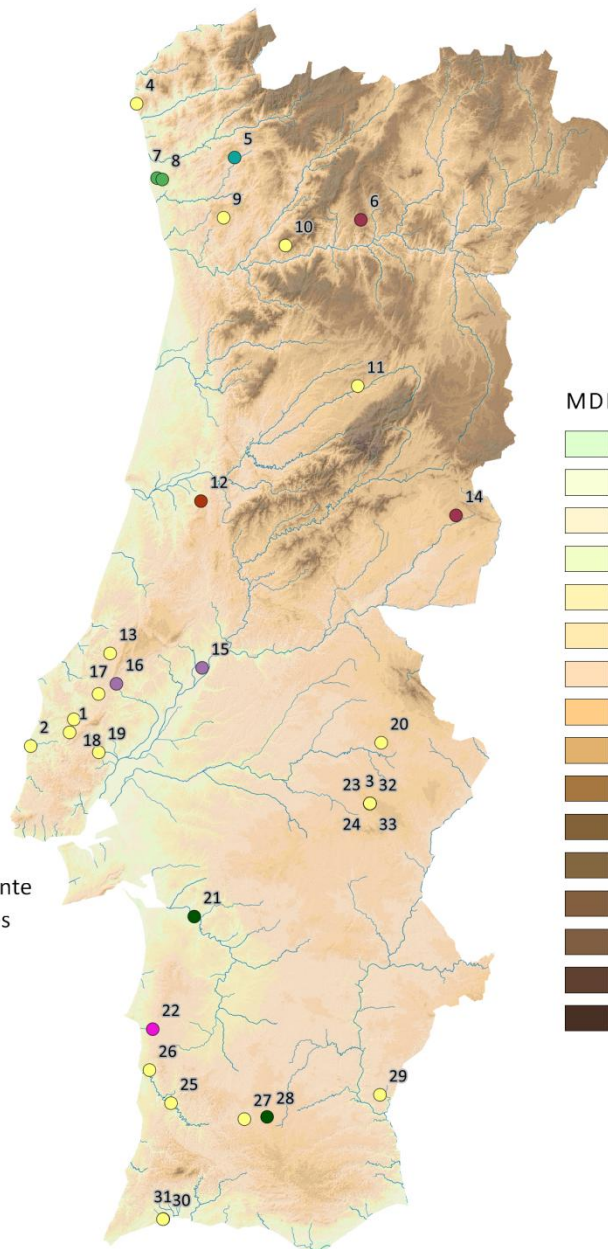


Imagem retirada: www.matriznet.dgpc.pt



Legenda

- 1. Gruta da Ermegeira
- 2. Cova da Moura
- 3/23/24. Estremoz
- 4. Carreço
- 5. Citânia de Briteiros
- 6. São Martinho de Anta
- 7. Estela
- 8. Castro de São Félix
- 9. Paços de Ferreira
- 10. Baião
- 11. Moirões
- 12. Conímbriga
- 13. Boiça
- 14. Monsanto da Beira
- 15. Golegã
- 16. Bombarral
- 17. Boiça do Louro
- 18. Casal das Passadeiras
- 19. Casal dos Cabeços
- 20. Castro do Cabeço de Vaiamonte
- 21. Olival do Senhor dos Martires
- 22. Gaio
- 25. Odemira
- 26. Galeado
- 27. Herdade do Pêgo
- 28. Monte da Atafona
- 29. Santana de Cambas
- 30. Monte Molião
- 31. Lagos
- 32/33. Estremoz (?)



MDE

- 0
- 10
- 25
- 50
- 75
- 100
- 200
- 400
- 600
- 800
- 1000
- 1200
- 1400
- 1600
- 1800
- 2000

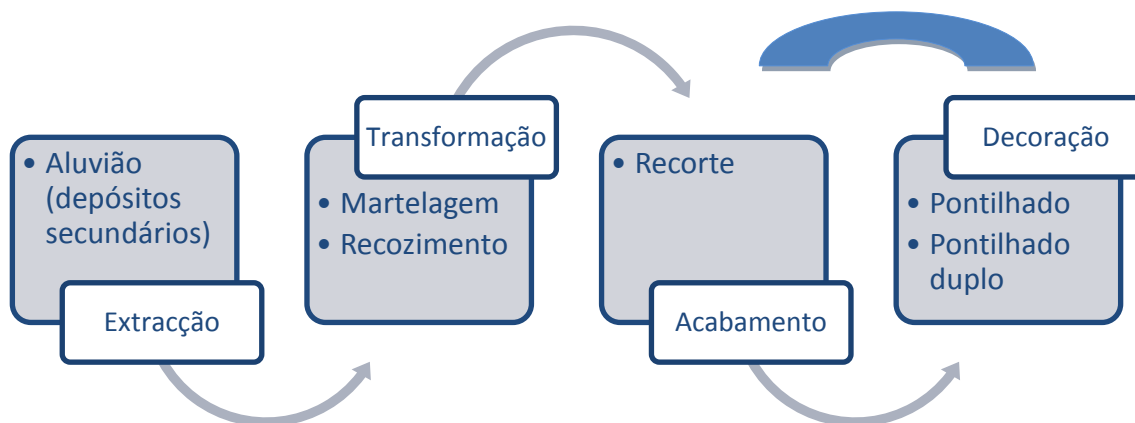
Legenda

- Hidrografia Nacional
- Localização actual dos achados
- Museu Nacional Soares dos Reis
- Museu Nacional de Arqueologia
- Museu Monográfico de Conímbriga
- Museu de Arqueologia de Sines
- Museu da Sociedade Martins Sarmento
- Desaparecidas
- Colecção particular
- Localização desconhecida



Fonte: Modelo Digital de Elevação (MDE)
Coordenadas: USER 100001

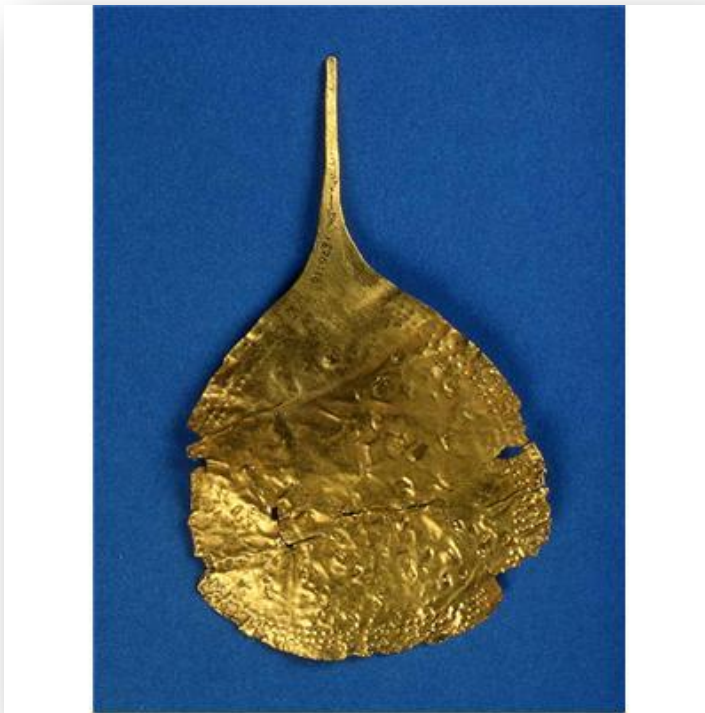
Anexo 2 - Mapa de Portugal com dispersão dos achados e onde os mesmos se encontram na actualidade



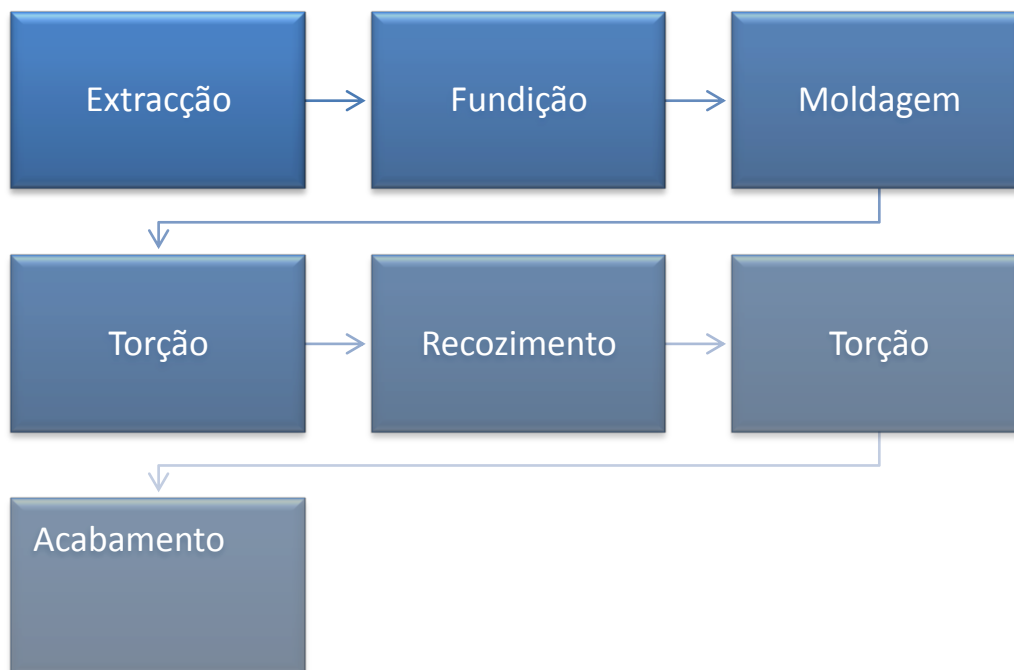
Anexo 3 - Cadeia Operatória do Calcólítico

Peça	Peso	Dimensão
Ermegeira	3,68g	Largura - 43mm
	3,32g	Largura - 42mm
Estremoz	6,4g	Largura - 46mm
Idade do Bronze	6 e 17g – 21g	Espessura - 3mm e 5/6mm Diâmetro - 23 e 23mm
Carreço	9,9g	Diâmetro - 38mm
Baião		Espessura - 7mm Diâmetro - 58mm
Paços de Ferreira	16g	Largura - 57mm Espessura - 6mm
Monsanto da Beira	12g	Largura - 43mm
Casal dos Cabeços e Castro do Cabeço de Vaiamonte	1,6 e 5,6g	Espessura - 3 e 4mm
	2,9 e 9,8g	Diâmetro - 20 e 30mm
Galeado	1,1g	Espessura - 1mm Diâmetro - 28mm
Norte de Portugal	4,9g	Largura - 286mm
Monte Molião, Lagos, ficha de inventário 38 e 39	1 e 4g	Espessura - 3 e 5mm Diâmetro - 14 e 15mm
Outeiro da Cabeça, Boiça e Boiça do Louro	4g	Espessura - 4 e 7mm Diâmetro - 15 e 17mm

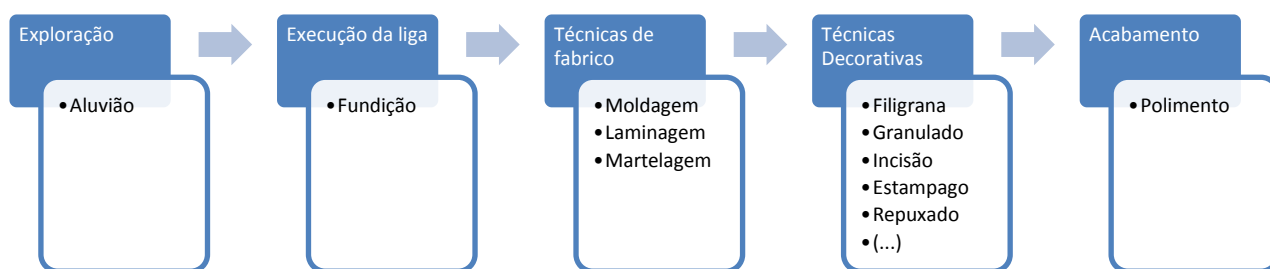
Anexo 4 – Tabela de pesos e dimensões



Anexo 5 – Brinco de Daomet. Fonte: <http://www.museum.ie/en/exhibition/gallery/irelands-gold-photo-gallery.aspx?image=ef12ed26-da89-404d-9518-03b23a6b7806>



Anexo 6 - Cadeia operatória da Idade do Bronze



Anexo 7 – Cadeia operatória da Idade do Ferro

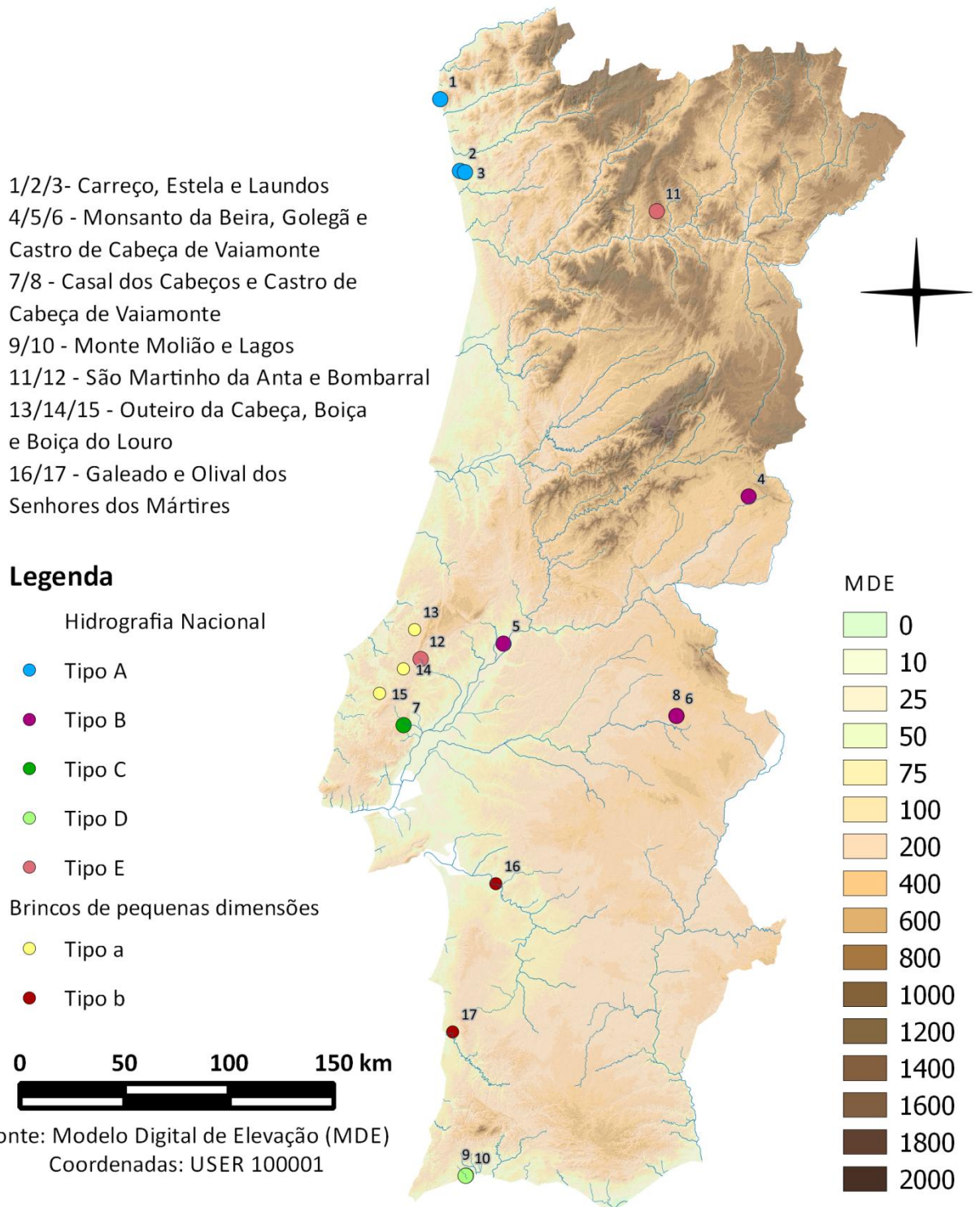


Tipo A	Tipo B	Tipo C	Tipo C - Variante 1	Tipo D	Tipo E
<ul style="list-style-type: none"> •Carreço •Estela •Laundos 	<ul style="list-style-type: none"> •Monsanto da Beira •Golegã •Vaiamonte 	<ul style="list-style-type: none"> •Casal dos Cabeços •Vaiamonte 	<ul style="list-style-type: none"> •Conímbriga •Dois brincos de Évora-Estremoz •Número de inventário 38 •Número de inventário 39 •Casal dos Cabeços 	<ul style="list-style-type: none"> •Monte Molião •Lagos •AU 986 •AU 146 	<ul style="list-style-type: none"> •São Martinho da Anta •Bombarral •Norte de Portugal
					

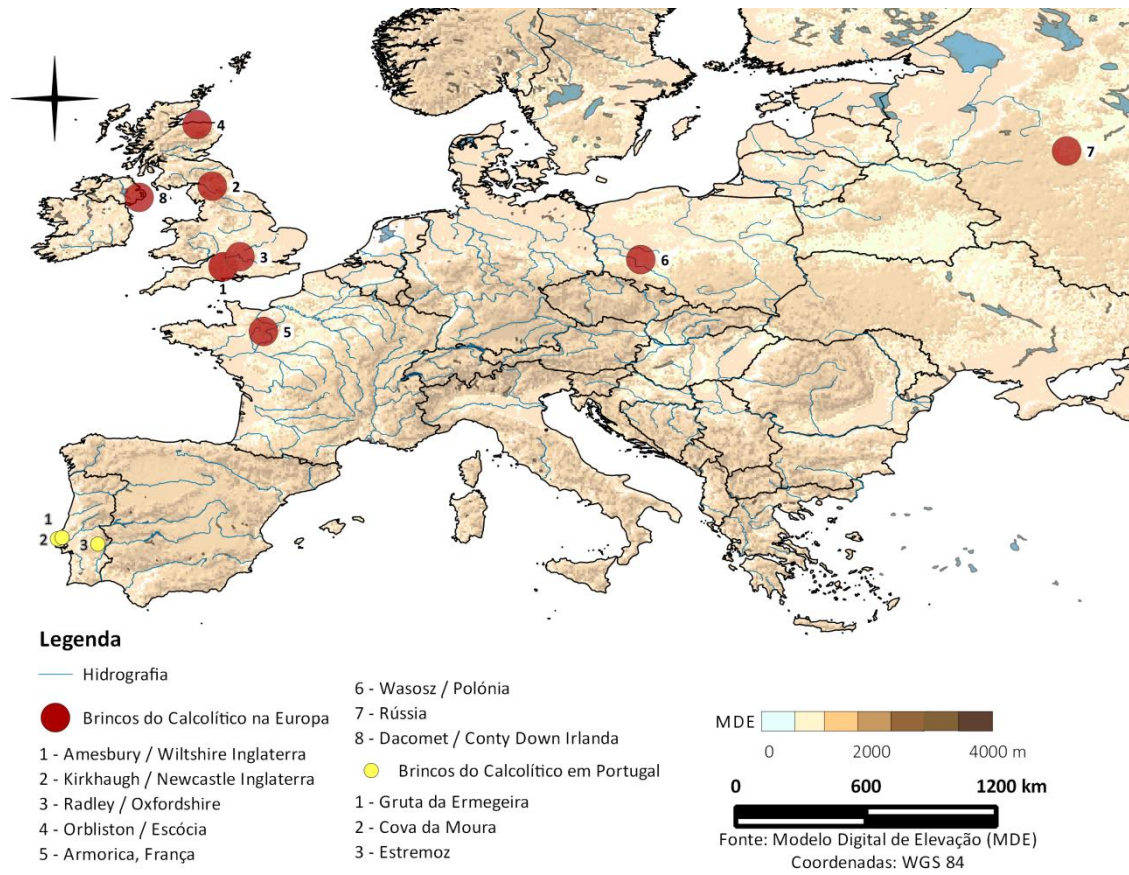
Anexo 8 - Tipologias de brincos

Tipo a	Tipo b
<ul style="list-style-type: none"> •Outeiro da Cabeça •Boiça •Boiça do Louro 	<ul style="list-style-type: none"> •Galeado •Alentejo •Olival dos Senhores dos Mártires
	

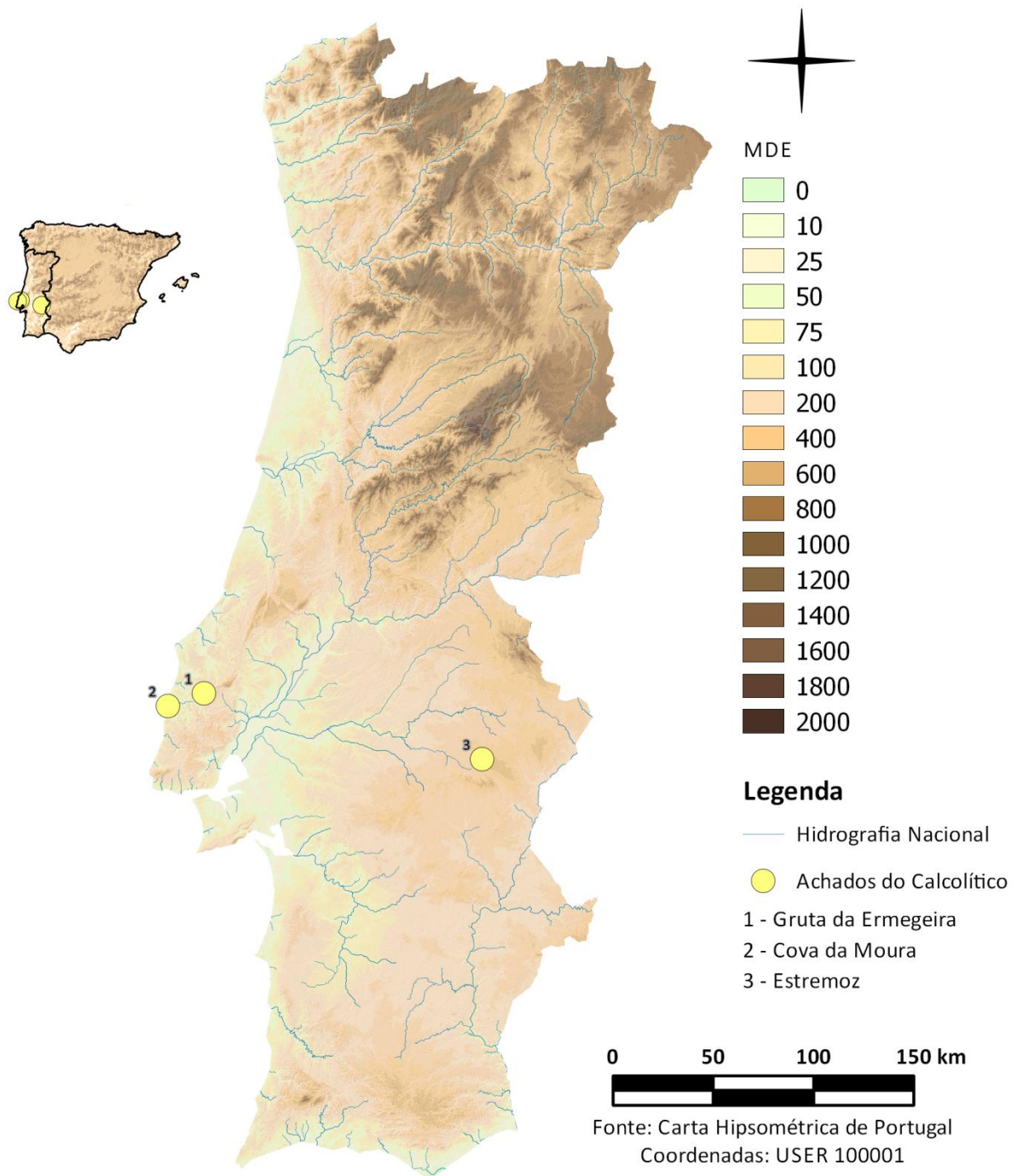
Anexo 9- Tipologias dos brincos de pequenas dimensões



Anexo 10 – Mapa com os tipos e sua dispersão



Anexo 11 - Mapa da dispersão de brincos calcolíticos na Europa



Anexo 12 - Mapa com objectos calcolítico e representação da Península Ibérica



Objecto	Número de inventário	de	Análises de Hartmann		Grupo de ouro	
Ermegeira	1		Ag - 13	Cu - 0,04	Sn - 0,041	S
Cova da Moura	2		Ag - 9	Cu - 0,05	Sn - 0,14	S
Estremoz	3		Ag - 13	Cu - 0,01	Sn - 0,068	S
Carreço	5		Ag - 25	Cu - 3,5	Sn - 0,18	
Briteiros	6		Ag - 20 - 25; 20	Cu - 2,7; 1,5	Sn - 0,054; 0,007	
Estela	8		Ag - 28; 25 - 30	Cu - 3,3; 4,5	Sn - 0,031	TC
Laundos	9		Ag - 20-25; 65	Cu - 3,4; 2,1	Sn - 0,028; 0,019	TC
Paços de Ferreira	10		Ag - 30	Cu - 2,8	Sn - 0,13	TC
Baião	11		Ag - 25-30	Cu - 3,0	Sn - 0,085	TC
Norte de Portugal	12		Ag - 20	Cu - 4,0	Sn - 0,070	
Moirões	13		Ag - 15	Cu - 0,35	Sn - 0,054	L / Q
Boiça do Louro	19		Ag - 19; 15	Cu - 1,9; 4,2	Sn - 0,25; 0,37	N / NC
Casal das Passadeiras	20		Ag - 8; 8	Cu - 0,86; 0,70	Sn - 0,066; 0,13	L / Q
Gaio	24		Ag - 20 - 25	Cu - 4,4	Sn - n.i.	Residual B
Évora - Estremoz	25		Ag - 20-25	Cu - 4,5	Sn - 0,041	
Estremoz	26		Ag - 21	Cu - 3,0	Sn - n.i.	TC
Santana de Cambas	31		Ag - 12	Cu - 5,4	Sn - n.i.	TC
Nazm Alentejo	32		Ag - 11	Cu - 7,8	Sn - 0,006	

Anexo 13 – Tabela das análises químicas segundo Hartmann: 1982



Calcolítico

- Enterramentos
- Gruta Artificial
- Gruta Natural
- Indeterminado

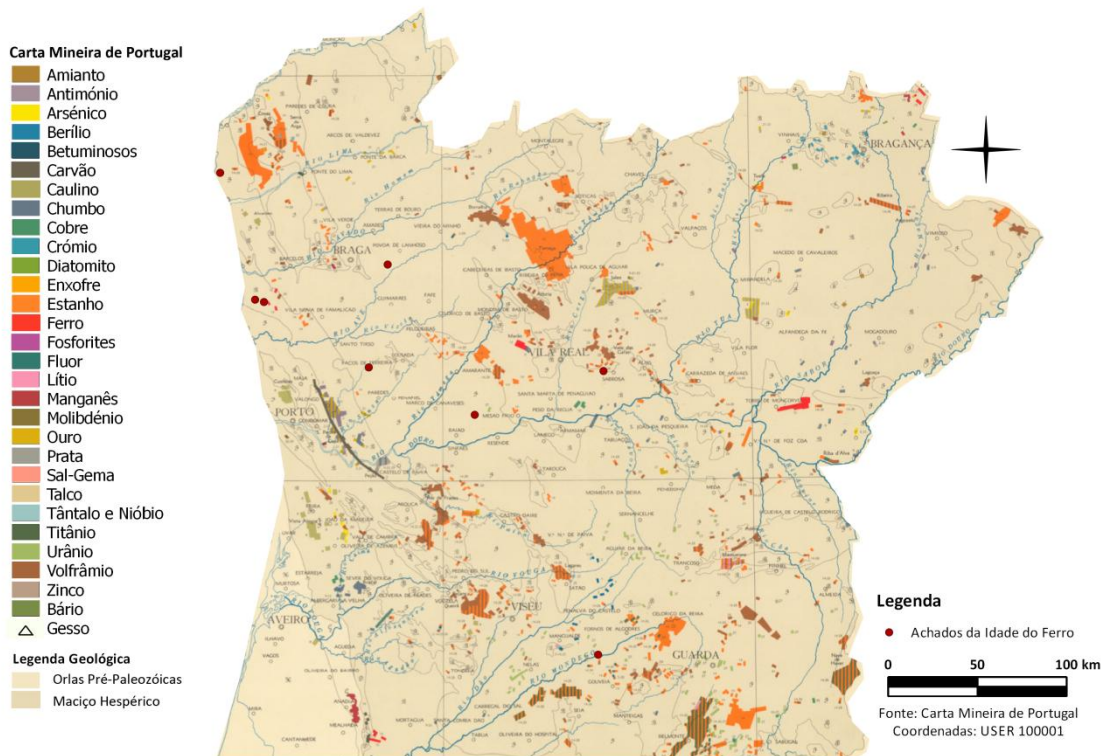
Idado do Bronze

- Indeterminado

Idade do Ferro

- Enterramentos
- Cistas
- Necrópoles de incineração (urnas)
- Habitat ou Proximidade
- Dentro de vaso
- Tesouro
- Indeterminado

Anexo 14 - Esquema elucidativo referente aos contextos dos brincos



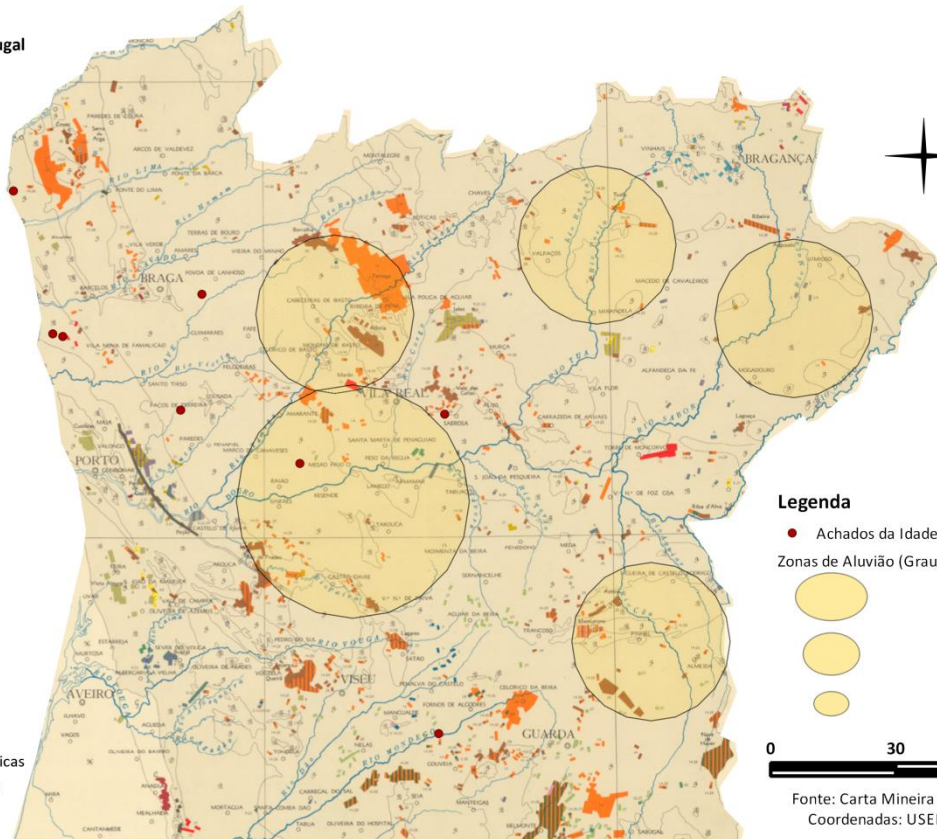
Anexo 15 – Carta mineira com representação das zonas de exploração



Carta Mineira de Portugal

- Amianto
- Antimónio
- Arsénico
- Berílio
- Betuminosos
- Carvão
- Caulino
- Chumbo
- Cobre
- Crómio
- Diatomito
- Enxofre
- Estanho
- Ferro
- Fosforites
- Fluor
- Lítio
- Manganês
- Molibdénio
- Ouro
- Prata
- Sal-Gema
- Talco
- Tântalo e Niól
- Titânio
- Urânio
- Volfrâmio
- Zinco
- Bário
- Gesso

- Legenda Geológica**
- Orlas Pré-Paleozóicas
 - Maciço Hespérico



Legenda

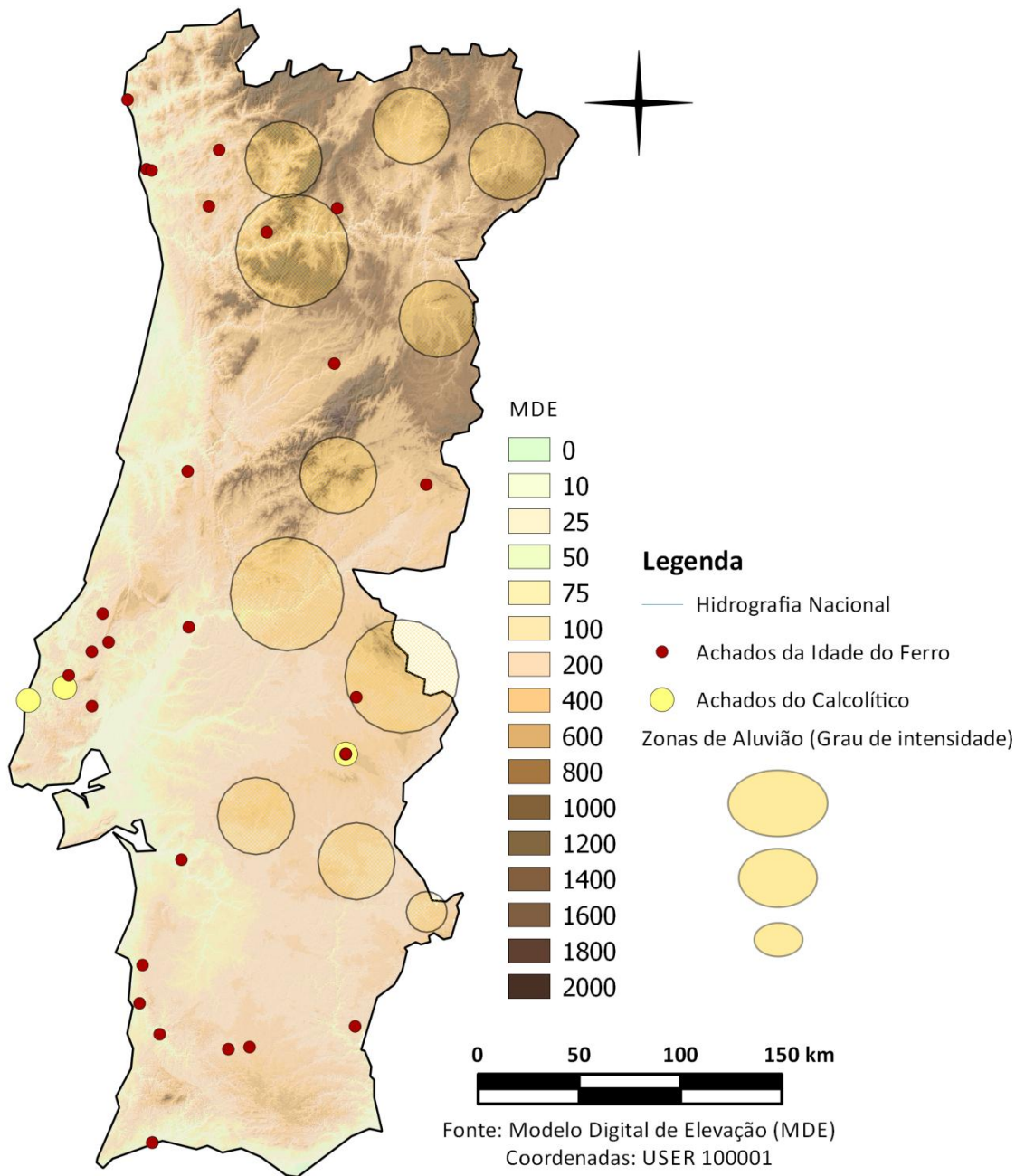
- Achados da Idade do Ferro
- Zonas de Aluvião (Grau de intensidade)



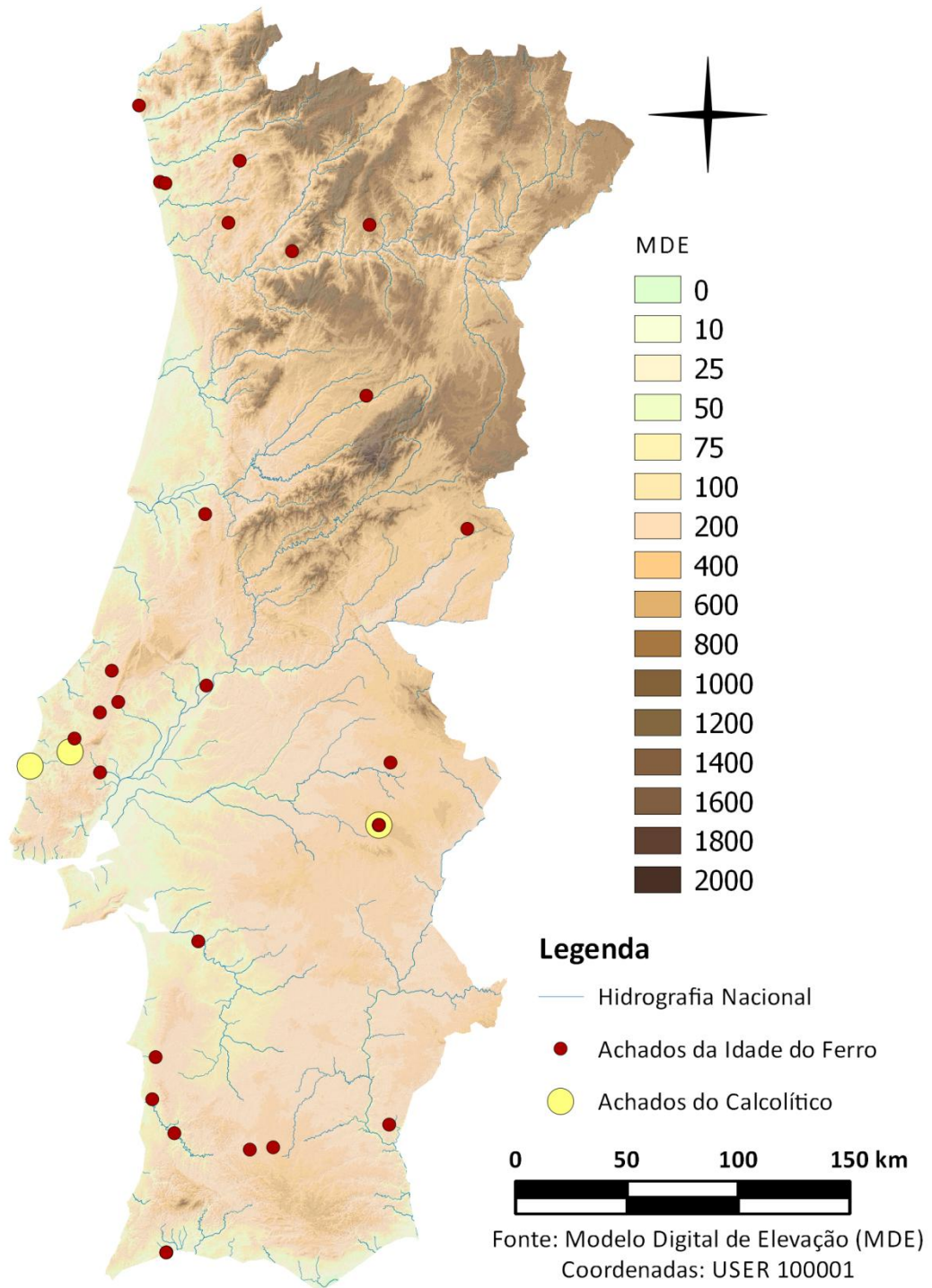
0 30 60 km

Fonte: Carta Mineira de Portugal
Coordenadas: USER 100001

Anexo 16 - Mapa com as zonas de exploração de filão e de aluvião, tendo como base no mapa de CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 28



Anexo 17 - Mapa de Portugal com a localização dos objectos e zonas de exploração de aluvião, tendo como base o mapa de CELESTINO-PÉREZ e BLANCO FERNÁNDEZ, 2006: 28



Anexo 18 - Mapa com distribuição dos brincos no território português